

CABO VERDE: DAS POLÍTICAS PÚBLICAS AOS OBJETIVOS DO MILÉNIO

Autora: Quiara Catize Brito Rosa

Orientador: Professor Doutor António Rebelo de Sousa

Trabalho de Projeto para obtenção do grau de Mestre em

GPP – Gestão e Políticas Públicas

Lisboa

2014

Índice

III - Lista de Siglas	iv
IV - Resumo	viii
V – Abstrat.....	ix
VI - Agradecimentos.....	x
Introdução	11
1. Enquadramento Sobre Cabo Verde	11
2. Relevância do Tema	14
3. Objetivos	14
4. Delimitação do Problema	15
5. Enquadramento Teórico	15
6. Enquadramento Metodológico	19
7. Estrutura da Dissertação	20
Capítulo I - Análise da relevância da abordagem CDF (Comprehensive Development Framework) na prossecução de desenvolvimento	21
1.1. Abordagem CDF (Comprehensive Development Framework).....	21
1.2. CDF (Comprehensive Development Framework) e a Redução da Pobreza	23
1.3. Da abordagem CDF ao Acordo de Cooperação Cambial entre Cabo Verde e Portugal	26
Capítulo II — Da Importância do Acordo de Cooperação Cambial	27
2.1. O Acordo de Cooperação Cambial entre Cabo Verde e Portugal.....	27
2.2. Objetivos do Acordo de Cooperação Cambial (ACC)	30
2.3. Os Benefícios do ACC.....	32
2.4. Os Custos do ACC.....	33
2.5. A Credibilidade do Regime Cambial de Cabo Verde.....	34
2.6. O impacto do Acordo de Cooperação Cambial na economia cabo-verdiana.....	35
Capítulo III — Das Políticas Públicas Pós-1998: Os Objetivos do Milénio	39
3.1. Os objetivos do Milénio	39
3.1.1. Objetivo 1: Erradicar a pobreza extrema e a fome	40

3.1.2. Objetivo 2: Alcançar o ensino primário universal	42
3.1.3. Objetivo 3: Promover a igualdade de género e a capacitação da mulher	42
3.1.4. Objetivo 4: Reduzir a mortalidade infantil	43
3.1.5. Objetivo 5: Melhorar a saúde materna	43
3.1.6. Objetivo 6: Combater o VIH/SIDA, a malária e outras doenças	44
3.1.7. Objetivo 7: Garantir a sustentabilidade ambiental	45
3.1.8. Objetivo 8: Criar uma parceria global para o desenvolvimento	46
3.2. Princípios da Declaração do Milénio	48
3.3. ODM e o Desenvolvimento Humano	49
3. 4. Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) em Cabo Verde	51
3.5. Resultados dos Objetivos do Milénio alcançados em Cabo Verde	56
3.5.1. Objetivo de desenvolvimento I — Reduzir a pobreza extrema e a fome	56
3.5.2. Objetivo de desenvolvimento II — Assegurar a educação primária universal.....	62
3.5.3. Objetivo de desenvolvimento III — Promover a igualdade entre os sexos e a emancipação das mulheres.....	64
3.5.4. Objetivos de desenvolvimento IV — Reduzir a Mortalidade de Crianças Menores de 5 Anos.....	69
3.5.5. Objetivo de desenvolvimento V — Melhorar a Saúde Materna	71
3.5.6. Objetivo de desenvolvimento VI — Combater o VIH/SIDA, a Malária e Outras Doenças	73
3.3.7 Objetivos de desenvolvimento VII — Assegurar um ambiente sustentável: biodiversidade, abastecimento de água e habitação para os pobres.....	76
3.5.8. Objetivo de desenvolvimento VIII — Desenvolver uma parceria para o desenvolvimento.....	82
3.6. Evolução de Cabo Verde.....	85
3.7. Evolução da economia cabo-verdiana.....	88
3.8.Modelo de desenvolvimento em Cabo Verde.....	93
3.9.Balanço Global.....	98
Conclusão	100

Referências Bibliográficas.....	i
Bibliografia Consultada em sítios web.....	vi
Anexos	vii

I - Índice de Figuras

Figura 1- Fonte: INE, IDRF (2002-03) e QUIBB (2007).....	57
Figura 2 - Fonte: INE/MADRRM, 2007.....	61
Figura 3 - Fonte: INE – 2009.....	62
Figura 4 - Fonte: MEES, 2008	63
Figura 5 - Fonte: SVEI/DNS/MS	70
Figura 6 - Fonte: IDRS (2005).....	72
Figura 7 - Fonte: Relatório Estatístico da Saúde.....	73
Figura 8 - Fonte: SVEI/DNS.....	75
Figura 9 - Fonte: INE (QUIBB) 2007	80

II - Índice de Quadros

Quadro 1 - Fonte: INE.....	66
Quadro 2 - Fonte: Sistema de Informação Ambiental.....	79

III - Lista de Siglas

ACC	Acordo de Cooperação Cambial
APD	Ajuda Pública ao Desenvolvimento
BAD	Banco Africano de Desenvolvimento
BCE	Banco Central Europeu
BCV	Banco de Cabo Verde
BES	Banco Espírito Santo
BM	Banco Mundial
CAD	Comité de Auxílio ao Desenvolvimento
CDF	Comprehensive Development Framework
COMACC	Comissão do Acordo de Cooperação Cambial
CO2	Dióxido de Carbono
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CVE	Escudo Cabo-verdiano
DECRP	Documento de Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
ENSA	Estratégia Nacional de Segurança Alimentar
EU	União Europeia
FMI	Fundo Monetário Internacional

GAT	Grupo de Apoio à Transição
IA	Insegurança alimentar
ICIEG	Instituto Cabo-verdiano para a Igualdade de Género e Equidade
IDH	Índice desenvolvimento Humano
IDRF	Inquérito às Despesas e Receitas Familiares
IDSR	Inquérito Demográfico e de Saúde Reprodutiva
IEFP	Instituto de Emprego e Formação Profissional
INE	Instituto Nacional de Estatística
MADRRM	Ministério do Ambiente do Desenvolvimento Rural e dos Recursos Marinhos
MEES	Ministério da Educação e Ensino Superior
MFP	Ministério das Finanças e Planeamento
MS	Ministério da Saúde
MPD	Movimento Para a Democracia
NEPAD	A Nova Parceria para o Desenvolvimento de África
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
ODA	Official Development Assistance
ODM	Objetivos do Desenvolvimento do Milénio

OMC	Organização Mundial do Comércio
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONGs	Organização Não Governamentais
ONU	Organizações das Nações Unidas
PAICV	Partido Africano para a Independência de Cabo Verde
PAIGC	Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde
PAN	Painel de Alto Nível
PIB	Produto Interno Bruto
PNSA	Programa Nacional de Segurança Alimentar
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRSC	Crédito de Apoio à Redução da Pobreza
PRSP	Estratégia de Redução da Pobreza
PTE	Escudo Português
QUIBB	Questionário Unificado de Indicadores Básicos de Bem-Estar
RIL	Reservas Internacionais Líquidas
RNB	Rendimento Nacional Bruto
SNU	Sistema das Nações Unidas
SVEI/DNS	Serviço de Vigilância Epidemiológica e Investigação, Direção Nacional da Saúde

VBG	Violência Baseada no Género
VIH/SIDA	Vírus da Imunodeficiência Humana
UAM	Unidade de Acompanhamento Macroeconómico
UEM	União Económica e Monetária
UNCTAD	United Nations Conference on Trade and Development
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
USD	Dólar dos Estados Unidos de América

IV - Resumo

Esta dissertação analisa os principais fatores que contribuíram para o desenvolvimento económico de Cabo Verde. Neste contexto, são abordadas questões relacionadas com a relevância da abordagem CDF (*Comprehensive Development Framework*) e com o apoio por parte da comunidade internacional, visando facilitar o processo de desenvolvimento dos países em vias de desenvolvimento. Abordada a questão do exemplo de uma boa abordagem aplicada em Cabo Verde no processo do Acordo de Cooperação Cambial, posteriormente é analisada a importância que esse acordo teve no desenvolvimento económico.

Os Objetivos do Milénio integram oito objetivos, onde são definidas as prioridades em termos de elaboração e implementação de medidas de políticas sociais que visam sobretudo proporcionar às populações a garantia e o acesso aos serviços sociais básicos como a saúde, a educação, ao abastecimento de água e redes de saneamento, à igualdade entre os géneros e à conservação do meio ambiente. Cabo Verde aceitou o desafio lançado pela ONU e desde então tem vindo a consolidar, desenvolver e implementar um conjunto de ações estratégicas que lhe permitirão, em 2015, estar confortável em relação ao cumprimento dos ODMs.

O trabalho aqui apresentado é o resultado de um estudo sobre Cabo Verde e procura responder as questões como: Cabo Verde evoluiu no sentido da concretização dos objetivos do milénio? Qual é o modelo de desenvolvimento mais adequado para Cabo Verde?

Palavras-chave: Desenvolvimento Económico, CDF (*Comprehensive Development Framework*), Acordo de Cooperação Cambial, Objetivos do Milénio, Cabo Verde, ONU.

V – Abstrat

This paper analyzes the main factors that contributed to the economic development of Cape Verde. In this context, addressed issues related to the relevance of the approach CDF (Comprehensive Development Framework) with support from the international community, to facilitate the development process of developing countries, and analyzed the question of the example of a good approach applied in Cape Verde in the process of Exchange Cooperation Agreement, is therefore analyzed the importance of that agreement on economic development.

The Millennium Development Goals, integrates eight goals, which are set priorities in terms of development and implementation of social policies aimed mainly at providing the population and ensuring access to basic social services such as health, education, water supply networks and sanitation, gender equality and environmental conservation. Cape Verde has accepted the challenge set by the UN, and has since been consolidating, developing and implementing a set of strategic actions that will allow you to be comfortable in 2015 in relation to the fulfillment of the MDGs.

The work presented here is the result of a study of Cape Verde, and seeks to answer questions such as Cape Verde evolved towards achieving the millennium goals and what is the most appropriate model of development for Cape Verde.

Keywords: Economic Development, CDF (Comprehensive Development Framework), Exchange Cooperation Agreement, Millennium, Cape Verde, UN.

VI - Agradecimentos

Ao Prof. Doutor António Rebelo de Sousa exprimo o meu agradecimento pela disponibilidade, atenção e valiosas sugestões para a organização e conteúdo deste trabalho.

Aos meus familiares e amigos, pelo apoio incondicional.

A minha homenagem aos meus Avós, Guilherme Lima e Crispina dos Reis.

Introdução

1. Enquadramento Sobre Cabo Verde

O presente estudo aborda os objetivos do milénio em Cabo Verde, bem como a evolução económica e o modelo de desenvolvimento do país. Cabo Verde é um arquipélago formado por dez ilhas de clima tropical seco (Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia, São Nicolau, Sal, Boa Vista, Maio, Santiago, Fogo e Brava) e oito ilhéus. Situa-se no oceano Atlântico, a aproximadamente 500 km da costa ocidental africana, com uma superfície de 4.033 km². Cabo Verde foi descoberto em 1460 por navegadores portugueses, que encontraram as ilhas desabitadas e aparentemente sem indícios de anterior presença humana, tendo sido colonizado pela então Coroa Portuguesa. Dois anos depois iniciou-se a sua colonização. Foi colónia de Portugal desde o século XV até à sua independência, em 1975. Segundo os dados do Censo 2010¹, a população residente a nível nacional é de 491.875 habitantes. Cabo Verde possui uma população jovem, com uma média de idade de 26,2 anos (grande parte na faixa dos 15 aos 19 anos) e uma esperança média de vida de 74 anos.

A condição de Cabo Verde ser um arquipélago constituído por dez ilhas implica um duplo condicionamento, o primeiro derivado da sua condição insular e o respetivo distanciamento de qualquer outro território continental (e os consequentes custos acrescidos da insularidade) e o segundo condicionamento que deriva da descontinuidade física do território o que leva a um distanciamento entre as várias ilhas e a inerente multiplicação de infra-estruturas².

O arquipélago de Cabo Verde nunca se mostrou um lugar de fácil convivência para os seus habitantes, que, desde sempre, encararam a situação geográfica do país como um desafio para se esquivarem das condições adversas e pode mesmo afirmar-se que não faltaram esforços, ao longo dos anos, nesse sentido; se, atualmente, um dos grandes pilares do desenvolvimento de Cabo Verde assenta na inserção dinâmica do país na economia internacional, por causa da inexistência de recursos internos capazes de promover o seu desenvolvimento, essa preocupação já era dominante, também, desde a época dos Descobrimentos (Mendes, 2010, p.18).

A independência de Cabo Verde, em 1975, permitiu uma longa e frutífera relação com a Europa Comunitária. No âmbito da sua política de cooperação para o desenvolvimento, e ao abrigo da Convenção de Lomé, a que Cabo Verde aderiu em 1978, diversos mecanismos de

¹ Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde (www.ine.cv).

² Relatório sobre Estudo de Impacto de um Acordo de Parceria Económica.

cooperação têm sido implementados de forma a promover o seu desenvolvimento endógeno a inserção na economia mundial. Aproveitando o apoio atribuído pela União Europeia a exportações, à criação de infraestruturas básicas e produtivas, à formação, ensino e cultura, a sua estratégia de desenvolvimento passa por uma crescente abertura ao comércio e investimento externo, o que tem contribuído para uma maior aproximação à Europa e para uma relação privilegiada com Portugal³.

Com carência de recursos naturais e com uma posição estratégica entre os três continentes, Cabo Verde definiu o turismo e a prestação de serviços como os pilares essenciais do seu desenvolvimento.

A moeda atual é o Escudo de Cabo Verde. As remessas dos emigrantes, a ajuda externa e a gestão cuidada dos pagamentos ao exterior sustentam a estabilidade da moeda cabo-verdiana.

A governação conjunta com a Guiné-Bissau, sob a alçada do partido libertador (PAIGC - Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde), que sucedeu à independência do arquipélago, acabou por desmoronar em 1980, tendo por base um golpe de Estado que teve lugar na Guiné-Bissau. A partir de então, Cabo Verde entendeu que seria melhor continuar a sua caminhada política independentemente da Guiné, tendo, assim, formado o PAICV – Partido Africano para a Independência de Cabo Verde –, que continuou a governar o país num contexto político monopartidário até ao início dos anos 90. Na sequência disso, foi criado um novo partido, MPD – Movimento para a Democracia, que ganhou as eleições. A 13 de janeiro de 1991, realizaram-se as primeiras eleições livres, em que, ao povo, foi assegurado o direito de poder escolher quem governa o país (Évora, 2005, pp. 2-3).

A República de Cabo Verde é um país soberano, unitário e democrático, regendo-se por leis internas que salvaguardam o respeito pelos direitos humanos, a paz e a justiça. Para além do seu ordenamento jurídico, o Estado de Cabo Verde vincula-se, ainda, às convenções e tratados internacionais sobre os direitos humanos e soberania dos povos. O Estado de Cabo Verde alicerça-se nos princípios da liberdade ideológica, da democracia política, social, cultural, religiosa e económica, da igualdade, da justiça e da solidariedade. Assim, assume-se como um Estado de direito, democrático e laico (Cabo Verde, 2012, p.12).

³ Leite, Isabel Costa in “Entre África e Europa: Cabo Verde e a sua estratégia de desenvolvimento”, Universidade Fernando Pessoa, 2004.

O funcionamento do Estado rege-se por um modelo republicano e democrático, que estabelece como princípios fundamentais a unidade do Estado, a separação de poderes e a interdependência dos órgãos de soberania, a neutralidade religiosa, a independência dos tribunais, a existência e a autonomia do poder local e a descentralização da administração pública. Deste modo, o poder político é exercido pelo povo através do sufrágio, do referendo e por outras formas constitucionalmente estabelecidas. O Presidente da República é o representante supremo do Estado e é eleito pelo povo. A Assembleia Nacional é constituída com base no voto popular e é ela que designa o Chefe do Governo a ser nomeado pelo Presidente da República (Cabo Verde, 2012, p. 3).

Não obstante, Cabo Verde vive um período dinâmico do ponto de vista da sua estabilidade política e económica. É um exemplo invocado para o resto de África em termos de *Good Governance*, transparência na gestão pública e na economia da sua ajuda ao desenvolvimento (Lourenço, 2006).

Cabo Verde tem tido sempre um dos melhores desempenhos no IDH. Cabo Verde está em 132º lugar no Índice de Desenvolvimento Humano 2012⁴. O país melhorou de 0,566 para 0,568 na pontuação global. Essa melhoria acompanha o progresso que Cabo Verde tem atingido em várias frentes, quer na alfabetização, quer na garantia do acesso aos cuidados primários de saúde e aumento da esperança de vida.

Entretanto, nos últimos anos, Cabo Verde tem vindo a desenvolver-se com a implementação de um conjunto de políticas públicas. Uma destas políticas públicas consistiu na implementação dos objetivos de desenvolvimento do milénio. Estes têm como objetivo promover o desenvolvimento económico e impor a integração das metas dos indicadores ODM nas políticas públicas nacionais, contextualizadas com o processo de evolução do país do grupo de Países Menos Avançados para a categoria dos Países de Rendimento Médio e da adesão à Organização Mundial do Comércio em 2008. Cabo Verde é uma nação aberta para o mundo e procura a excelência, com uma capacidade de produção reforçada baseada no desenvolvimento de recursos humanos, no reforço da infraestrutura física e tecnológica, e o orgulho de uma identidade nacional e cultural.

Segundo António Rebelo de Sousa, «Cabo Verde é já, hoje em dia, uma pequena economia aberta, estando, por conseguinte, muito condicionada pela conjuntura externa. A evolução económica conjuntural tem-se apresentado favorável, muito embora se registem alguns

⁴ PNUD/Relatório do Desenvolvimento Humano 2012.

“sinais de alerta”, com destaque para o aumento do ritmo de crescimento dos preços, com efeitos indutores negativos na competitividade externa»⁵.

2. Relevância do Tema

A investigação a desenvolver no âmbito da presente dissertação abrange duas vertentes:

- ✓ Os objetivos do milénio;
- ✓ O modelo do desenvolvimento a adotar, tendo em conta a evolução económica de Cabo Verde.

A escolha do tema deve-se à importância que os objetivos do milénio vêm assumindo no mundo, designadamente no que se refere à redução da pobreza e ao fomento do desenvolvimento. Na realidade, haveria um aumento da pobreza, devido ao crescimento das desigualdades sociais e à diminuição do rendimento per capita. O relatório do Banco Mundial (2000/2001)⁶ declara que o número de pobres vem aumentando de forma continuada na América Latina, África Subsaariana e Meridional. Apesar de a riqueza no mundo se ter expandido, as evoluções tecnológicas e a distribuição da riqueza têm vindo a operar-se de forma desigual, prejudicando as populações menos favorecidas. Por outro lado, a motivação prende-se com a necessidade de se compreender como é que um país sem recursos naturais conseguiu desenvolver-se e a influência que os objetivos do milénio tiveram nesse desenvolvimento. E, por fim, pretende-se dar alguma contribuição, ainda que simples, para a análise de um tema inovador que, em nosso entender, carece de estudos aprofundados.

3. Objetivos

Do que se disse resulta que o objetivo geral fundamental que se pretende atingir com o estudo a elaborar consiste em analisar se a própria definição dos objetivos do milénio constituiu ou não um importante contributo para a implementação de um modelo de desenvolvimento sustentado em Cabo Verde.

Esta análise passa, ainda, pela consideração de alguns objetivos específicos, designadamente no que concerne a uma avaliação da abordagem CDF (*Comprehensive Development Framework*), à relevância do Acordo de Cooperação Cambial celebrado, em

⁵ Sousa, António Rebelo de – “De Um Novo Conceito de Desenvolvimento, no Quadro da Economia Internacional”, ISCSP, 2008.

⁶ Banco Mundial/Relatório do Desenvolvimento Mundial 2000/2001.

1998, entre Portugal e Cabo Verde, e ao balanço das políticas públicas implementadas no período pós-1998.

4. Delimitação do Problema

Pretende-se, essencialmente, responder a duas questões, a saber:

- Terá Cabo Verde evoluído no sentido da concretização dos objetivos do milénio?
- Qual é o modelo de desenvolvimento mais adequado a Cabo Verde?

5. Enquadramento Teórico

Os ODM começaram como uma revisão da política de desenvolvimento da assistência no quadro do CAD (Comité de Auxílio ao Desenvolvimento). No início, os ODM foram relacionados com as necessidades de financiamento do maior doador. O crescimento económico é fundamental para a redução da pobreza, porque é a única fonte de aumento do rendimento para os pobres, que pode ser (comparativamente) rapidamente alcançada (Clemens, Kenny, & Moss, 2007, pp. 735 -751).

Em 2000, a ONU – Organização das Nações Unidas, ao analisar os maiores problemas mundiais, estabeleceu oito Objetivos do Milénio, definindo um prazo para lutar contra a pobreza extrema, a fome, a doença, e para promover a igualdade de género, a educação e a sustentabilidade ambiental. Por outro lado, os ODM são, também, uma expressão de direitos humanos fundamentais: os direitos de todos à saúde, à educação e à habitação. Por último, o oitavo objetivo estabelece uma parceria mundial para o desenvolvimento, incluindo compromissos nas áreas da ajuda ao desenvolvimento, da redução da dívida, do comércio e do acesso às tecnologias (ONU, 2010, p. 4).

Hulme (2010, pp. 1-55) considera que os objetivos de desenvolvimento do milénio (ODM) são a maior promessa do mundo — um acordo global para reduzir a pobreza e as privações através da ação colaborativa. Esses diferenciam-se de todas as outras promessas globais de redução da pobreza, para financiar, implementar e monitorizar medidas. No entanto, os ODM não são as primeiras promessas globais que foram feitas sobre a erradicação ou redução rápida da privação humana. Afigura-se possível encontrar algumas que remontam às contribuições do Presidente Franklin D. Roosevelt (janeiro de 1941), citado por Hulme (2010, pp. 1-55), no seu discurso para a Declaração dos Direitos do Homem em 1948, referindo que: “Toda a pessoa tem direito a um padrão de vida adequado para a saúde e bem-estar próprio e de sua família, inclusive à alimentação, o vestuário, à habitação, e aos cuidados médicos”. Os processos envolvidos na realização dos ODM podem ser entendidos

utilizando os conceitos de política pública global. Primeiro, a realização dos ODM foi um processo em curso, sem começo, sem fim e sem claras "fases" para identificação, formulação, avaliação e implementação — estas etapas foram entrelaçadas de formas diferentes, em momentos distintos. A ideia de uma lista oficial de metas de redução da pobreza especificadas não surgiu até 1995 e a ideia de usar o *Millennium* como o meio para projetar um consenso global em torno de uma lista de objetivos surgiu um ano depois.

Cleeve & Ndhlovu (2004, pp. 9-11) mencionam que os ODM são uma aliança única entre países ricos e países em desenvolvimento para combater a pobreza impressionante que condiciona muito do nosso mundo. Cada país, seja rico ou pobre, deve cumprir as suas responsabilidades e os ODM devem ser realizados. De um ponto de vista prático, os ODM são uma ferramenta para manter todos os 189 signatários responsáveis das Nações Unidas comprometidos com a consecução dos objetivos específicos. Eles oferecem uma oportunidade para os governos e cidadãos comuns em países pobres avaliarem os progressos realizados em relação a objetivos claros, prazos e critérios de avaliação. Essas metas associadas a indicadores já conseguiram, em grande medida, sensibilizar as decisões políticas para a necessidade de garantir progressos mensuráveis ao nível de várias dimensões do bem-estar.

Para Nelson (2007, pp. 2041-2055), os objetivos de desenvolvimento do milênio têm como objetivo melhorar a saúde, a nutrição e o bem-estar de alguns dos 1,2 bilhões de seres humanos, tendencialmente, metade dos que vivem com menos de um dólar por dia; por outro lado, enfatizam os seus laços com a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Os ODM podem ser uma componente da educação global de qualidade a todos os níveis. Eles podem ser usados para ensinar os alunos sobre o sistema das Nações Unidas, os Estados específicos, as questões da equidade/disparidades, saúde global, tendências ao nível das doenças e mudança social (Otieno, 2004, p. 53).

Alston (2005, pp.755-829) relata que os ODM e os direitos humanos não são apenas uma forma significativa de sobreposição em que se reforçam mutuamente, mas são totalmente compatíveis e complementares. Consequentemente, esses são vistos como um ajuste natural, impulsionado pelos mesmos objetivos, utilizando meios muito semelhantes, enfrentando obstáculos comuns e contando com círculos eleitorais intimamente relacionados com as dinâmicas das políticas, a fim de fazer progressos. Os Estados são obrigados a fazer o seu melhor para garantir que os agentes privados não violam os direitos humanos, mas os órgãos de decisão supranacionais não estão preparados para ir tão longe, a ponto de se assegurar que, na ausência de uma ação efetiva por parte do Estado, o direito

internacional impõe obrigações diretas sobre os atores privados, tais como cuidados de saúde privados ou prestadores de serviços de água ou corporações transnacionais. Isto pode vir a ser uma abordagem excessivamente prudente nos próximos anos, com a evolução para garantir que esses atores privados são capazes de assumir responsabilização direta, onde não há alternativa eficaz.

Para Fukuda-Parr & Hulme (2011, pp. 17-36), o propósito do desenvolvimento como objetivo global requer cooperação internacional e tem tido muitas definições. Tais definições dependem de como os líderes políticos vislumbram objetivos normativos importantes para o mundo; como os cientistas, economistas, filósofos, políticos teorizam o processo de desenvolvimento e como essas ideias são utilizadas e adotadas pelas principais partes interessadas. Uma evolução significativa nos últimos anos tem sido o surgimento de um amplo consenso sobre o fim da pobreza como objetivo global de desenvolvimento. Este consenso é institucionalizado na Declaração do Milénio das Nações Unidas, adotada em 2000, e no uso generalizado das metas globais que se tornaram conhecidas, como os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM). Noutros termos, os ODM são veículos para comunicar e promover o objetivo de acabar com a pobreza global no século XXI, juntamente com os direitos humanos, a paz e a democracia.

Vários parceiros internacionais comprometeram-se a alcançar as metas de tratamento e prevenção para o VIH/SIDA, a tuberculose e a malária. Os programas nacionais têm demonstrado a capacidade de entregar resultados significativos usando o apoio do Fundo Global e parceiros técnicos. Os países mais afetados têm vindo a mostrar a sua pretensão de cumprir as metas internacionais, mas os esforços nesse sentido devem aumentar, substancialmente, para aproximar as metas internacionais e os ODM (Komatsu, R., Low-Beer, D., & Schwartländer, B., 2007, pp. 805-811).

Segundo Omona (2010, pp. 129-159), a política democrática é a moeda universal, que liga a liderança para mudar, os recursos para a reforma e ação para resultados aceitáveis quando todas as instituições de governação são funcionais. Infelizmente, na maioria das economias em desenvolvimento, existe um défice de governo em termos de responsabilidade, igualdade de tratamento, coerência política, inclusão e democracia. Atualmente, existe uma mudança gradual do Estado como o ator dominante na política mundial para uma estrutura mais complexa, que envolve Estados, federações regionais, redes de cidades, diásporas globais, comunidades globais de valores, grandes corporações e movimentos sociais. Essas mudanças fornecem justificação suficiente na institucionalização da governação global, num esforço para chegar a uma estrutura que é relevante e sensível aos desafios do século XXI. Para as metas dos ODM serem atingidas, o mundo precisa de uma instituição forte e

transformacional. A evolução crescente da governação aos níveis sub-regional e regional ainda está aquém da estrutura ideal que poderia dar início a uma verdadeira democracia.

Alcançar as metas internacionais de desenvolvimento requer estratégias muito diferentes e intervenções em cada país que reflitam as condições nacionais, necessidades e prioridades. Estes desafios, portanto, devem ser superados pelos próprios africanos. Os líderes africanos prometeram e assumiram um forte compromisso com seu povo e com o mundo inteiro (Ahmed & Cleeve, 2004, pp. 12-29).

Os objetivos sociais proclamados pelos ODM não constituem os objetivos reais de todo o exercício. O seu suposto acondicionamento democrático deve, por sua vez, ser objeto de uma dúvida legítima. Nenhuma democracia poderá criar raízes se não apoiar o progresso social, mas, em vez disso, estiver associada com a regressão social. Esta é, sem dúvida, a razão pela qual o termo “governança” é servido como um acompanhamento para a retórica vazia dos ODM. A Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD) é, sem dúvida, parte do novo pensamento liberal, mas não com a grande convicção que aparenta. Nem os ODM nem o NEPAD conseguirão atenuar a gravidade dos problemas e diminuir os processos resultantes da não evolução política e social. A legitimidade dos governos desapareceu em África (Amin, S., 2006, pp. 1-15).

O aumento dos valores de financiamento nacionais é baseado no pressuposto de que os gastos do governo sobre os ODM vão aumentar 4 pontos percentuais do PIB durante os próximos 10 anos. Num país de baixo rendimento, tal corresponde a um aumento de 5% do PIB a 9%, comparativamente com países de desenvolvimento médio. Fluxos de ajuda internacional continuarão a ser uma proporção muito baixa do rendimento do país rico (Wai-Poi, M., 2005, pp. 285-290).

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) fornecem um conjunto claro de metas para mobilizar a comunidade internacional para o desenvolvimento, nomeadamente na área de financiamento do desenvolvimento. No entanto, apesar da evidência de que a ajuda em geral funciona, os diversos estudos feitos revelam que as ajudas têm diminuído durante grande parte do período recente, com graves consequências para o crescimento e a redução da pobreza no mundo em desenvolvimento. As contribuições para o cumprimento dos ODM têm como premissas dois pressupostos fundamentais: primeiro, a ajuda eleva o crescimento económico (reduzindo a pobreza, quando o processo de crescimento é pró-pobre); segundo, a ajuda alarga as restrições orçamentais. Estes pressupostos também sustentam argumentos de que a ajuda pode promover a segurança humana, o crescimento, modos de vida pacíficos e despesas de desenvolvimento, aumentando a reparação das

injustiças, reduzindo a necessidade de recorrer à violência como um meio de subsistência ou para expressar a frustração com o *status quo* (Addison, T., Mavrotas, G., & McGillivray, M., 2005, pp. 113-127).

Estudos recentes mostram que a assistência oficial ao desenvolvimento (APD), ou ajuda externa, tem um efeito forte e positivo sobre o desempenho económico de um país, que se comprometeu a uma certa política e reformas estruturais. Mas esses estudos também mostram que os investidores privados podem ser vagarosos para responder quando os países de baixo rendimento melhoram o clima dos investimentos e serviços sociais. É precisamente nesta fase que a ajuda pode ter um grande impacto sobre o crescimento e a redução da pobreza. Assim, se as nações da OCDE aumentarem os seus orçamentos de ajuda externa, mesmo que apenas modestamente, seria uma bênção para as nações em desenvolvimento. Infelizmente, o prognóstico nessa frente não é animador. A ONU sugere que os países de alto rendimento devem doar 0,7% do PIB em ajuda. No entanto, apenas um ou dois países de alto rendimento cumprem este objetivo. O facto é que a ajuda ao desenvolvimento está em queda. Embora os atuais níveis de ajuda sejam totalmente inadequados para as tarefas em mãos, o problema é agravado pelo facto de que a ajuda disponível nem sempre é utilizada de uma forma eficiente. Conquanto os países em desenvolvimento são um grupo diversificado, a grande maioria dos países de baixo rendimento depende fortemente do financiamento oficial. Os pobres do mundo têm pouca esperança de sair da vida de privação, a menos que os governos dos países ricos e pobres tomem medidas imediatas e concertadas para resolver as causas profundas da estagnação económica e da pobreza. Atualmente, a comunidade global está num momento crítico da sua luta contra a pobreza global e a injustiça (Shalendra., 2004, pp. 51-66).

6. Enquadramento Metodológico

Para a demonstração dos objetivos referidos, recorrer-se-á a uma metodologia que consiste na pesquisa bibliográfica, artigos de publicações pertinentes, em legislação, em sítios de internet e ainda em relatórios institucionais. Numa primeira parte, analisar-se-á bibliografia sobre a contextualização de Cabo Verde; procuraremos também abordar, de uma forma aprofundada, artigos científicos que se pronunciam sobre a relevância do tema. Na segunda parte do trabalho, analisaremos os documentos que se relacionam com a Abordagem do CDF e as suas implicações para o desenvolvimento. Relativamente à terceira parte, recorreremos a publicações sobre o acordo da cooperação cambial. Por último, examinaremos os relatórios publicados sobre os progressos atingidos em termos de ODM'S em Cabo Verde. Deste modo, procuraremos examinar o programa do governo, os relatórios da política monetária e da estabilidade financeira do BCV e MFP, os relatórios do FMI sobre

Cabo Verde. Logo, o modelo de análise será de natureza qualitativa para atingirmos os objetivos propostos neste estudo.

A pesquisa bibliográfica e os estudos feitos sobre Cabo Verde serão, essencialmente, importantes para compreendermos a contextualização da evolução do país. Será fundamental a análise dos artigos científicos para a compreensão dos conceitos teóricos já estudados sobre os objetivos do milénio. Examinaremos os principais contributos no que diz respeito à influência dos ODM'S no mundo.

Entretanto, o primeiro capítulo será dedicado à abordagem CDF (*Comprehensive Development Framework*). Passaremos, a seguir, para o debate sobre o desenvolvimento a partir da Abordagem CDF e para o paradigma subjacente a essa abordagem, em torno do acordo da cooperação cambial entre Cabo Verde e Portugal.

O segundo capítulo será dedicado à importância que o acordo da cooperação cambial teve na evolução da economia cabo-verdiana e, conseqüentemente, no seu desenvolvimento.

Por último, no terceiro capítulo, avaliaremos os objetivos do milénio e os resultados atingidos em Cabo Verde. Por outro lado, analisaremos o contributo das ajudas públicas de que Cabo Verde tem beneficiado para o seu processo de desenvolvimento. Por fim, procura-se refletir sobre a evolução da economia cabo-verdiana e o seu modelo de desenvolvimento.

7. Estrutura da Dissertação

O trabalho é constituído por três capítulos. O primeiro capítulo é dedicado à abordagem do CDF (*Comprehensive Development Framework*), com o objetivo de compreender os impactos no desenvolvimento a partir do CDF e o paradigma do sucesso dessa abordagem em torno do acordo de cooperação cambial entre Cabo Verde e Portugal.

No segundo capítulo, dedicamo-nos à importância que o acordo de cooperação cambial teve em Cabo Verde, com especial ênfase no seu impacto na economia cabo-verdiana.

Por último, no terceiro capítulo, debruçamo-nos sobre aquela que é a discussão em torno dos objetivos do milénio, bem como sobre os resultados atingidos em Cabo Verde. Analisamos, também, o contributo das ajudas públicas de que Cabo Verde tem beneficiado para o desenvolvimento. Por fim, estudamos a evolução da economia cabo-verdiana, bem como o seu modelo de desenvolvimento.

Capítulo I - Análise da relevância da abordagem CDF (Comprehensive Development Framework) na prossecução de desenvolvimento

1.1. Abordagem CDF (Comprehensive Development Framework)

A Abordagem Integrada do Desenvolvimento (CDF) foi proposta pelo presidente do Banco Mundial, James Wolfensohn, em 1997, como um meio pelo qual os países podem gerir o conhecimento dos recursos para projetar e implementar estratégias eficazes para o desenvolvimento económico e redução da pobreza, para melhor equilíbrio na formulação de políticas, destacando a interdependência de todos os elementos de desenvolvimento social, estrutural, humano, governação ambiental, económica e financeira. Por outro lado, o CDF enfatiza parcerias entre os governos, doadores, sociedade civil, sector privado e desenvolvimento de outros atores.

De acordo com Rebelo de Sousa (2008, pp. 176-177), a abordagem CDF pretende adotar uma perspetiva de política de cooperação, tornando-se indispensável atuar em sete áreas distintas, bem como intervir em níveis diferenciados.

Assim, as áreas em que se tornaria indispensável atuar conjugadamente seriam as seguintes:

- *Good governance* (governo eficaz e transparente);
- Sistema judicial forte e independente (indispensável à *good governance*, estando ligado ao princípio de separação de poderes);
- Sistema financeiro forte (capaz de canalizar poupanças para o tecido produtivo e de assegurar a conciliação de alguma autonomia da política monetária com a adoção de uma política de estabilidade cambial, com recurso às *sterilized interventions* do Banco Central);
- Educação e formação (essencial, inclusive, para a resolução da problemática resultante das indivisibilidades tecnológicas);
- Sistema de saúde eficiente (o que se prende com a ligação da produtividade e bem-estar);
- Infraestruturas de Enquadramento que permitam atingir mínimos de Bem-Estar e obter economias externas impulsionadoras do desenvolvimento (envolvendo, nomeadamente, o saneamento básico, os transportes e as telecomunicações);
- Defesa do meio ambiente.

Para além de atuar nessas áreas, afigura-se indispensável intervir a quatro níveis distintos, a saber:

- ✓ o da negociação da Dívida Externa (e, por vezes, da Dívida Pública), criando-se, para o efeito, um *Trust Fund* n.º 1;
- ✓ o da negociação e implementação de um Programa de Ajustamento Estrutural, com a criação de um *Trust Fund* n.º 2;
- ✓ o da concretização de uma Política de Estabilização Macroeconómica consistente, o que implica a definição de objetivos de convergência nominal (e a criação de uma Facilidade de Crédito a Curto Prazo);
- ✓ o das reformas institucionais.

Rebello de Sousa (2008, pp. 177-179) sublinha que a negociação da Dívida Externa implica, em certos casos, o recurso à negociação no quadro da Iniciativa da Dívida, tornando necessário criar um *Trust-Fund* n.º 1, a partir da contribuição de países doadores e de organismos de cooperação multilateral.

No que diz respeito à negociação e implementação de um Programa de Ajustamento Estrutural, o mesmo deve ajustar-se às intervenções a realizar nas sete áreas atrás mencionadas, obrigando à definição de um Programa Integrado de Cooperação Plurianual, procurando-se, simultaneamente, atender à definição de políticas de combate à pobreza. Por outro lado, o Programa de Ajustamento Estrutural obriga à existência de um *Trust-Fund* n.º 2, a partir da contribuição de países doadores e de organismos de cooperação multilateral, com intervenção de Instituições Financeiras Internacionais.

No que concerne à concretização de uma Política de Estabilização Macroeconómica consistente, importa referir a importância de se contribuir para a criação de condições propiciadoras de estabilidade cambial, tendo em vista a ulterior convertibilidade da moeda nacional.

Quanto às reformas institucionais, importa proceder à sua articulação com os objetivos atrás mencionados de *good governance*, criação de um Sistema Judicial forte, de um Sistema Financeiro sólido e dinâmico, procurando-se, simultaneamente, assegurar a existência de estruturas produtivas competitivas e de uma Administração Pública eficaz.

Black (2000, pp. 159-164) considera que cada país deve tomar medidas e Política Económica e Programas de Desenvolvimento, com outros atores, nomeadamente através da coordenação com os países doadores. O desenvolvimento deve ser holístico, com foco em problemas sociais e económicos. Todos os agentes de desenvolvimento devem ser envolvidos na formulação e implementação da política de desenvolvimento. O CDF promove a transparência e a coordenação global entre os vários atores envolvidos no processo de

formulação de políticas de desenvolvimento, assim como na identificação e na coordenação de atores que vão implementá-las.

Maxwell, Foster, Naschold, & Conway (1999, pp. 19-20) afirmam que, dos quatro pilares fundamentais do CDF, três são de particular relevância para o planeamento do desenvolvimento:

- a ênfase numa abordagem holística para a transformação a longo prazo da estrutura social, económica e política;
- os objetivos comuns com base numa análise racional dos pontos fortes e fracos de diferentes organizações (nomeadamente, os governos centrais e locais, os doadores, as ONGs e os sectores privados);
- uma orientação para os resultados, o que implica investimento no desenvolvimento de indicadores adequados, ligando estes indicadores para a aprendizagem e prestação de contas.

No contexto africano, há muito a ser dito sobre esta abordagem CDF. Do ponto de vista da África Subsaariana, duas críticas importantes se destacam: "Se os esforços das reformas nos países em desenvolvimento continuam a ser limitados ao FMI, no estilo de seus agentes macroeconómicos, vamos enfrentar uma sucessão contínua de decepções", (cit. por Porter, Relatório de Competitividade Global, 1999). Nos países industrializados, diz o autor, "a reforma micro" tem sido fundamental para reverter o desemprego e melhorar o padrão de vida. A experiência africana mostra que, mesmo quando reformas macroeconómicas são implementadas durante um longo período, o crescimento resultante é limitado no sector primário (agricultura, mineração, petróleo e gás), com pouco impacto sobre a competitividade e a eficiência da indústria e dos serviços. A segunda crítica substantiva diz respeito à diferença entre as declarações políticas das instituições de Bretton Woods — na transparência, na melhor prática de estabilização de desenvolvimento em condições de igualdade e na sua conduta operacional (Hawkins, 1999. p. 1).

1.2. CDF (Comprehensive Development Framework) e a Redução da Pobreza

A Estratégia da Redução da Pobreza (PRSP) é baseada em princípios CDF, que integram as políticas de redução da pobreza num crescimento, coerente e macroeconómico, e alívio da dívida. Tal como acontece com o CDF, os governos são responsáveis pela preparação de Políticas de Redução da Pobreza com a participação de parceiros nacionais e internacionais. A Política de Redução de Pobreza deve ser amplamente apoiada pelo BM e

pelo FMI, para fornecer uma base em países de baixo rendimento. Assim, a PRSP é um veículo operacional, com base em princípios CDF — que se destina a traduzir a estratégia de um país na redução da pobreza. De facto, os países que utilizaram os princípios do CDF (como Gana, Uganda e Bolívia) têm estado na vanguarda do sucesso na preparação de PRSPs (Wolfensohn, & Fischer, 2000, p. 1).

Segundo Wolfensohn⁷, todos os governos, as instituições multilaterais e da sociedade civil têm de desempenhar um papel importante no alívio da dívida, na integração comercial e nas abordagens inovadoras para a redução da pobreza. As pessoas pobres não são passivas, mas ativas. Segundo o autor, temos que investir nas pessoas pobres e capacitá-las. O desenvolvimento não deve ser feito para elas, mas por elas. A boa governação e o combate à corrupção são fundamentais para ajudar e convencer os doadores de que os recursos adicionais serão utilizados de uma forma eficaz. Os países menos desenvolvidos devem abordar estas questões, onde os líderes políticos, funcionários públicos e grupos de comunidades estão comprometidos em implementar a mudança — assim, a ajuda aumenta a confiança do público no processo de reforma e atrai um maior investimento privado nas economias nacionais.

A má governação e o conflito ainda assolam alguns países menos desenvolvidos, prejudicando as suas capacidades de atrair a utilização dos recursos eficazes no desenvolvimento. Esses países podem certamente beneficiar de aconselhamento e assistência técnica, mas, em última análise, cabe a eles reformar as instituições, implementar a regulamentação e combater a corrupção. O Banco irá desempenhar um papel catalisador das oportunidades comerciais crescentes para África e outros países pobres, para reforçar as suas capacidades de negociar com a Organização Mundial do Comércio (OMC) e os países ricos. O papel analítico e consultivo do Banco irá apoiar as políticas nacionais para fortalecer as instituições de mercados e infraestruturas, que têm um potencial considerável para a criação de grandes ganhos do comércio.

Segundo Clinton (1996, p. 194), os desafios para a África Subsariana são difíceis e variados. Soluções não serão fáceis ou rápidas. O elemento mais importante de qualquer estratégia de desenvolvimento, em que o sucesso de todos os outros elementos depende da vontade do povo e de seus líderes para fazer o correto, e muitas vezes difíceis escolhas, é a política. É este ponto que nos dá motivos para ter otimismo sobre a África hoje. Cada vez mais, os governos democráticos em África estão a implementar as políticas baseadas no

⁷ Vide, a este propósito, James, D. W. in “Meeting the challenge of global poverty”, 2001.

mercado económico, colocando assim os seus países em caminhos comprovados para o sucesso.

A lição que aprendemos sobre o que constitui o desenvolvimento bem-sucedido pode ser reunida numa série de princípios que podem orientar o nosso trabalho e formam a base das novas abordagens para a redução da pobreza. Primeiro, o desenvolvimento económico é a força matriz por detrás da Abordagem Integrada do Desenvolvimento (CDF) e da Estratégia de Redução da Pobreza (PRSP). Em segundo lugar, não é suficiente falar só com os governos. O Desenvolvimento deve abraçar toda a sociedade civil (incluindo ONGs, fundações, universidades e instituições de pesquisa e grupos baseados na comunidade), o sector privado, apoios bilaterais, as outras instituições multilaterais, governos e seus parlamentos. Em terceiro lugar, a coordenação dos doadores é fundamental. Tendo os países a preparar mais de múltiplos relatórios sobre o mesmo projeto para satisfazer diferentes doadores, é um desperdício tanto de recursos, como de capacidade. Em 2001, foi decidido fazer todo o trabalho para a harmonização efetiva de políticas e procedimentos operacionais para tornar a ajuda mais eficaz. A Estratégia de Redução da Pobreza (PRSP) é uma oportunidade para os doadores coordenarem a assistência com base nas prioridades de cada país. Em quarto lugar, importa focar mais em produtos e resultados. Nas diversas conferências, em 2001, o Banco Mundial e o FMI comprometeram-se uma racionalização da condicionalidade e em a construção dos compromissos nacionais para a reforma. Novo instrumento do Banco, o Crédito de Apoio à Redução da Pobreza (PRSC) irá fornecer empréstimos programáticos com condições guiadas para estratégias nacionais de redução da pobreza. Finalmente, as ações coletivas, globais ou regionais, são fundamentais para enfrentar os desafios de desenvolvimento que transcendem as fronteiras nacionais (Wolfensohn, 2001, pp. 1-2).

Juntamente com esse foco na "liderança do governo e coordenação entre os governos executivos e local," a estratégia PRSP afirma que "tem incentivado muitos países para alcançar os agentes de uma forma sem precedentes, evoluindo para outros movimentos que resultaram em mecanismos permanentes".

É fácil concluir que as palavras-chave identificadas no papel de James Wolfensohn (apropriação, coordenação, transparência, responsabilidade) são as palavras certas e refletem o pensamento atual sobre o assunto. A segunda lição é que o desenvolvimento da parceria é um processo orgânico, que cresce à medida que a confiança se desenvolve. A terceira lição é que a responsabilização mútua parece estar no centro de relações de parceria de sucesso e que a responsabilidade é muitas vezes apoiada por procedimentos formais e até mesmo por um quadro jurídico. O Banco vai querer abordar esses três

problemas. Uma maneira de fazer isso é assumir a ideia de um código de conduta em parceria, originalmente proposta no seu próprio artigo de 1998 (Maxwell, Foster, Naschold & Conway, 1999, pp.19-20).

Portanto, as Organizações como o Banco Mundial, o FMI, as ONGs internacionais e os governos dos países doadores dizem ser a construção de governação em rede, em vez de uma relação de poder de cima para baixo. Conceitos como parceria, propriedade e capacitação são importantes na construção desta impressão. Como outras formas de regulação transnacional, como o "Método Aberto de Coordenação" dentro da União Europeia e do Relatório do Fórum Económico Mundial de Competitividade Global, a abordagem PRSP, incentivando os Estados a ajustarem-se num processo que estimula a boa governação através de informação, revisão, indicadores de desempenho, transparência e avaliação (Joseph Jonathan, 2010, pp.1).

1.3. Da abordagem CDF ao Acordo de Cooperação Cambial entre Cabo Verde e Portugal

Rebello de Sousa (2008) considera que, no Acordo de Cooperação Cambial (ACC) assinado em 1998, em primeiro lugar, privilegiou-se a adoção de mecanismo indirectos e não de mecanismo artificiais, tendo em vista a gradual criação de condições propiciadoras da convertibilidade do escudo cabo-verdiano.

Em segundo lugar, deu-se prioridade à redução da dívida pública, através da criação de um *Trust-Fund*, condição necessária para uma significativa diminuição das despesas orçamentais e, por conseguinte, do rácio défice orçamental/PIB, bem como para a implementação de políticas de estabilização macroeconómica conducentes ao gradual respeito de critérios de convergência nominal semelhantes aos definidos ao nível da União Económica e Monetária (UEM), no quadro da União Europeia (UE).

Em terceiro lugar, considerou-se da maior importância a definição e concretização de um Programa de Ajustamento Estrutural, em sintonia com o Banco Mundial, procurando-se assegurar a canalização de apoios financeiros destinados à formação e qualificação de mão-de-obra (em articulação com novas políticas de modernização das estruturas existentes no sector educacional), à expansão e melhoria das infraestruturas de transportes, à transformação qualitativa das infraestruturas de saúde, bem como nos domínios habitacional e das telecomunicações.

Em quarto lugar, e no quadro do acompanhamento das políticas de estabilização macroeconómica e do Programa de Ajustamento Estrutural, não foram esquecidos os

aspectos atinentes às reformas institucionais e ao processo de privatizações, sem, todavia, se ter posto em causa o princípio do integral respeito pela soberania nacional.

O Acordo da Cooperação entre Portugal e Cabo Verde, assinado em 3 de julho de 1998, será desenvolvido no próximo capítulo.

Capítulo II — Da Importância do Acordo de Cooperação Cambial

2.1. O Acordo⁸ de Cooperação Cambial entre Cabo Verde e Portugal

Na sequência de um protocolo assinado em 25 de julho de 1997, pelos Ministros das Finanças de Portugal e da Coordenação Económica de Cabo Verde, foi criado um Grupo de Trabalho com o intuito de analisar as condições em que se tornaria possível caminhar no sentido da convertibilidade⁹.

No seguimento de múltiplas reuniões do sobredito Grupo de Trabalho, viria a ser celebrado, em 13 de março de 1998, um Acordo de Cooperação Cambial (ACC), bem como um conjunto de protocolos relativos à criação da Comissão do Acordo de Cooperação Cambial (COMACC) e à criação da Unidade de Acompanhamento Macroeconómico (UAM), as quais passariam a constituir a base de referência de uma nova conceção da política de cooperação (Rebelo de Sousa, 2008, p. 91).

A COMACC é constituída por representantes do Ministério dos Negócios Estrangeiros, pelo Ministério das Finanças e da Coordenação Económica no caso de Cabo Verde e do banco central de cada país. Anualmente, a COMACC remete aos Ministérios das Finanças ou da Coordenação Económica um relatório de execução do ACC.

A UAM foi criada pela COMACC e é dela hierarquicamente dependente. Mas, a sobredita UAM (Unidade de Acompanhamento Macroeconómico) é composta por quatro técnicos, sendo dois representantes da parte portuguesa (um designado pelo Ministério das Finanças e outro pelo Banco de Portugal) e dois representantes da parte cabo-verdiana (um designado pelo Ministério da Coordenação Económica e outro pelo BCV). Cabe à UAM acompanhar o funcionamento da execução do ACC, verificar o cumprimento dos critérios de referência macroeconómicos, acompanhar as medidas de política económica, verificar o cumprimento do programa macroeconómico, verificar o cumprimento das regras cambiais e

⁸ Decreto-lei 24/98 – Acordo de Cooperação Cambial entre a República Portuguesa e a República de Cabo Verde.

⁹ Rebelo de Sousa, A. in “De Um Novo Conceito De Desenvolvimento, No Quadro Da Economia Internacional”, Universidade Técnica de Lisboa - ISCSP, Lisboa, 2008.

colaborar com as autoridades cabo-verdianas no que respeita a operações de Balança de Pagamentos e de dívida pública. A UAM elabora relatórios trimestrais sobre a evolução da economia cabo-verdiana.

A par da fixação de uma paridade cambial unilateral relativamente ao escudo português, as autoridades cabo-verdianas, no quadro de uma política integrada de reforma das relações cambiais com o exterior, aprovaram a livre circulação de capitais e a possibilidade de serem efetuados depósitos em moeda estrangeira na banca nacional, por parte dos agentes residentes. A paridade foi fixada em 0.55 CVE/PTE e o ACC instituiu, de facto, um regime de paridade fixa convencional, livre de restrições aos pagamentos e transferências correntes. Com a substituição do PTE pelo Euro, em 1 de janeiro de 1999, a paridade face ao PTE foi convertida numa paridade face à moeda europeia, o que permitiu a Cabo Verde beneficiar, através da moeda portuguesa, do acesso a todo espaço euro. Esta foi então fixada em 110.265 CVE por Euro, mediante parecer positivo do Banco Central Europeu (BCE) e decisão favorável do Conselho Europeu (BCV, 2008, p. 33).

A Facilidade de Crédito prevista neste acordo é a sua grande característica distintiva relativamente a outros acordos de génese semelhante. Esta Facilidade de Crédito, concedida pela parte portuguesa, tem por objetivo, essencialmente, a antecipação de receitas cambiais próprias de Cabo Verde, destinando-se ao pagamento da importação de bens essenciais e à amortização da dívida externa (serve, no fundo, o propósito da garantia ilimitada da convertibilidade da moeda). Para estes propósitos, foi então colocado à disposição das autoridades cabo-verdianas um crédito máximo de 5,5 mil milhões de escudos portugueses (ou, atualmente, aproximadamente 27,5 milhões de Euros), que poderá ser elevado a 9 mil milhões de escudos portugueses (sensivelmente 45 milhões de Euros), desde que a COMACC o autorize, depois de apresentadas garantias satisfatórias por parte das autoridades cabo-verdianas e verificado o cumprimento do programa macroeconómico estabelecido. É de registar que, sempre que a utilização da Facilidade de Crédito atinja os 5,5 mil milhões de escudos portugueses, os pedidos para além deste montante deverão ser acompanhados de um depósito colateral, à ordem das autoridades portuguesas, de reservas cambiais equivalentes a 35% do valor solicitado.

Relativamente ao reembolso dos créditos concedidos ao abrigo da Facilidade de Crédito, este deverá ocorrer na íntegra até 31 de dezembro do ano em que aqueles foram solicitados, sem prejuízo de se proceder de imediato, no primeiro dia útil do ano seguinte, à sua renovação. Excecionalmente, está prevista a possibilidade de um máximo de 20% da amortização ser transferida para 31 de janeiro do ano seguinte, com as correspondentes repercussões sobre a data de renovação do crédito.

Está estipulado que Portugal pode decretar unilateralmente, ou sob proposta da COMACC, a suspensão da Facilidade de Crédito, na eventualidade do surgimento de dúvidas relativamente à capacidade das autoridades cabo-verdianas em cumprir com as suas obrigações contratuais de reembolso do crédito.

Registe-se, finalmente, que cada um dos pedidos de utilização da Facilidade de Crédito não poderá ultrapassar o montante de mil milhões de escudos portugueses (aproximadamente 5 milhões de Euros), devendo esses pedidos ser acompanhados, entre outros elementos, da justificação efetiva da necessidade de reservas cambiais (o acesso ao crédito só poderá ocorrer quando as reservas externas líquidas do BCV forem inferiores a três meses de importações do ano anterior, em valor), bem como de indicações precisas das receitas cambiais que se espera poderem vir a servir para o reembolso posterior dos créditos.

A adoção por Cabo Verde dos critérios macroeconómicos do Tratado da União Europeia relativos à inflação, taxas de juro de longo prazo, défice orçamental, dívida pública e estabilidade da taxa de câmbio, embora consagrada no artigo 4º do Acordo e realçada sistematicamente pelas instâncias políticas de ambos os países, não tem implicações formais nem legais. Beneficia, como critério de avaliação geral do sentido das políticas macroeconómicas de Cabo Verde, e, portanto, para aferida sustentabilidade da paridade. Nesse sentido, é um fator de credibilização do ACC, até porque ajuda a sustentar as políticas macroeconómicas e financeiras exigentes e saudáveis preconizadas pelas autoridades de Cabo Verde (Martins, Loureiro & Ribeiro, 2008).

Segundo Marques¹⁰, Portugal, em particular, e os países da União Europeia, em geral, foram-se assumindo progressivamente, ao longo da década de 90, como os principais parceiros comerciais de Cabo Verde, a ponto de Portugal representar hoje a origem e o destino de mais de 50% das trocas comerciais de Cabo Verde com o exterior. Na sequência disso, Cabo Verde fixou a sua taxa de câmbio relativamente ao seu principal parceiro comercial (e, certamente, principal alvo dos esforços de potenciação das exportações), o que, como se sabe, tem precisamente como efeito esperado o incremento das trocas comerciais, como resultado da estabilidade cambial criada e da consequente redução da incerteza e dos custos de transação.

¹⁰ Vide, a este propósito, Marques, P. in “Uma Análise da Racionalidade do Acordo Cambial Luso-Cabo-verdeano à luz do (novo) conceito de Zonas de Cooperação Monetária Ótima”, ISEG - UTL, 2001.

2.2. Objetivos do Acordo de Cooperação Cambial (ACC)

O ACC que foi estabelecido em março de 1998 visava sobretudo a ligação da moeda cabo-verdiana à moeda portuguesa, através de um regime de paridade fixa, e a criação de condições que garantissem a convertibilidade do escudo cabo-verdiano (CVE). O acordo fixa alguns objetivos, sendo de realçar três¹¹:

- a criação de condições para o incremento dos fluxos comerciais e de investimento;
- apoio ao processo de reformas estruturais da economia cabo-verdiana com vista à abertura e modernização da sua economia;
- a estabilidade cambial entre as moedas dos dois países, como condição para o sucesso dos objetivos enunciados.

Por outro lado, este ACC teria como objetivos intermédios o desenvolvimento e a consolidação dos laços económicos entre Portugal e Cabo Verde, em termos de comércio e de investimentos bilaterais, assim como garantir condições favoráveis capazes de assegurarem, em Cabo Verde, a continuidade das reformas estruturais em curso que permitam o ajustamento, a abertura e a modernização da economia.

O contributo do ACC para o cumprimento do primeiro objetivo traduz-se diretamente na redução da oscilação cambial, o que favorece relações económicas estáveis, a longo prazo, entre as regiões. Quanto ao contributo do ACC para o segundo objectivo, este advém das características estruturais da economia cabo-verdiana, uma pequena economia, muito aberta ao exterior, sem recursos naturais substanciais, muito dependente de importações e tomadora de preços internacionais em produtos básicos de consumo e investimento, produtora e exportadora de um número restrito de bens e serviços e com trocas a nível internacional muito centradas numa área económica de moeda sólida. É de sublinhar que o objetivo intermédio de estabilidade cambial em Cabo Verde não constituiu uma novidade de 1998. No seguimento da independência face a Portugal, em 1975, e da criação do CVE, em 1 de março de 1977, Cabo Verde optou por desligar a sua moeda da moeda portuguesa, de forma a evitar que o CVE fosse forçado a seguir a desvalorização do PTE, inerente ao regime de “crawling peg”, adotado por Portugal em 1977 e em vigor até 1990. O CVE foi então ligado a um conjunto de moedas representativas dos países com os quais Cabo Verde tinha relações económicas mais intensas e a taxa de câmbio efetiva foi gerida de modo a permitir a estabilização da economia e de forma a evitar tendências perturbadoras na taxa efetiva real. Em 1997, o cabaz de moedas continha nove moedas, nas quais o PTE

¹¹ BCV in “ Os Regimes Cambiais em Cabo Verde”, Série Educação Financeira - N.º 08 / 2008.

valia cerca de 50%. O conjunto de moedas do Mecanismo de Taxas de Câmbio do Sistema Monetário Europeu valia por essa nesse período cerca de 80%¹².

Os objetivos refletem o contexto que se vivia na altura, fortemente condicionado pela grande instabilidade cambial, numa época em que se levantavam sérias dúvidas quanto à política cambial vigente e em que subsistiam desequilíbrios macroeconómicos insustentáveis, que colocavam em risco as próprias reservas externas do país. Demonstram também a escolha de Cabo Verde de uma ligação estratégica com Portugal, visando ultrapassar os constrangimentos impostos ao desenvolvimento interno. Isso porque Cabo Verde, assim como os demais micro Estados, tem uma economia extremamente aberta, é um país vulnerável, fortemente dependente dos influxos resultantes das transferências correntes, o que deixa a sua economia refém das flutuações nas taxas de câmbio. Reúne assim os condicionalismos típicos que levam as pequenas economias insulares a optar por regimes de câmbios fixos. A escolha por regimes fixos pode assumir duas formas: ou a ligação a um cabaz de moedas, como aconteceu até 1998, ou a ligação a uma única moeda, como é a situação do ACC (BCV, 2008).

Se, por um lado, as características da pequena economia de Cabo Verde levam a que o país opte por um regime de taxas de câmbio fixas, por outro, a intensidade das relações económicas com Portugal justifica que se tenha decidido pela vinculação ao escudo português. O ACC veio potenciar a integração económica entre Cabo Verde e Portugal e, apesar de não refletir todos os requisitos típicos de uma Zona Monetária Ótima, é indiscutível a existência de uma Zona Monetária Natural, com base numa intensa relação económica e num passado comum.

O ACC implica a assunção de compromissos pelas partes: a parte portuguesa compromete-se a garantir a convertibilidade da moeda cabo-verdiana, mediante a abertura de uma facilidade de crédito¹³ para reforço das reservas cambiais de Cabo Verde; a parte cabo-

¹² Câmara de Comercio Industria e Turismo Portugal-Cabo Verde. (2009). “Avaliação do Acordo de Cooperação Cambial Cabo Verde-Portugal”. Editor: GPEARI-Ministério das Finanças e da Administração Pública de Portugal.

¹³ O art.º 3.º do Protocolo relativo à Facilidade de Crédito estipula o seguinte:

“A linha de crédito é fixada em 5,5 mil milhões de escudos portugueses. Este montante poderá ser elevado para 9 mil milhões de escudos portugueses, caso venha a ser devidamente constatado, pela Comissão do Acordo de Cooperação Cambial, o cumprimento dos objetivos do Programa Macroeconómico de Cabo Verde, no quadro do processo tendente à convertibilidade, e desde que sejam dadas as garantias consideradas, para o efeito, satisfatórias pela parte portuguesa.”

verdiana compromete-se a adotar os critérios de convergência dos países da União Europeia¹⁴, como referência para a condução da sua política económica.

O ACC consagrou duas opções estratégicas centrais de Cabo Verde para o respetivo processo de crescimento e desenvolvimento económico. Em primeiro lugar, há a considerar a adoção de uma ligação a Portugal e, conseqüentemente, à União Europeia (UE). Em segundo lugar, a adoção de uma forma económica baseada na estabilidade nominal (com credibilidade monetária e disciplina financeira do Estado) e nos instrumentos de mercado (com a progressiva convertibilidade externa da moeda, a aposta na iniciativa privada e o aprofundamento da concorrência externa e interna). Estes fatores são tidos como potenciadores de um crescimento sustentado na competitividade externa e numa afetação de recursos mais eficaz (Martins, Loureiro & Ribeiro, 2008, pp.1-2).

2.3. Os Benefícios do ACC

Um dos benefícios dos câmbios fixos é a diminuição (ou mesmo a eliminação, em casos extremos de grande credibilidade) da incerteza acerca do valor futuro da taxa de câmbio, o que equivale a dizer que um regime de câmbios fixos diminui o risco cambial. Trata-se de um aspeto positivo, pois, em geral, a incerteza é um fator perturbador da atividade económica. Por exemplo, para uma empresa de Cabo Verde que, na sua atividade, utilize *inputs* provenientes da Europa, será muito mais fácil efetuar contratos internamente se não estiver sujeita a variações de custos derivadas de variações na taxa de câmbio. Também para quem, por exemplo, investe a partir do exterior, a estabilidade cambial diminui o risco acerca do valor em divisas dos futuros repatriamentos de lucros. Martins, Loureiro & Ribeiro (2008) consideram que a diminuição/eliminação do risco cambial resultante da adoção de um regime de câmbios fixos é um benefício que apenas se obtém no caso da estabilidade cambial ser credível. Se não existir credibilidade, isto é, se existirem suspeitas de que a paridade pode ser alterada a qualquer altura, aquele benefício deixa de estar presente. Por outro lado, a fixação da taxa de câmbio é uma das estratégias possíveis para baixar a taxa de inflação e para a manter em níveis reduzidos. A fixação da taxa de câmbio é uma estratégia particularmente atraente para pequenos países com grande dependência de importações, como é o caso de Cabo Verde. Em países com este tipo de características, a evolução do índice de preços no consumidor é, em grande medida, determinada pela

¹⁴ O Tratado de Maastricht estabeleceu quatro critérios de convergência (além do pressuposto da estabilidade cambial) a adotar pelos países membros da União Europeia, a saber: défice público abaixo dos 3% do PIB; dívida pública menor de 60% do PIB; inflação no máximo 1,5% superior à média dos três países com menor índice de inflação; e taxa de juros a longo prazo não mais de 2% superior à média dos três países com a menor taxa.

evolução dos preços das importações. Dado que uma boa parte das importações de Cabo Verde provém da Zona do Euro e que nesta os preços aumentam a ritmos baixos ao garantirem a estabilidade cambial do CVE contra o Euro, as autoridades cabo-verdianas estão a garantir a importação de baixos níveis de inflação e, consequentemente, variações reduzidas no índice agregado de preços no consumidor. Por conseguinte, também sob esta perspetiva, o regime de câmbios fixos do CVE tem um contributo decisivo para a estabilidade nominal de Cabo Verde.

2.4. Os Custos do ACC

Ao escolher vincular a sua moeda à de um outro país, Cabo Verde perdeu parte da autonomia em matéria de política monetária. No entanto, os resultados demonstram que a estabilidade cambial alcançada e a ligação a uma âncora credível têm sido mais úteis do que a autonomia cambial, especialmente quando se pondera a instabilidade existente aquando da celebração do ACC.

O país trocou, pois, a autonomia cambial pelo bom desempenho dos preços, e goza de níveis de inflação baixos e crescimento económico sustentado. O regime cambial de paridade fixa é considerado a pedra angular da estabilidade macroeconómica. A partir de 1999, a moeda portuguesa foi substituída pelo euro, o que permitiu a Cabo Verde beneficiar, através da moeda portuguesa, do acesso a todo o espaço euro¹⁵.

Relativamente à perda de autonomia da política monetária enquanto um dos custos potenciais a suportar quando se fixa a taxa de câmbio, é oportuno salientar dois aspetos adicionais. Por um lado, no caso de Cabo Verde, a perda da política monetária não teria que ocorrer em sentido absoluto, já que as autoridades poderiam manter restrições ao livre movimento de capitais, o que permite alguns desvios de curto prazo (aqueles que podem ser relevantes para a gestão da conjuntura) entre a política monetária cabo-verdiana e a política monetária do BCE. Obviamente que estes desvios só podem ser temporários e ligeiros, sob pena de se gerarem diferenciais de inflação que tornariam o regime de câmbios fixos insustentável. Por outro lado, a perda de autonomia na condução da política monetária só representará efetivamente um custo no caso dos ciclos económicos de Cabo Verde e da Área do Euro não estarem sincronizados. Em caso de sincronia, a política monetária desenhada pelo BCE para a Área do Euro vai de encontro às necessidades da economia cabo-verdiana (Martins, Loureiro & Ribeiro, 2008, pp. 82-83). Porém, na opinião desses autores, para um país com as características de Cabo Verde (pequena dimensão e

¹⁵ BCV, in “Os Regimes Cambiais em Cabo Verde”, Série Educação Financeira - N.º 08 / 2008.

fortemente dependente de importações), o mecanismo de ajustamento da procura externa que se enunciou é uma pura ilusão. De facto, uma depreciação da moeda cabo-verdiana que visasse aumentar as exportações e diminuir as importações dificilmente atingiria o objetivo pretendido. Não é pelo facto, por exemplo, dos bens alimentares importados se tornarem mais caros em virtude de uma depreciação que a produção de tais bens em Cabo Verde se torna mais competitiva. Essa capacidade competitiva está, à partida, limitada por um conjunto de restrições naturais (clima, solo e relevo) que a taxa de câmbio não consegue alterar. Por conseguinte, uma depreciação do CVE não seria capaz de reduzir substancialmente o volume das importações, aumentando, isso sim, o custo de vida das populações. Do lado das exportações é também duvidoso que a depreciação cambial fosse eficaz. De facto, a depreciação cambial e o consequente aumento do custo de vida seriam mais cedo ou mais tarde refletidos nos custos salariais nominais e no custo nominal de outros *inputs*, os quais, por sua vez, seriam refletidos no aumento do preço (medido em CVE) das exportações. Dessa forma, dissipar-se-ia o aparente benefício decorrente da depreciação. Existe, também, o problema de Cabo Verde não apresentar uma base numérica de exportação que justifique a utilização do mecanismo cambial como instrumento de equilíbrio do défice externo.

2.5. A Credibilidade do Regime Cambial de Cabo Verde

A credibilidade do regime depende da existência de divisas em quantidade suficiente, ou seja, está assente na confiança que os agentes económicos têm de poder, a qualquer momento, dispor de euros pelo valor fixo de 110,265 CVE (escudos cabo-verdianos). Para não defraudar as expectativas dos agentes económicos, o Banco de Cabo Verde tem de fazer uma gestão criteriosa das reservas externas, nomeadamente das reservas em euros, já que a manutenção de um nível de reservas adequado é crucial para o sucesso do regime cambial.

À primeira vista, o regime adotado por Cabo Verde é bastante similar ao regime de *currency board* (comissão monetária), pois existe a vinculação da moeda nacional a uma divisa estrangeira, à possibilidade de convertibilidade da moeda nacional na divisa a que está ligada, a uma taxa fixa, e a gestão do regime cambial é realizada por uma comissão monetária. Contudo, existem fatores que o distanciam deste regime. Primeiro, não existe nenhuma garantia de convertibilidade ilimitada da moeda nacional na divisa a que está vinculada e, segundo, não existe nenhuma determinação quanto à proporção de moeda nacional que deve ser coberta pelas reservas externas. Oferece, assim, a possibilidade da autoridade monetária aumentar excessivamente a oferta de moeda, ou seja, permite que a

autoridade monetária aumente o crédito interno, pondo em causa as reservas externas em euros (BCV, 2008).

Segundo Estevão¹⁶, a estabilidade cambial e a credibilidade que podem resultar de *currency board* (comissão monetária), bem como a liberalização da circulação de capitais entre os dois países signatários, poderão ser instrumentos importantes para um aprofundamento das suas relações e, deste modo, para a criação de um ambiente mais favorável ao crescimento económico e ao desenvolvimento de Cabo Verde. Mas é preciso ter presente que o sistema é apenas um instrumento e que a sua eficácia depende não só das opções de política económica e de desenvolvimento adotadas em Cabo Verde, mas também das opções escolhidas em Portugal para o desenvolvimento das suas relações com Cabo Verde e com o resto da CPLP.

Martins, Loureiro & Ribeiro (2008) afirmam que a taxa de câmbio CVE/Euro tem um valor credível. Portanto, são várias as fontes de credibilidade, nomeadamente (i) o facto de o país ter conseguido atingir um bom nível de reservas cambiais, (ii) a disciplina orçamental, (iii) a estabilidade social e política de que o país goza e (iv) o forte compromisso das autoridades com a defesa da estabilidade cambial. Uma vez que todos estes fatores têm contribuído para o sucesso económico de Cabo Verde, devem os mesmos, obviamente, continuar a ser preservados.

2.6. O Impacto do Acordo de Cooperação Cambial na Economia Cabo-verdiana

Desde a Cooperação Cambial, o balanço é positivo, no sentido de possibilitar uma política cambial credível e, conseqüentemente, uma consolidação macroeconómica. Pode-se afirmar que os consecutivos acordos com o FMI permitiram assegurar programas macroeconómicos consistentes e a monitorização de metas políticas e reformas acertadas. É de referir a existência de uma fase considerada mais crítica, entre 1999 e 2000, que exigiu um alargamento do apoio financeiro do Governo português, tanto nos termos da facilidade prevista no ACC, como através de financiamento de médio prazo. A essa fase crítica, a nível orçamental e financeiro, observada entre 1999 e 2004, sucedeu-se porém uma fase de recuperação, entre 2001 e 2004, mercê de políticas internas mais adequadas e do apoio internacional. O período de equilíbrio, a partir de 2005, foi-se consolidando, acelerando-se reformas estruturais e capitalizando-se totalmente os benefícios da estabilidade nominal. Fazendo o balanço, pode concluir-se que a evolução da economia de Cabo-Verde após

¹⁶ Estevão, J. in “Acordo de Cooperação Cambial entre Portugal e Cabo Verde”, Brief Papers n.º 4/98, CEsa, Lisboa, 1998.

1998 foi surpreendente, diferenciando-se da evolução da maioria dos países africanos, assim como das economias com características idênticas, mas com regimes cambiais diversos. Cabo Verde atingiu então um elevado grau de convergência real com Portugal e com a Europa, tanto nos ciclos como no aumento do nível de vida real médio. A convergência nominal foi mesmo, provavelmente, ainda mais marcante. Mesmo considerando a natural sensibilidade da economia caboverdiana ao choque internacional da oferta dos anos recentes, verificou-se que a taxa de câmbio real do CVE relativamente ao Euro se situava, em Agosto de 2008, exatamente ao nível de partida de 1998¹⁷.

Segundo Martins, Loureiro e Ribeiro (2008), antes do Acordo de cooperação Cabo Verde apresentava taxas de inflação superiores à média da Zona Euro, embora já na altura tivesse um desempenho incomparavelmente superior a outros países e regiões, como sejam o continente africano e a África Subsaariana, em particular. Com a adoção do ACC, as taxas de inflação de Cabo Verde passaram a estar alinhadas com a taxa de inflação da Área do Euro, embora apresentando um pouco mais de volatilidade, o que se explica pelas características específicas da economia cabo-verdiana.

O grau de integração real e financeira com a zona do euro (BCV, 2008, p. 38) evidencia que a estratégia de integração e desenvolvimento da economia cabo-verdiana passa, necessariamente, pelo estabelecimento de uma âncora com a União Europeia. Uma das formas que essa integração poderia assumir seria a euroização, na medida em que esta, assim como os restantes regimes de taxas fixas, oferece a possibilidade da economia do país alcançar níveis elevados de credibilidade e permite a eliminação do risco de câmbio.

Para além dos dois objetivos explicitamente definidos e atingidos (estabilidade de preços e integração económica), Cabo Verde obteve um outro benefício diretamente resultante do ACC. Referimo-nos ao facto da economia cabo-verdiana ter passado a ser acompanhada por entidades que nasceram com o Acordo, concretamente a COMACC e a UAM. Os documentos produzidos por estas entidades e as recomendações por elas efetuadas passaram a ser (a par das recomendações efetuadas pelo FMI) um referencial para os agentes económicos e, muito particularmente, para as autoridades cabo-verdianas, as quais passaram, desse modo, a beneficiar de apoio no desenho das políticas. Indiretamente, o ACC contribuiu também para a disciplina orçamental de Cabo Verde. Aliás, a realidade bem cedo demonstrou às autoridades cabo-verdianas que a disciplina orçamental seria uma condição essencial ao bom funcionamento do regime de câmbios fixos. Recorde-se que, em

¹⁷ Câmara de Comercio Industria e Turismo Portugal-Cabo Verde. (2009). "Avaliação do Acordo de Cooperação Cambial Cabo Verde-Portugal". Ministério das Finanças e da Administração Pública de Portugal.

1999 e em 2000, o país incorreu em défices orçamentais de 12.5% do PIB e 19.5% do PIB, respetivamente, os quais ditaram uma quebra no volume de reservas oficiais e o recurso à linha de crédito prevista no Acordo. Também em termos de enquadramento legal das políticas macroeconómicas, o ACC contribuiu para o avanço de Cabo Verde em direção ao quadro institucional que vigora na Europa. A lei de enquadramento orçamental atualmente em vigor, e que foi aprovada em 1998, inclui já uma referência ao cumprimento de critérios quantitativos para as contas públicas que são semelhantes àqueles que estão consagrados no Tratado da União Europeia e no Pacto de Estabilidade e Crescimento. Aquela lei está em processo de revisão, sendo que o projeto da nova lei traz claras melhorias ao nível da preparação, aprovação, execução e controlo do Orçamento do Estado (Martins, Loureiro e Ribeiro, 2008, pp. 84-85).

Podemos afirmar que, a nível geral, desde 1998, a evolução das políticas económicas domésticas e do mercado financeiro foi francamente positiva, repercutindo-se claramente na evolução da economia de Cabo Verde. Considerando-se o desempenho económico de Cabo Verde nos últimos anos, a clara adesão dos agentes económicos ao ACC, assim como o consenso político no país, pensamos que a economia cabo-verdiana deve continuar a manter uma forte ligação ao Euro. Com o ACC, verifica-se que as políticas macroeconómicas domésticas foram conduzidas, a nível global, de forma consistente. Acontece que a lei de enquadramento orçamental de 1998 e a lei orgânica do BCV de 2002 pretendem sinalizar já um regime que se vai aproximando do da Zona Euro. A política orçamental foi progressivamente cautelosa e o financiamento público passou a ser mais baseado no mercado de títulos. Apesar disso, o Estado detém ainda uma forte dependência internacional de donativos e de empréstimos externos concessionais. Podemos verificar que, de entre os mercados mais importantes, o mercado financeiro foi o que mais se desenvolveu, apesar das privatizações, iniciadas em 1999, se terem alargado a grande parte dos mercados.

Embora, as ineficiências que se verificam nos mercados da eletricidade e da água, muito particularmente, continuam a constituir um bloqueio ao desenvolvimento da economia de Cabo Verde, pelos custos excessivos praticados e impostos à generalidade das atividades económicas. Quanto ao mercado dos combustíveis, podemos dizer que este continua a seguir regras de determinação de preços subótimas. Igualmente no mercado das telecomunicações se praticam preços demasiado penalizadores para a economia. Relativamente ao mercado de trabalho, continua a verificar-se uma grande rigidez, com elevados custos de turnover, o que provoca uma elevada taxa de desemprego estrutural. (Câmara de Comércio, Indústria e Turismo Portugal-Cabo Verde, 2009).

Do conjunto de dados apresentados, pode pois concluir-se que o regime cambial adotado por Cabo Verde, em 1998, permitiu alcançar os objetivos traçados pelas autoridades, sem que para tal tenham emergido custos com significado.

O grau de integração real e financeira com a zona do euro evidencia que a estratégia de integração e desenvolvimento da economia cabo-verdiana passa necessariamente pelo estabelecimento de uma âncora com a União Europeia. Uma das formas que essa integração poderia assumir seria a euroização, na medida em que esta, assim como os restantes regimes de taxas fixas, oferece a possibilidade da economia do país alcançar níveis elevados de credibilidade e permite a eliminação do risco de câmbio. Uma das vantagens que Cabo Verde poderia beneficiar da euroização seria a redução do risco país e a credibilização da sua política económica, uma vez que poderia indiciar a disponibilidade das autoridades em se comprometerem na aplicação de políticas económicas saudáveis de forma permanente. Outra das vantagens da euroização é a eliminação do risco de câmbio, o que se poderá traduzir na redução das taxas de juro dos empréstimos internacionais, bem como num maior acesso a estes mercados. Cabo Verde consegue grande parte dos empréstimos internacionais de organismos especializados na concessão de créditos a países em desenvolvimento ou de bancos portugueses. No entanto, a alienação da política monetária nacional é apontada como um dos maiores custos da euroização. No caso de Cabo Verde, atendendo ao regime de câmbio vigente, “peg” ao Euro, os custos para a Política Monetária de um eventual processo de euroização são bastante mitigados. Com efeito, o país já tem uma Política Monetária que é condicionada pela necessidade da garantia do “peg” CVE ao Euro, o que faz com que a Política Monetária nacional tenha perdido parte da sua autonomia. Portanto, os custos para o país, em termos de política monetária, resultantes de um processo de euroização podem ser medidos em termos de perda de flexibilidade relativa na gestão monetária que o atual regime cambial permite no curto prazo. A perda dos rendimentos da seigniorage, da capacidade de prestamista de último recurso e a completa alienação da política monetária são principais razões para não se proceder a uma euroização unilateral da economia cabo-verdiana. Com efeito, do nosso ponto vista, a perda da seigniorage e a incapacidade de responder a choques momentâneos são custos que ultrapassam os benefícios de uma eventual euroização¹⁸.

¹⁸ Vide, a este propósito, Marta, Vasco in “A Euroização da Economia Cabo-Verdiana”, Cadernos do Banco de Cabo Verde, Banco de Cabo Verde, 2006, pp. 13-27.

Capítulo III — Das Políticas Públicas Pós-1998: Os Objetivos do Milénio

3.1. Os Objetivos do Milénio

A adoção da Declaração do Milénio, em 2000, por 189 Estados-membros das Nações Unidas, 147 dos quais estavam representados pelos seus chefes de Estado, foi um momento decisivo para a cooperação internacional no século XXI. Retomando objetivos acordados anteriormente no domínio do desenvolvimento internacional, a Declaração definiu um conjunto de objetivos de desenvolvimento novos, concretos, mensuráveis e interdependentes, conhecidos como Objetivos de Desenvolvimento do Milénio, que os dirigentes dos países desenvolvidos e dos países em desenvolvimento se comprometeram a atingir até 2015.

Em setembro de 2000, os líderes mundiais reuniram-se na Cimeira do Milénio das Nações Unidas para comprometerem as suas nações com esforços globais mais fortes a favor da paz, direitos humanos, democracia, boa governação, sustentabilidade ambiental e erradicação da pobreza, e para apoiarem os princípios da dignidade humana, igualdade e equidade.

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio são a expressão com maior visibilidade dos objetivos de desenvolvimento acordados internacionalmente e ligados à agenda de desenvolvimento das Nações Unidas, representando o culminar de inúmeras cimeiras importantes das Nações Unidas, realizadas durante a década anterior, nomeadamente as cimeiras sobre desenvolvimento sustentável, educação, crianças, alimentação, população e desenvolvimento social. Definem alvos quantificados e dotados de prazos para lutar contra a pobreza extrema, a fome e a doença e para a promoção da igualdade de género, da educação e da sustentabilidade ambiental. São também uma expressão de direitos humanos fundamentais: os direitos de todos à saúde, à educação e à habitação. O oitavo objetivo, estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento, inclui compromissos nas áreas da ajuda ao desenvolvimento, da redução da dívida, do comércio e do acesso a tecnologias. A realização dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio continua a ser exequível, desde que haja o empenho, as políticas, os recursos e os esforços adequados. A Declaração do Milénio é a mais importante promessa coletiva jamais feita às populações mais vulneráveis do mundo. Esta promessa não se baseia na piedade ou na caridade, mas sim na solidariedade, na justiça e no reconhecimento de que somos cada vez mais dependentes uns dos outros no que se refere à nossa prosperidade e segurança coletivas¹⁹.

¹⁹ Nações Unidas, in “Declaração do Milénio”, Cimeira do Milénio, Nova Iorque, 2000.

Os ODMs são um conjunto de indicadores, mas também uma ideia ou “norma global” para a redução da pobreza, uma estrutura de incentivos para o desenvolvimento pró-pobres e uma nova visão de “desenvolvimento” em si mesma.

O desenvolvimento envolve também a garantia dos direitos cívicos e políticos das pessoas, e a sua participação e influência nas decisões que afetam suas vidas. Uma série de iniciativas procurava causar desenvolvimento em África antes da Declaração de Desenvolvimento do Milénio. Apesar de todas estas iniciativas, a pobreza, especialmente no início do milénio, ainda era elevada em África e o acesso às necessidades básicas estava no nível mais baixo. O que faz a Declaração do Milénio de diferente em relação as outras é que ela reconhece claramente que a África tem necessidades especiais e foram feitas promessas no sentido de dar apoio total na sua busca pela erradicação da pobreza e pelo desenvolvimento sustentável. Apesar desses compromissos retóricos e de um declínio na proporção de pessoas que vivem abaixo da linha da pobreza, aquela parcela é ainda muito elevada em África²⁰.

O conceito dos Objetivos do Milénio para o Desenvolvimento integra oito objetivos, onde são definidas as prioridades em termos de elaboração e implementação de medidas de políticas sociais que visam sobretudo proporcionar às populações a garantia e o acesso aos serviços sociais básicos, tais como a saúde, a educação, o abastecimento de água e redes de saneamento, a igualdade entre os géneros e a conservação do meio ambiente.

De acordo com o Relatório dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio 2012, lançado pelas Nações Unidas, foram alcançados importantes progressos desde que os líderes mundiais, em 2000, estabeleceram os oito Objetivos de Desenvolvimento do Milénio. No entanto, a meta de cumprir todos os objetivos até 2015 continua a ser um desafio muito ambicioso.

3.1.1. Objetivo 1: Erradicar a Pobreza Extrema e a Fome

Meta 1. Diminuir para metade, entre 1990 e 2015, a proporção de população cujo rendimento é inferior a um dólar por dia.

1,2 Mil milhões de pessoas²¹ em todo o mundo vivem com menos de 1,25 dólares por dia, o que significa que sobrevivem em condições de pobreza extrema, sem acesso a condições

²⁰ Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (CIP-CIP) in “Poverty in Focus”, 2010.

²¹ Relatório sobre Objetivos de Desenvolvimento do Milénio 2010.

básicas de habitação, saneamento ou possibilidade de aquisição de alimentos. Entre os anos de 1990 e de 2005, a taxa de pobreza passou de 46% para 27%.

Prevê-se que até 2015 atinja os 15%. Isto significa que, em 2015, apenas 920 milhões de pessoas vivam abaixo do limiar da pobreza internacional, metade do que em 1990.

As estimativas preliminares indicam que, em 2010, a proporção de pessoas que vive com menos de 1,25 dólares por dia caiu para menos de metade, comparando com valores de 1990. Essencialmente, isto significa que o principal ODM — cortar a taxa de pobreza extrema para metade do seu nível de 1990 — foi alcançado a nível mundial, antes de 2015.

Desde 1990 a profundidade da pobreza diminuiu em todos os territórios, exceto na Ásia Ocidental. É no Leste Asiático que se registam as taxas mais baixas de pobreza. Na China, as taxas de pobreza deverão diminuir para cerca de 5% até 2015, enquanto na Índia deverá haver um decréscimo de 51 para 24%. Segundo relatório ODM 2013, na África Subsariana quase metade da população vive com menos de 1,25 dólares por dia. A África Subsariana é única região que teve um aumento constante do número de pessoas submetidas em condições de extrema pobreza, de 290 milhões em 1990 para 414 milhões em 2010, representando mais de um terço da população mundial afetada pela miséria.

As estimativas preliminares indicam que, em 2010, a proporção de pessoas que vive com menos de 1,25 dólares por dia caiu para metade, comparando com valores de 1990. Essencialmente, isto significa que o principal ODM – reduzir a taxa de pobreza extrema para metade do seu nível de 1990 – foi alcançado a nível mundial, antes de 2015.

Meta 2. Diminuir para metade, entre 1990 e 2015, a proporção de população afetada pela fome.

De 1990 a 2007, a percentagem de pessoas que passam fome diminuiu de 20 para 16 por cento. Mas, com a crise financeira e subsequente subida dos preços, os números voltaram a aumentar.

Entre 1990 e 2008, a proporção de crianças com menos de cinco anos dos países em desenvolvimento que sofriam de insuficiência alimentar diminuiu de 31 para 26 por cento. O Leste Asiático, a América Latina e as Caraíbas já atingiram quase a meta dos Objetivos, assim como o Sudeste Asiático e o Norte de África.

3.1.2. Objetivo 2: Alcançar o Ensino Primário Universal

Meta 3. Garantir que, até 2015, todas as crianças, de ambos os sexos, terminem um ciclo completo de ensino primário.

As disparidades entre os sexos na população que não frequenta a escola também diminuíram: a proporção de raparigas neste grupo diminuiu de 57% para 53% no mundo inteiro, entre 1999 e 2008. Em algumas regiões, porém, a proporção é muito mais elevada; no Norte de África, 65% das crianças que não estão a frequentar a escola são raparigas.

Segundo estes números prevê-se que, se não existir uma resolução da situação, 58 dos 86 países que não têm acesso ao ensino primário não conseguirão atingir os Objetivos da ONU até 2015.

Segundo o relatório dos ODM de 2012, o mundo alcançou mais um marco: a igualdade na educação primária entre rapazes e raparigas²². Impulsionada por esforços nacionais e internacionais, muito mais crianças em todo o mundo estão matriculadas na escola no nível primário, especialmente desde 2000. As raparigas têm beneficiado mais. Havia 97 raparigas inscritas por cada 100 rapazes, em 2010 — em 1999, existiam 91 raparigas por cada 100 rapazes.

O relatório diz que as taxas de matrícula de crianças em idade escolar têm aumentado significativamente na África Subsaariana, de 58% para 76% entre 1999 e 2010. Muitos países da região conseguiram reduzir as suas taxas de abandono escolar, apesar da população com idade escolar estar a aumentar.

3.1.3. Objetivo 3: Promover a Igualdade de Género e a Capacitação da Mulher

Meta 4. Eliminar a disparidade de género no ensino primário e secundário, se possível até 2005, e em todos os níveis de ensino, o mais tardar até 2015.

Cerca de dois terços dos analfabetos em todo o mundo são mulheres e 80% dos refugiados são mulheres e crianças. Contudo, a taxa de raparigas com acesso à educação aumentou consideravelmente nos últimos anos.

Na maioria dos países em desenvolvimento, o sexo feminino não tem as mesmas oportunidades do sexo masculino, quer em termos de educação, emprego, remuneração ou

²² Relatório sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio 2012.

direitos. Cerca de 60% das mulheres do planeta efetuam trabalho não assalariado ou pouco remunerado.

Os países em desenvolvimento devem ocupar-se dos direitos das mulheres, combater a exploração de mão-de-obra feminina e assegurar que as políticas de igualdade de género sejam respeitadas, de modo a extinguir as disparidades entre sexos.

A desigualdade de género persiste e as mulheres continuam a enfrentar discriminação no acesso à educação, ao trabalho, aos recursos económicos e à participação no governo. A violência contra as mulheres continua a minar os esforços para alcançar todos os objetivos. Contudo, os progressos para 2015 dependerão, em grande parte, do sucesso nestes desafios interrelacionados.

3.1.4. Objetivo 4: Reduzir a Mortalidade Infantil

Meta 5. Diminuir em dois terços, entre 1990 e 2015, o rácio de mortalidade de crianças com menores de 5 anos.

De 1990 a 2008, a taxa de mortalidade de menores de cinco anos diminuiu 28 por cento, ou seja, de 12,5 milhões para 8,8 milhões (baixou de 100 mortes por 1000 nados-vivos para 72). Isto significa que, em 2008, morreram menos de 10 000 crianças por dia do que em 1990. Os maiores avanços foram no Norte de África, no Leste Asiático, na Ásia Ocidental, na América Latina e nas Caraíbas. É na África Subsariana que continuam a registar-se as taxas de mortalidade infantil mais elevadas, com cerca de 50 por cento das mortes de menores de cinco anos em todo o mundo.

43% das causas de mortalidade infantil, em 2008, em todo o mundo, foram originadas por doenças como a pneumonia, a diarreia, a malária e a SIDA. A maioria destas vidas poderia ter sido poupada se existissem medidas de prevenção e tratamentos de baixo custo, como antibióticos para infeções respiratórias agudas ou medicamentos anti-maláricos. Para além disso, é necessário garantir uma nutrição correta, assim como um saneamento básico.

3.1.5. Objetivo 5: Melhorar a Saúde Materna

Meta 6. Diminuir em três quartos, entre 1990 e 2015, a percentagem de mortalidade materna.

A aceleração na prestação de serviços de saúde materna e reprodutiva às mulheres e consequente diminuição da taxa de mortalidade infantil, em todas as regiões, indicam que o mundo está a fazer progressos para alcançar o Objetivo 5.

As principais causas de mortalidade materna, em países em desenvolvimento, são as hemorragias, a hipertensão, o VIH/SIDA, a malária e as doenças cardíacas. A percentagem de mulheres que receberam assistência médica durante o parto aumentou de 53%, em 1990, para 63%, em 2008. Os avanços foram sobretudo no Norte de África e no Sudeste Asiático. A proporção de mulheres que foram vistas por um profissional de saúde pelo menos uma vez durante a gravidez aumentou 70% no Norte de África e 50% no Sul da Ásia e na Ásia Ocidental.

De acordo com a OMS e a UNICEF, as mulheres deveriam ser assistidas por um profissional de saúde qualificado pelo menos quatro vezes durante a gravidez. No entanto, menos de metade das mulheres das regiões em desenvolvimento beneficiam das quatro consultas recomendadas.

Todos os anos, cerca de 500 mil mulheres morrem por complicações da gravidez, parto ou pós-parto, sobretudo em países em desenvolvimento.

Foram alcançadas importantes melhorias na saúde materna e na redução da mortalidade materna, mas o progresso ainda é lento. Reduções na gravidez adolescente e a expansão do uso de contraceptivos continuaram, mas a um ritmo mais lento desde 2000, em comparação com a década anterior.

Quase metade da população nas regiões em desenvolvimento — 2,5 bilhões — continua sem acesso a instalações sanitárias melhoradas. Em 2015, o mundo terá atingido apenas 67% da redução prevista, em termos dos ODM, bem aquém dos 75% necessários para atingir a meta dos mesmos.

3.1.6. Objetivo 6: Combater o VIH/SIDA, a Malária e Outras Doenças

Meta 7. Até 2015, parar e começar a inverter a propagação do VIH/SIDA.

Segundo dados epidemiológicos, a propagação do VIH, a nível mundial, atingiu o pico em 1996, com cerca de 3,5 milhões de pessoas infetadas. Dez anos depois, esse número baixou para aproximadamente 2,7 milhões. A epidemia parece ter estabilizado na maioria das regiões, embora a prevalência continue a aumentar na Ásia Central e na Europa Oriental. A África Subsariana é a região mais afetada do mundo, tendo sido responsável por 72% de todas as novas infeções em 2008.

Os jovens (dos 15 aos 24 anos) são o grupo etário mais atingidos por novas infecções. Embora alguns países já tenham efetuado algum progresso na educação dos jovens sobre o VIH, as médias mundiais continuam a ser desanimadoras.

Todos os dias, cerca de 7.500 pessoas em todo o mundo são infetadas pelo vírus VIH e 5.500 morrem de SIDA. Apenas uma em cada cinco pessoas é abrangida por programas de prevenção, como a terapia antirretroviral.

No final de 2010, 6,5 milhões de pessoas nas regiões em desenvolvimento estavam a receber terapia antirretroviral para o VIH ou SIDA, constituindo o maior aumento anual de sempre.

Meta 8. Até 2015, parar e começar a inverter a tendência atual da incidência da malária e de outras doenças graves.

De acordo com estimativas, cerca de 800 000 pessoas em todo o mundo morreram de malária em 2008, 90 por cento das quais em território africano. De qualquer forma, os dados disponíveis revelam progressos significativos em termos da intensificação das ações de prevenção e tratamento da doença. A produção mundial de mosquiteiros aumentou de 30 milhões, em 2004, para 150 milhões, em 2009. No entanto, a cobertura dos tratamentos contra a malária, nos países africanos, continua a ser deficiente, situando-se nos 67%.

Em 2006, 14,4 milhões de pessoas estavam infetadas com tuberculose, sendo que, no mesmo ano, a doença vitimou cerca de 1,7 milhões de pessoas em todo o mundo. Apesar de existirem tratamentos, o número de pessoas contaminadas com tuberculose aumenta em média quase 1% por ano.

3.1.7. Objetivo 7: Garantir a Sustentabilidade Ambiental

Meta 9. Integrar os princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas e programas nacionais e inverter a atual tendência para a perda de recursos ambientais.

Em 2007, o Quarto Relatório do Painel Intergovernamental sobre Alterações Climáticas concluiu que o aumento global das temperaturas normais deveu-se ao aumento das emissões de gases com efeito de estufa. O dióxido de carbono representa mais de metade das emissões globais de gases com efeito de estufa. A nível global, as emissões de CO₂ aumentaram cerca de 30% entre 1990 e 2005. Contudo, as emissões per capita mais elevadas encontram-se nas regiões desenvolvidas, com cerca de 12 toneladas de CO₂ por

peessoa num ano, em comparação com cerca de 3 toneladas nas zonas em desenvolvimento.

Meta 10. Reduzir para metade, até 2015, a percentagem de população sem acesso permanente a água potável.

Os países em desenvolvimento estão muito vulneráveis à degradação ambiental. O consumo de água contaminada e a inexistência de saneamento básico, alimentação apropriada e habitação inadequada coloca sérios desafios à saúde pública, assim como a escassez de recursos naturais, têm gerado conflitos e divididas as sociedades. É necessário adotar com urgência políticas de desenvolvimento sustentável, de modo a criar condições de vida mais propícias.

Cerca de 1,6 mil milhões de pessoas vivem em áreas com escassez de água e aproximadamente 2,5 mil milhões de pessoas permanecem sem saneamento adequado (mais de mil milhões na Ásia e 500 milhões na África Subsariana). Em 2006, menos de metade da população de 54 países tinha acesso a boas condições sanitárias, a maioria em regiões da África Subsariana. Em 21 países da África Subsariana, apenas 16 por cento da população tem acesso a boas condições de saneamento básico.

O Relatório dos ODM 2012 realça a meta de reduzir para metade a proporção de pessoas sem acesso a fontes melhoradas de água potável até 2010. A proporção de pessoas que utilizam fontes melhoradas de água aumentou de 76%, em 1990, para 89% em 2010, pelo que mais de dois biliões de pessoas têm atualmente acesso a fontes melhoradas, tais como fornecimento de água canalizada ou poços protegidos.

Meta 11. Até 2020, melhorar significativamente a vida de pelo menos 100 milhões de habitantes de bairros degradados.

Em 2005, nas regiões em desenvolvimento, mais de um terço da população das zonas urbanas viviam em condições degradadas, sendo que 60% habitavam na África Subsariana. Nesta região, a maioria das habitações degradadas não possuía abastecimento de água ou saneamento adequado.

3.1.8. Objetivo 8: Criar uma Parceria Global para o Desenvolvimento

Meta 12. Continuar a desenvolver um sistema comercial e financeiro multilateral aberto, baseado em regras, previsível e não discriminatório.

Meta 13. Satisfazer as necessidades especiais dos Países Menos Avançados.

Meta 14. Satisfazer as necessidades especiais dos países sem litoral e dos pequenos Estados insulares em desenvolvimento.

Meta 15. Tratar de forma integrada o problema da dívida dos países em desenvolvimento, através de medidas nacionais e internacionais, por forma a tornar a sua dívida sustentável a longo prazo.

Meta 16. Em cooperação com os países em desenvolvimento, formular e aplicar estratégias que proporcionem aos jovens trabalho condigno e produtivo.

Meta 17. Em cooperação com as empresas farmacêuticas, proporcionar o acesso a medicamentos essenciais, a preços acessíveis, aos países em desenvolvimento.

Meta 18. Em cooperação com o sector privado, tornar acessíveis os benefícios das novas tecnologias, em especial das tecnologias de informação e comunicação.

A Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) concedida pelos países doadores aos países mais pobres cresceu acentuadamente, nos últimos anos, devido a várias iniciativas de redução do endividamento destes, mas os fundos destinados à realização dos objetivos de desenvolvimento internacionais diminuíram.

A ajuda pública ao desenvolvimento (APD) continua a aumentar, apesar da crise financeira, mas, em África, a situação mudou pouco e a ajuda continua a situar-se abaixo das expectativas. Em 2009, os desembolsos líquidos de APD ascenderam a quase 120 mil milhões de dólares, o nível mais elevado de sempre. Em termos reais, isto representa um ligeiro aumento (0,7%) em relação a 2008, embora, em dólares correntes dos EUA, a APD tenha diminuído mais de 2%.

O comércio internacional apresenta barreiras que diminuem a capacidade dos países pobres em poder partilhar os benefícios da globalização. Os países industrializados necessitam de eliminar as suas práticas de comércio injusto e de “abrir as suas fronteiras” aos mercados mais pobres internacionais. Para além disso, é necessário que a APD aumente a sua quota anual, de modo a cumprir os Objetivos até 2015.

Segundo Rebelo de Sousa (2008), em 2005 teve lugar em Paris o II Fórum de Alto Nível (HLF) sobre Harmonização e Alinhamento para a Eficácia da Ajuda. Os compromissos assumidos nesse Fórum foram incorporados na Declaração de Paris, tendo permitido definir um conjunto de regras de relacionamento sobre doadores e parceiros, tomando as responsabilidades de cada uma das partes e identificando um conjunto de doze indicadores.

Segundo o autor, numa perspectiva de redução do grau de dependência dos países beneficiários em relação à ajuda, afigura-se necessário assegurar uma maior coerência entre políticas de cooperação e as políticas sectoriais dos próprios PVD's (Países em Vias de Desenvolvimento).

De acordo com o Relatório sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (2013), a APD foi de 126 mil milhões de dólares em 2012. Isto representa uma queda de 4% em termos reais comparativamente com 2011, ano em que o montante líquido total das ajudas financeiras já fora 2% inferior ao verificado em 2010. Este declínio afetou desproporcionalmente os países menos desenvolvidos. 83% das exportações dos países menos desenvolvidos são isentos de direitos aduaneiros nos países desenvolvidos. O serviço da dívida dos países em desenvolvimentos consome apenas 3 por cento das suas receitas de exportação. Nos países em desenvolvimento 31% da população utiliza a internet comparativamente com 77% dos países desenvolvidos.

3.2. Princípios da Declaração do Milénio

Durante a 55ª Assembleia Geral da ONU, em 18 de setembro de 2000, foi adotada a Declaração do Milénio (ONU, 2000). A Declaração do Milénio²³ é composta por seis princípios centrais que foram reconhecidos pelos líderes mundiais, que os consideraram valores fundamentais para as relações internacionais no século XXI.

Tal como está esclarecido na Declaração do Milénio de 2000, os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio são pontos de referência do progresso no sentido de uma visão de desenvolvimento, paz e direitos humanos, orientada por princípios das nações unidas, a saber:

- ✓ **“Liberdade:** Os homens e as mulheres têm o direito de viver a vida e de criar os seus filhos com dignidade, sem fome e sem medo da violência, da opressão e da injustiça. A melhor forma de garantir estes direitos é através de governos de democracia participativa baseados na vontade popular.
- ✓ **Igualdade:** Nenhum indivíduo ou nação deve ser privado da possibilidade de beneficiar do desenvolvimento. A igualdade de direitos e de oportunidades entre homens e mulheres deve ser garantida.

²³ Declaração do Milénio das Nações Unidas 2000.

- ✓ **Solidariedade:** Os desafios mundiais devem ser geridos de modo a que os custos e as responsabilidades sejam distribuídos com imparcialidade, de acordo com os princípios fundamentais da equidade e da justiça social. Os que sofrem, ou os que beneficiam menos, merecem ajuda dos que beneficiam mais.

- ✓ **Tolerância:** Os seres humanos devem respeitar-se mutuamente, em toda a sua diversidade de crenças, culturas e línguas. As diferenças dentro e entre as sociedades não devem ser temidas nem reprimidas, mas acarinhadas como ativos preciosos de toda a humanidade. Uma cultura de paz e diálogo entre todas as civilizações deve ser promovida ativamente.

- ✓ **Respeito pela natureza:** É necessário atuar com prudência na gestão de todas as espécies vivas e recursos naturais, de acordo com os princípios do desenvolvimento sustentável. Só assim poderemos conservar e transmitir aos nossos descendentes as incomensuráveis riquezas que a natureza nos oferece. É preciso alterar os atuais padrões insustentáveis de produção e consumo, no interesse do nosso bem-estar futuro e no das futuras gerações.

- ✓ **Responsabilidade partilhada:** A responsabilidade pela gestão do desenvolvimento económico e social mundial, bem como das ameaças à paz e à segurança internacionais, deve ser partilhada por todos os países do mundo e ser exercida multilateralmente. Sendo a organização de carácter mais universal e mais representativa de todo o mundo, as Nações Unidas devem desempenhar um papel central.”

3.3. ODM e o Desenvolvimento Humano

Segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano (2003), os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio cuidam muito dos mais resistentes fracassos do desenvolvimento humano. Ao contrário dos propósitos das primeira, segunda e terceira Décadas do Desenvolvimento das Nações Unidas (décadas de 1960, 1970 e 1980), que se concentraram principalmente no crescimento económico, os objetivos colocam o bem-estar humano e a redução da pobreza no centro dos propósitos do desenvolvimento mundial.

O desenvolvimento humano tem a ver com pessoas, com a expansão das suas opções para viverem vidas plenas e criativas com liberdade e dignidade. As capacidades mais básicas para o desenvolvimento humano são: viver uma vida longa e saudável, ser instruído, ter um

nível de vida digno e gozar de liberdades cívicas e políticas para participar na vida da sua comunidade.

Os objetivos são referências de progresso para a visão da Declaração do Milénio, orientada por valores fundamentais de liberdade, igualdade, solidariedade, tolerância, respeito pela natureza e responsabilidade partilhada. Estes valores têm muito em comum com a conceção de bem-estar humano no conceito de desenvolvimento humano.

Os países em desenvolvimento têm perseguido os propósitos fundamentais dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio desde há décadas. Mas, os Objetivos exigem novo impulso político para um progresso mais rápido na redução da pobreza humana — um processo já em curso em muitos países. À medida que os governos começam a avaliar se e como os Objetivos serão atingidos em 2015, também avaliam prioridades políticas e desenvolvem estratégias nacionais.

E é por isso que os progressos no sentido dos ODM constituem um indicador dos progressos em matéria de desenvolvimento humano. O desenvolvimento humano é mais do que os ODM em si mesmos — e muitas das suas metas remetem para um nível modesto de ambição.

As capacidades mais básicas para o desenvolvimento humano são uma vida longa e saudável, ser instruído e ter recursos adequados para um nível de vida digno. Entre as outras capacidades está a participação social e política na sociedade. Nesta secção, analisamos a história do desenvolvimento humano na última década — um período de aprofundamento da integração global. A era da globalização tem sido marcada por progressos significativos na tecnologia, comércio e investimento — e por um impressionante aumento da prosperidade. O progresso na redução da mortalidade de crianças, um dos mais básicos de todos os indicadores de desenvolvimento humano, está a abrandar, e o hiato entre países ricos e países pobres está a alargar-se. Em relação a todas as realizações altamente visíveis, o alcance da globalização e do progresso científico estão muito longe de acabar com o sofrimento desnecessário, a doença debilitante e a morte por doenças evitáveis, que mancham a vida dos povos mais pobres do mundo.

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio refletem objetivos fundamentais de várias conferências de desenvolvimento das Nações Unidas, realizadas nos anos de 1990. São, por isso, o produto de muitas consultas nacionais, regionais e internacionais, que envolveram milhões de pessoas e que representam uma amplitude de interesses, incluindo os de governos, organizações da sociedade civil e atores do sector privado. Estas

conferências salientaram a natureza multidimensional do desenvolvimento — com o bem-estar humano no fim.

A ação deve ser conduzida não só pelos políticos e agências governamentais, mas também pelas comunidades, autoridades locais e grupos da sociedade civil. O impulso político para a mudança de políticas deve vir do povo de um país, pressionando por mais escolas, melhores cuidados de saúde, melhor abastecimento de água e outros elementos essenciais de desenvolvimento. Os Objetivos dão um pretexto para aplicar essa pressão. Dão capacidade às comunidades e ao povo para responsabilizar as autoridades. E fornecem um instrumento para as pessoas avaliarem o desempenho dos líderes políticos — desde funcionários governamentais locais a nacionais, a parlamentares e a partidos da oposição. Os grupos da sociedade civil — desde organizações comunitárias a redes mundiais — são aliados no apoio, ajudando a construir escolas e a mobilizar a investigação sobre doenças negligenciadas. Mas também têm um papel essencial como vigilantes, controlando os que são responsáveis pela apresentação de resultados e moldando os debates democráticos sobre políticas económicas e sociais em comunidades pobres.

Os objetivos são um passo importante para a construção de uma verdadeira parceria para o desenvolvimento e na definição do que significa parceria. Os acordos que emergiram da Conferência Internacional sobre Financiamento para o Desenvolvimento de 2002 e da Cimeira Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável aumentaram o consenso sobre as responsabilidades mútuas dos países em desenvolvimento e dos industrializados. Os países em desenvolvimento têm de se concentrar na melhoria da governação, em particular na mobilização de recursos, na sua afetação equitativa e na garantia do seu uso eficiente. Os países industrializados têm de aumentar o financiamento concessional e o alívio da dívida e de acelerar o comércio e a transferência de tecnologia.

3. 4. Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) em Cabo Verde

Para se alcançarem os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio, um aumento dos recursos financeiros, sobretudo para a ajuda pública ao desenvolvimento (APD), afigura-se fundamental.

Os objetivos de ajuda pública ao desenvolvimento são o bem-estar social, a procura do respeito pelos direitos humanos, a promoção da solidariedade e consolidação da democracia. A APD é feita pelos organismos públicos, em função da política de cada país, e promove o desenvolvimento económico e o bem-estar das populações. As ajudas públicas provêm de países doadores dos membros do CAD e outros países, da comissão europeia, e

de outras organizações internacionais para os países em vias de desenvolvimento. As formas de beneficiar das ajudas públicas são através de acordos bilaterais (cooperação, aquisição de equipamentos e projetos para construção de infraestruturas) e de contribuições para o orçamento do país considerado; por outro lado, existem acordos multilaterais que são feitos através de transferências de verbas e programas de ação conjunta. As ajudas públicas destinam-se aos sectores estruturais ou à economia, educação, saúde, políticas em matéria de reprodução/saúde reprodutiva, fornecimento de água e saneamento básico, governação e sociedade civil. O continente africano foi sempre o agrupamento que recebe mais APD bilateral, inclusive de perdão da dívida pública (Ferreira, Jesus e Figueiredo, 2006).

Em 2006, um grupo de seis parceiros, composto pelo Banco Africano de Desenvolvimento, Áustria, Comissão Europeia, Países Baixos, Espanha e Banco Mundial, assinaram um Memorando de Acordo com o Governo para afetar parte ou a totalidade da sua ajuda via apoio orçamental. Outros países, nomeadamente Portugal, já aderiram à ajuda orçamental. Os principais parceiros financeiros de Cabo Verde em 2006 foram Portugal, Banco Mundial, União Europeia, Luxemburgo, Países Baixos, Estados Unidos (beneficiou Cabo Verde com um donativo do *Millenium Challenge Corporation*²⁴) e o Sistema das Nações Unidas. À luz da Declaração de Paris, o Governo e os doadores vêm desenvolvendo ações para alinharem e harmonizarem as intervenções e aumentarem o recurso aos procedimentos e sistemas nacionais. Contudo, serão necessários esforços acrescidos, em particular no que diz respeito à previsão da ajuda e ao seguimento dos resultados. O Sistema das Nações Unidas (SNU) tem desempenhado um papel essencial no desenvolvimento humano sustentável de Cabo Verde, reconhecido pelo Governo, constituindo um interlocutor fiável das autoridades nacionais, de parceiros técnicos e financeiros, bem como de outros parceiros importantes, como a sociedade civil e o sector privado. Cabo Verde constitui um dos países-piloto que aderiu à Reforma das Nações Unidas preconizada pelo Painel de Alto Nível (PAN), visando a implementação do *Delivering as ONE* e o aumento da eficiência e da eficácia a nível dos países (OMS e Cabo Verde, 2009, pp.13-16).

Segundo o Relatório dos Progressos Realizados para Atingir os ODM (2010), a extensão da pobreza comanda a execução de programas complexos e vastos, significando a mobilização de recursos significativos. A capacidade interna de poupança e de arrecadação de receitas para investimentos avultados é reduzida. Assim, parece incontornável o recurso a parcerias externas para financiar ações de redução da pobreza e insegurança alimentar. Os recursos

²⁴ O "Millenium Challenge Account" é um programa do governo norte-americano que se destina a combater a pobreza mundial.

mobilizados por essa via poderão ser direcionados para sectores mais portadores de futuro, designadamente investindo na capacitação e formação profissional, microcrédito e infraestruturas produtivas.

A APD mobilizada deve poder ajudar as políticas municipais de redução da pobreza e insegurança alimentar, ficar focalizada nas famílias mais pobres e vulneráveis, particularmente as chefiadas por mulheres, e ter atuação forte em matéria de produção alimentar, redução da vulnerabilidade através da organização de redes de segurança produtivas nas comunidades pobres, deve poder promover fontes alternativas de rendimento e o restauro e conservação dos recursos naturais essenciais à segurança alimentar. Da mesma forma, políticas ativas dirigidas aos jovens, com incidência sobre as jovens mulheres no domínio da formação e capacitação técnica, são fundamentais e devem ter cobertura nacional.

Na Assembleia-Geral das Nações Unidas de 1970, os países doadores, atualmente reunidos no CAD — Comité da Ajuda ao Desenvolvimento, da OCDE — comprometeram-se a reservar 0,7% do RNB para a Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD), a fim de sustentar a concretização dos ODM. O conceito da eficácia torna-se por isso crucial na implementação das ações das Nações Unidas no arquipélago, aplicando-se internamente (na colaboração entre agências das nações Unidas). Em virtude da graduação do país do Grupo dos Países Menos Avançados, tendo como consequência um declínio no ODA (*Official Development Assistance*) e de outras medidas concessionárias, o Governo e seus Parceiros de Desenvolvimento criaram o GAT (Grupo de Apoio à Transição) em 2006, constituído por Portugal, Espanha, França, Holanda, Luxemburgo, EUA, China, Áustria, BM, BAD, União Europeia e o Sistema das Nações Unidas, cuja recomendação vai no sentido de apoiar Cabo Verde até 2015, com acesso a fontes de financiamento concessionais, data essa que coincide com o prazo de cumprimento dos Objetivos do Milénio. O grupo integra todos os parceiros bilaterais e multilaterais de Cabo Verde e reúne-se uma vez/duas vezes por ano para discutir — com o Governo — as diretrizes de desenvolvimento do país e das estratégias de apoio dos seus parceiros²⁵.

A cooperação internacional foi determinante para a viabilização do Estado de Cabo Verde. Todo o sucesso dos esforços internos em direção ao desenvolvimento estivera e está intrinsecamente ligado à cooperação internacional. A ajuda externa permitiu solucionar os problemas alimentares, melhorou o padrão socioeconómico das populações mais vulneráveis, permitiu a formação de milhares de quadros que se revelaram importantíssimos

²⁵ Ajuda pública ao desenvolvimento - <http://www.un.cv/ajuda.php>.

para o país. Contribuiu, também, para a construção e equipamento das infraestruturas, particularmente nos sectores da saúde e educação. Os apoios eram, na sua maioria, provenientes dos países amigos, das organizações multilaterais e, posteriormente, das ONGs. Na sequência de um conjunto de constrangimentos ligados à APD e sua ineficiência em termos de resultados, os doadores concluíram que era necessário mudar o paradigma da atribuição da ajuda, o qual passou a depender da avaliação do seu desempenho, da política macroeconómica, da redução da pobreza e da boa governação. Em vez de apoio aos projetos sectoriais, passou-se a privilegiar o apoio orçamental, pois concluiu-se que a ajuda surtiria maior eficácia quando canalizada através de quadros orçamentais e de despesas, priorizando programas que visassem a redução da pobreza. Por isso, o FMI e BM adotaram esta nova modalidade de assistência técnica a alguns países em desenvolvimento, particularmente naqueles que possuem sistema de gestão financeira pública transparente e eficiente. A mudança da ajuda pública ao desenvolvimento para o modelo de ajuda orçamental atesta um certo grau de confiança que a comunidade internacional deposita na gestão do país (Tavares, 2010, pp. 96-100).

No rol das principais prioridades que as autoridades devem equacionar ao desenvolver esforços de mitigação e melhoria das condições adversas de vida das populações pobres está o emprego, identificado por cerca de 70% dos respondentes do QUIBB 2007 (Questionário Unificado de Indicadores Básicos de Bem-Estar) como a prioridade das prioridades na expectativa de que, com um emprego estável, muitos dos problemas que afligem um indivíduo e seus dependentes fiquem mitigados. A nível do bairro ou zona de residência, os respondentes (74,4%) identificaram igualmente o emprego como a prioridade das prioridades.

A ajuda pública ao desenvolvimento é um fator imprescindível para o desenvolvimento económico e social de Cabo Verde; ela contribui, em geral, para a melhoria de infraestruturas económicas e sociais, para o equilíbrio da balança de pagamentos, para o desenvolvimento dos sectores sociais e para os resultados globalmente positivos das reformas estruturais empreendidas nos últimos anos (Mendes, 2010).

A cooperação desenvolvida pelos Estados-membros no plano bilateral apresenta importantes contribuições em sectores fundamentais para o crescimento da economia cabo-verdiana e deve-se à Alemanha — água, energia, educação e formação profissional; à educação e à formação profissional; à Áustria, que tem Cabo Verde como destino da sua ajuda — descentralização, educação e formação, apoio às pequenas e médias empresas; à Bélgica — ajuda alimentar; à França — assistência técnica, ajuda alimentar, bolsas, difusão da língua francesa, microprojetos de desenvolvimento e infraestruturas; ao Luxemburgo, que

concentra o seu apoio em Cabo Verde — infraestruturas de base (água, saneamento, eletrificação rural), saúde, educação e ensino técnico; a Portugal, como responsável pela maior parte da ajuda bilateral — apoio institucional, valorização dos recursos humanos, cooperação económica e financeira e apoio ao sector privado; à Holanda — apoio na gestão das despesas públicas e na cooperação económica; e à Suécia — apoio ao *Trust Fund* (*Document de Stratégie de Cooperation*, 2000 cit. por Leite, 2004, p. 10).

A crise financeira obrigou o Governo a por em prática medidas capazes de garantirem a estabilidade macroeconómica do país. Essas medidas têm desempenhado um papel fundamental no enfraquecimento do seu impacto, podendo aqui destacar-se o seu contributo a vários níveis, como no nível de cobertura e no valor das pensões sociais, para a redução da carga fiscal, para os investimentos nas infraestruturas, entre outros. Há a salientar ainda que, entre os factos que caracterizam a ajuda dos últimos anos, se constata uma tendência para a diminuição dos donativos ao que se contrapõe um aumento dos empréstimos, o que pode motivar o crescimento do endividamento externo. Verifica-se que a percentagem dos donativos no conjunto da ajuda ao desenvolvimento passou de 80%, nos anos 1990, para 58%, em 2005; em 2009/2010, perto de 40% do Programa de Investimento Público foi financiado recorrendo a empréstimos. As modalidades de ajuda mudaram e nota-se forte diminuição da ajuda alimentar e um aumento da ajuda orçamental. A APD tem desempenhado tradicionalmente um papel crucial no crescimento/desenvolvimento de Cabo Verde desde 1975. De acordo com o relatório BAD/OCDE (2007) e dados da UNCTAD, a APD foi, em média, USD 124 milhões no período 2001-2005 (Tavares, p.21, 2012). De modo global, a Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) não diminuiu, tendo passado de 10.999,5 milhões de escudos, em 2005, para 14.237,7 milhões, em 2009 (Cabo Verde, 2012). Cabo Verde é um dos maiores do mundo beneficiário de ajuda ao comércio, tendo recebido entre 2009 e 2011 um desembolso médio anual de mais de US \$ 222 per capita. O investimento maciço em infra-estrutura suficiente de Cabo Verde de mencionar que o sector tem recebido, 83% desses recursos, isto é mais de US \$ 184 per capita, por ano²⁶.

²⁶ Vide, a este propósito, Lopes, Carlos in “Cabo Verde trajetória de desenvolvimento, uma lição para a África”, África Cheetah Run, Blogue do Secretario Executivo.

3.5. Resultados²⁷ dos Objetivos do Milénio Alcançados em Cabo Verde

Cabo Verde aceitou o desafio lançado pela ONU para implementar um conjunto de ações estratégicas para que, até o ano 2015, um conjunto de objetivos e metas seja realizado. Essa assunção impõe a integração das metas e indicadores ODM nas políticas públicas nacionais.

A nível nacional nota-se, de acordo com os dados do último relatório, a tendência de uma franca e encorajadora evolução no sentido do cumprimento de alguns objetivos. Mas, os mesmos alertam para a existência de um ritmo diferente e diferenciado no que concerne à sua realização ao nível dos municípios, colocando outros desafios em termos de planificação e implementação das políticas públicas pós-1998.

3.5.1. Objetivo de Desenvolvimento I — Reduzir a Pobreza²⁸ Extrema e a Fome

Meta 1. Diminuir para metade, entre 1990 e 2015 a percentagem de pessoas que vivem na extrema pobreza.

Indicador:

• Percentagem de pessoas que vive na extrema pobreza.

O elevado nível da pobreza e das desigualdades sociais reflete-se nas difíceis condições de vida em que vivem muitas famílias cabo-verdianas que não conseguem satisfazer as suas necessidades básicas de subsistência, em termos de alimentação e habitação, bem como do acesso aos serviços sociais de base (saúde, educação)²⁹.

O combate à pobreza é um dos enormes desafios que o país tem defrontado. A percentagem da população a viver na extrema pobreza, de acordo com o QUIBB 2007, é de 26,6%. No ano de 2002, a proporção da população pobre foi estimada em 36,7%. Constatase que a pobreza tem maior ocorrência no meio rural do país e afeta, muito especialmente, as famílias chefiadas por mulheres (33% contra 21% das famílias chefiadas por homens).

O Fundo apresentou uma evolução positiva com a redução da pobreza em 2009, apoiado pela boa governação, forte crescimento do PIB real e uma boa execução das despesas

²⁷ Ministério das Finanças – Relatório ODM 2008 e 2010.

²⁸ Os dados relativos à pobreza em Cabo Verde provêm do Inquérito às Despesas e Receitas das Famílias (IDRF).

²⁹ Ministério do trabalho Família e Solidariedade. Estratégia para o Desenvolvimento da Proteção Social de Cabo Verde.

orçamentadas (especialmente nos sectores sociais prioritários), os quais têm ajudado a melhorar os padrões de vida.

Em Cabo Verde, os 10% dos agregados com maiores despesas per capita têm um nível de despesas 12 vezes superior aos dos 10% mais pobres. As despesas dos 20% mais ricos são 5 vezes superiores às despesas dos 20% mais pobres³⁰.

Para combater a pobreza, no meio rural, o país vem realizando o seu Programa Nacional de Luta contra a Pobreza no Meio Rural. Tem-se porém verificado um défice de ações integradas de combate à pobreza no meio urbano, subsequente ao término, em 2006, do projeto “Promoção dos Grupos Sociais Desfavorecidos”.

Percentagem da população pobre (1989-2015)

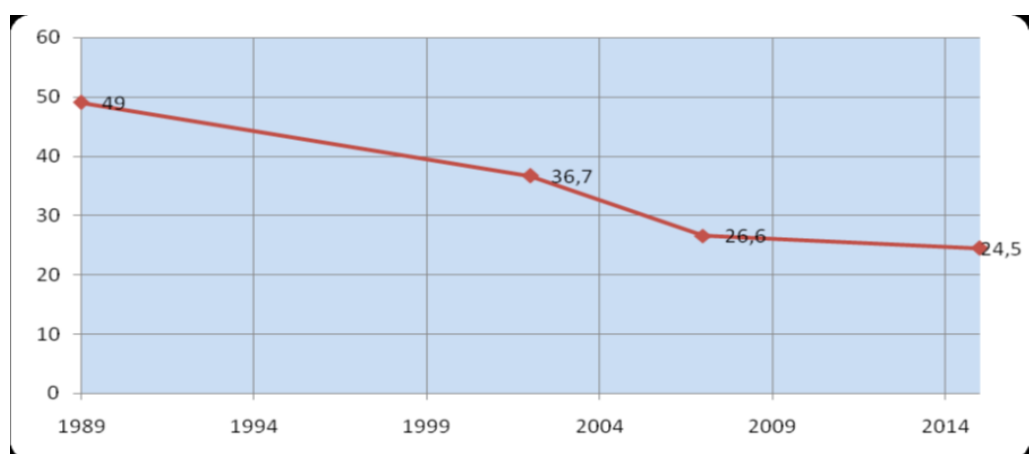


Figura 1- Fonte: INE, IDRF (2002-03) e QUIBB (2007)

De 1989 a 2007, os dados sobre a evolução da ocorrência da pobreza indicam no entanto que é previsível que Cabo Verde possa vir a cumprir o objetivo de reduzir a pobreza extrema e a insegurança alimentar. A expansão e a melhoria da eletrificação e do abastecimento de água potável às populações, a introdução do gás butano para a confeção de alimentos, a expansão da oferta de estabelecimentos de ensino (no meio rural, em particular) são fatores relevantes de redução da pobreza que têm permitido uma melhoria das condições de vida em geral, e que, em particular, tem possibilitado a muitas mulheres e crianças diversificarem as suas rotinas diárias. Assim, e de acordo com os principais resultados do inquérito sobre “Melhorias nas Condições de Vida dos cabo-verdianos”, exercício conjunto do IEPF&INE (Instituto de Emprego e Formação Profissional e Instituto Nacional de Estatística) de 2008, 42,9% dos agregados têm acesso à água da rede pública contra 24,1% em 2000. A

³⁰ Cabo Verde – Relatório da Conferência Rio+20, 2012.

percentagem daqueles que se abastecem ainda em chafarizes e cisterna vem diminuindo, tendo passado de 48%, em 2000, para 38%, em 2008. Constata-se que as ilhas de Santo Antão, S. Vicente e Sal são as ilhas onde há mais utentes da rede pública. A utilização do gás butano na confeção de alimentos cresceu também entre 2006 e 2008, de 53,5% para 56,0%, contra uma pequena diminuição do uso de lenha. O aumento da utilização do gás é mais notório nas ilhas mais urbanas de S. Vicente e Sal e na cidade da Praia. Graças à campanha nacional de eletrificação rural, a eletricidade como fonte de energia de iluminação beneficia mais de dois terços da população (67,5% em 2008). A taxa de iluminação é superior à média nacional nas ilhas de Santo Antão (74%), S. Vicente (89%) e na Praia (82%). Para o resto da ilha de Santiago e para a ilha do Fogo a taxa de eletrificação é inferior à média de 67,5%.

O mais recente mapeamento da pobreza, em 2012, sugere que o crescimento da economia tem continuado a traduzir-se na redução da pobreza, cuja taxa baixou de 37% em 2000 para 27% em 2010. A pobreza baixou sobretudo em áreas onde o turismo, fonte importante de emprego, se encontra concentrado. A acentuada redução da pobreza desde 1990 tem sido complementada por um significativo aumento do acesso à educação e cuidados de saúde (Banco Mundial, 2013).

Segundo José Fernandes, “indubitavelmente, constata-se que para diminuir a pobreza em Cabo Verde é necessário aumentar o nível de instrução das famílias pobres, o que implica dotá-las de condições básicas para terem maiores rendimentos e consequentes despesas per capita, ou melhor, para saírem das malhas da pobreza”³¹.

Através de esforços próprios que contam com a ajuda importante dos parceiros de desenvolvimento, o país vem pois concebendo e executando medidas e políticas em diferentes domínios, com o propósito firme de melhorar as condições de vida e erradicar a pobreza, muito particularmente a pobreza extrema. Os investimentos de parceiros através de movimentos como a do Programa Nacional de Luta contra a Pobreza no meio rural foram encaminhados para atividades geradoras de rendimento, para o microcrédito e para a formação, com impacto sobre o rendimento das famílias no meio rural, onde a percentagem da pobreza é maior.

Meta 2. Diminuir para metade, entre 1990 e 2015, a percentagem de pessoas com fome.

Indicadores:

³¹ Vide, a este propósito in “ Modelização dos Determinantes da Pobreza em Cabo Verde” CEsa, 2008.

- Proporção de crianças menores de 5 anos com má alimentação.

- Proporção de pessoas com insuficiência calórica.

Cabo Verde já alcançou os avanços consideráveis no âmbito da segurança alimentar, no entanto o país ainda se debate com problemas macroeconómicos que condicionam tanto a disponibilidade e a estabilidade de alimentos no mercado interno, quanto o acesso económico da população aos bens alimentares. Verifica-se que a o abastecimento alimentar no mercado interno, devido à vulnerabilidade de apoio produtivo e ao défice estrutural da balança de pagamentos, segue a estar ainda sujeita às variações do mercado exterior.

O combate pela insegurança alimentar (IA) constitui um elemento constante e central das políticas públicas. É essencial promover a produção alimentar com firmeza, a fim de mitigar a condição de extrema pobreza das populações afetadas. Para além da produção/abastecimento e disponibilidade alimentar, preocupa ao país garantir com sustentabilidade o acesso e a diminuição da vulnerabilidade das famílias a bens alimentares essenciais. Com o intuito de estabelecer condições que possam favorecer e garantir uma segurança alimentar estável, o país elaborou e tem vindo a por em prática a sua Estratégia Nacional de Segurança Alimentar (ENSA 2002-2015) e incorporou no documento de Estratégia de Crescimento e de Redução da Pobreza (DECRP) as linhas orientadoras da ENSA. Em 2006, foi validado o segundo programa de ação quinquenal da ENSA, o Programa Nacional de Segurança Alimentar (PNSA 2007-2011). Este programa visava contribuir para o reforço das políticas públicas e das ações no domínio da segurança alimentar e nutricional e para a diminuição da vulnerabilidade e insegurança alimentar do país, assim como para o reforço dos mecanismos de gestão e promoção da boa governação em matéria de segurança alimentar.

A convergência técnica e normativa em matéria de segurança alimentar entre a União Europeia e Cabo Verde comanda a integração das iniciativas europeias em matéria de normas e regulação nas políticas nesse domínio e a transposição para a legislação nacional das diretivas, normas e regulamentos da Comunidade, a fim de se assegurar a defesa de elevados padrões de qualidade.

Foi criada uma Rede de Segurança Alimentar, estrutura de coordenação que procura dar resposta às orientações estratégicas de descentralização, participação e responsabilização dos atores no quadro de concertação e integração intersectorial, com o propósito de melhorar a boa governação e as sinergias entre os domínios de atuação do programa, aumentar a participação e a responsabilização de todos os intervenientes.

Um conjunto de medidas e políticas está a ser executado, destacando-se (i) a política de proteção ambiental e dos recursos naturais; (ii) o ordenamento do espaço rural, nomeadamente através das bacias hidrográficas, com vista a uma gestão integrada dos recursos hídricos e fundiários, associado ao desenvolvimento do sistema agro-silvo-pastoril; (iii) conformidade entre legislação vigente e os instrumentos de promoção do desenvolvimento; (iv) adequação da capacidade técnica e organizacional dos produtores; (v) promoção de atividades economicamente rentáveis, tanto na agricultura como em outros sectores geradores de rendimentos, como turismo rural, e (vi) execução de uma política de formação e investigação orientada para a resolução de problemas intrínsecos ao desenvolvimento e modernização da agricultura.

As ações executadas e focalizadas na melhoria do acesso económico aos bens alimentares de primeira necessidade e aos serviços sociais de apoio pretendem assegurar meios de vida sustentáveis às populações e colocar à disposição dos mais vulneráveis rendimento suficiente para garantir a sua segurança alimentar.

A capacitação técnica e institucional de todos os intervenientes no processo de gestão da segurança alimentar e de prevenção das crises e a promoção da boa gestão da segurança alimentar são consideradas fundamentais. Os objetivos específicos fixados são: (i) assegurar o reforço da capacitação, assistência técnica e comunicação permanente dos atores; (ii) contribuir para o reforço da capacidade interventora das associações de defesa do consumidor; e (iv) reforçar a sensibilização e a mobilização sociais a favor da segurança alimentar.

Entretanto, a má nutrição crónica em crianças cabo-verdianas menores de 5 anos afeta 14,5% dessa população; a população rural é ligeiramente mais afetada; a má nutrição aguda na mesma faixa etária fica abaixo da metade desse valor: 6,4% a nível nacional, 6,5% no meio urbano e 6,3% no meio rural.

Tendências de Má Nutrição

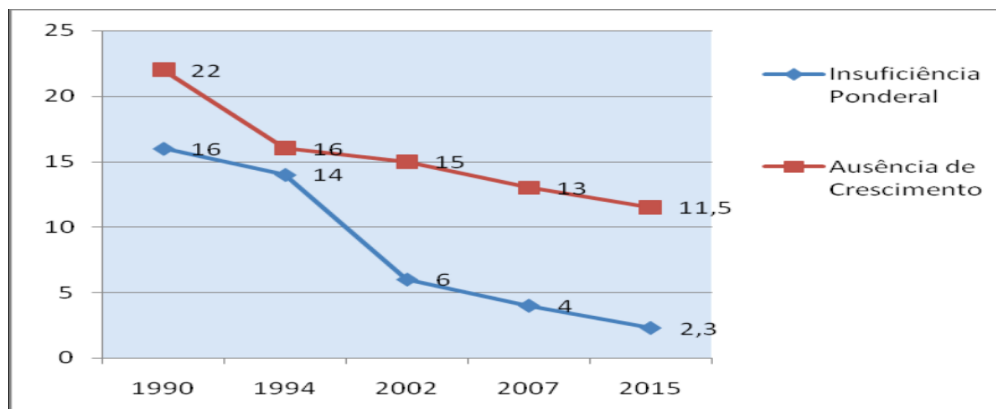


Figura 2- Fonte: INE/MADRRM, 2007

Em 2006, e de acordo com os resultados do QUIBB 2006 (Questionário Unificado de Indicadores Básicos de Bem-Estar), a má nutrição crónica penalizava 14,5% das crianças menores de 5 anos e a má nutrição aguda atingia 6,4%. A insuficiência ponderal (é um termo que se refere a estar abaixo do peso considerado saudável) atinge 8% das crianças nessa faixa etária.

A taxa de má nutrição crónica em crianças menores de 5 anos em 2009 é de 9,7% e de 2,6% para a má nutrição aguda. Relativamente à taxa de insuficiência ponderal, os dados apontam para 4% nesse grupo etário. A insuficiência ponderal tem maior incidência sobre as crianças do sexo masculino (5,6%) do que sobre as do sexo feminino (4,3%).

A situação, quer no meio rural como no meio urbano, melhorou em 2009, com taxas de 7,2% e 3,0%, respetivamente, quando comparada com as de 2006 (10%; 7,5%). A nível das outras ilhas, constata-se que, na ilha do Fogo, a insuficiência ponderal nas crianças tem o seu valor máximo, ainda que tenha havido uma diminuição entre 2006 (14%) e 2009 (10%).

O gráfico abaixo ilustra os indicadores nutricionais face às metas preconizadas pelos objetivos de desenvolvimento do milénio.

Situação nutricional das Crianças menores de 5 anos em Cabo Verde

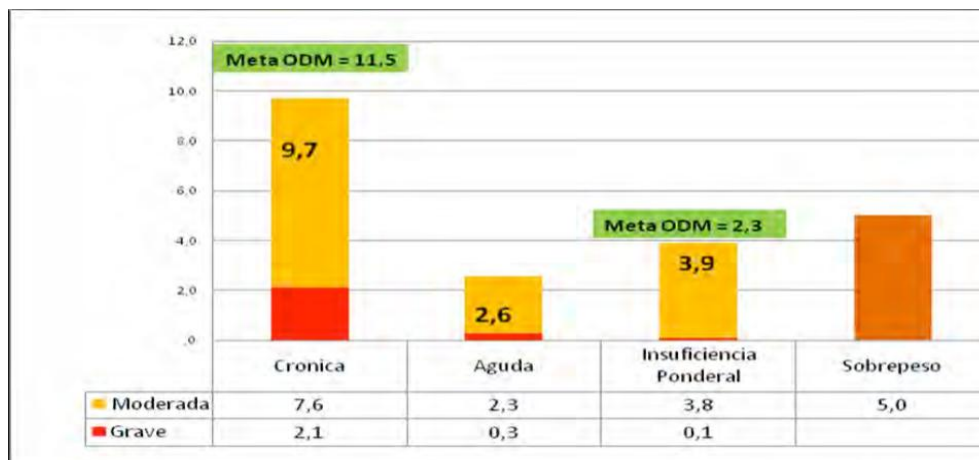


Figura 3 -Fonte: INE – 2009

Podemos, em suma, dizer que a situação nutricional das crianças menores de 5 anos progrediu em Cabo Verde.

3.5.2. Objetivo de Desenvolvimento II — Assegurar a Educação Primária Universal

Meta. Proporcionar a todas as crianças os meios de finalizar o ciclo de estudos primários.

Indicadores:

- Taxa líquida de escolarização no ensino primário.
- Proporção de crianças em idade escolar, começando o primeiro ano de estudo no ensino primário e terminando o sexto.
- Taxa de alfabetização dos 15 aos 24 anos.

O Orçamento do Estado destinado à Educação oscilou durante algum tempo entre os 20 e os 23%, devido à necessidade de ter infraestruturas escolares adequadas em número e qualidade.

A fim de facilitar o término dos estudos primários às crianças, vários estabelecimentos escolares foram ampliados, melhorados e devidamente equipados os gabinetes de docentes, as salas de aulas e as bibliotecas; mais de 90% dos professores possui formação adequada (2009/2010); e dispositivos normativos e de gestão foram introduzidos. Simultaneamente, os estabelecimentos de ensino (pré-escolar e básico) estão cada vez mais próximos dos agregados familiares.

Evolução da Taxa de Escolarização e de Alfabetização (1990-2015)

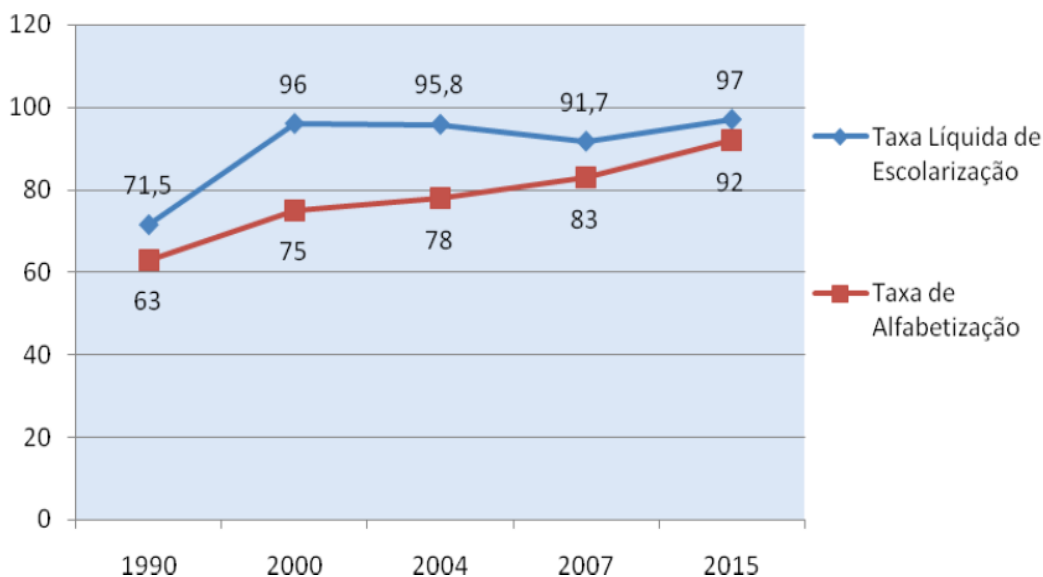


Figura 4 – Fonte: MEES, 2008

Progressos substanciais foram alcançados em matéria de escolarização da população do ensino primário básico. Contudo, a população escolar no ensino básico tem diminuído progressivamente a partir do ano letivo 2000/01 a uma taxa média de 2,6% ao ano. Em termos absolutos, o número de efetivos passou de 90.640 no ano letivo 2000/01 para 73.548 em 2008/09. Esta diminuição decorre da redução da taxa de natalidade e de mortalidade, situação que modela a pirâmide etária em praticamente um losango. Efetivamente, o país entrou na fase de transição demográfica a partir de meados da presente década.

A nível institucional foram conseguidos avanços significativos no ensino básico (e secundário), com o alargamento da reforma do sistema de ensino no ano letivo 1995/96 e introdução do ensino obrigatório de seis anos. A reforma vem mantendo por mais tempo as nossas crianças nas escolas.

Os investimentos canalizados para a Alfabetização e Educação de Adultos, desde a independência, têm produzido excelentes resultados. Segundo os dados do QUIBB 2006 e 2007, a taxa de alfabetização tem-se estabilizado nos 80%, com variações significativas em termos de meio de residência e de género. Hoje a taxa de analfabetismo situa-se abaixo dos 20%, não obstante a disparidade social geográfica.

Na faixa etária dos 15-24 anos, a taxa de alfabetização atinge os 96% (QUIBB 2007), sendo insignificante a diferença intergénero e local de residência. Atualmente, a taxa de analfabetismo situa-se entre 2 e 3%. A igualdade de género nesta matéria está assegurada.

O objetivo global é, para a faixa etária dos 15 aos 49 anos, reduzir a taxa de analfabetismo para 5% até 2015.

Portanto, progressos foram conseguidos a todos os níveis de ensino em matéria de formação em exercício dos quadros, infraestruturação, coordenação interinstitucional e revisão de programas, manuais e currículo. Aponta-se como resultados importantes a redução das taxas de reprovação e de abandono escolar e o cultivo de valores cívicos, como por exemplo, os da paz e justiça, principalmente no ensino básico.

Em matéria de medidas adotadas em curso para a melhoria e consolidação dos indicadores, há a realçar a determinação de oferecer um ensino de qualidade e a integração sistémica acrescida a nível nacional e municipal dos subsistemas escolares (primário, secundário e superior). Ter recursos humanos capazes de contribuir para a sociedade como cidadãos e profissionais até 2015 é prioridade da agenda pública para a educação.

É importante realçar que a maioria dos professores não diplomados (10% dos que lecionam no ano letivo 2009/2010) se encontra em formação nas instituições nacionais.

3.5.3. Objetivo de Desenvolvimento III — Promover a Igualdade entre os Sexos e a Emancipação das Mulheres

Meta. Eliminar disparidades entre os sexos a todos os graus de ensino até 2015.

Indicadores:

- Rácio raparigas e rapazes a todos os níveis de ensino.
- Percentagem de alfabetização de mulheres de 15 a 24 anos.
- Proporção de assentos ocupada por mulheres no parlamento nacional.

O contexto atual aponta para diferenças substanciais quanto à igualdade de oportunidades de género, na participação política, a nível económico e ao nível da violência contra as mulheres, apesar de já registarmos avanços significativos em matéria de legislação³² e de mecanismos.

Embora, do período 2000 a 2009 ter sido notável por avanços significativos no que diz respeito à igualdade entre géneros, o ODM III não foi totalmente atingido pelo país, visto que ainda persistem alguns indicadores que são desvantajosos para as mulheres.

³² Lei especial contra violência baseado no género, 2011.

As conquistas mais relevantes comparativamente à autonomia das mulheres estão na área social (Saúde e Educação) e ao nível da participação na governação onde, desde de 2008, temos tido uma situação de equidade.

No entanto, no setor económico, mantém-se ainda uma disparidade em desfavor das mulheres, sendo que o rendimento das mesmas representa cerca de metade do dos homens.

No que diz respeito à educação segundo o género como resultado da política pública Educação para Todos, o país alcançou ganhos significativos em termos de acesso das raparigas em todos os níveis do ensino. Cabo Verde atingiu a meta da eliminação da disparidade entre os sexos no acesso ao ensino pré-escolar, básico e superior, pois o rácio raparigas e rapazes, nesses níveis de ensino, aponta para a paridade. No entanto, nos ensinos secundário e médio, existe uma supremacia das raparigas (67%) em relação aos rapazes (57,1%).

Taxa de escolarização por género e rácios meninas/rapazes no ensino

Nível de Ensino	2006/2007	2007/2008	2008/2009
Rácio Raparigas/Rapazes			
Ensino Pré-escolar	0,99	0,99	1,01
Ensino Básico	0,94	0,93	0,92
Ensino Secundário	1,13	1,14	1,15
Ensino Médio	2,26	2,26	2,42
Ensino Superior	1,20	1,25	0,93
Taxa líquida de escolarização por sexo			
Ensino Pré-escolar - Raparigas/Rapazes	59,9 e 60,5	62,3 e 63,0	-
Ensino Básico - Raparigas/Rapazes	93,8 e 94,9	91,1 e 92,3	87,6 e 89,8
Ensino Secundário - Raparigas/Rapazes	63,8 e 55,9	64,4 e 55,9	67,0 e 57,1
Percentagem de Aprovados por Sexos			
Ensino Básico – Raparigas/Rapazes	89,3 e 83,8	90,0 e 85,1	90,4 e 85,6
Ensino Secundário - Raparigas/Rapazes	70,0 e 65,3	69,6 e 64,1	70,3 e 64,1
Analfabetismo entre as Mulheres			
Taxa de mulheres analfabetas 15-24 anos	2,8	2,8	2,6
Taxa de mulheres analfabetas 15 e mais anos	26,9	26,9	24,5

Quadro 1 – Fonte: INE

As informações estatísticas mostram uma tendência para a manutenção do equilíbrio no acesso à educação de raparigas e rapazes no ensino pré-escolar e básico, assim como uma diminuição da taxa líquida de escolarização no ensino básico.

Em relação ao ensino secundário, a taxa líquida de escolarização aumentou tanto entre os rapazes como entre as raparigas, mas o desequilíbrio no acesso tende a acentuar-se, em desfavor dos rapazes, ou seja, os dados demonstram que aumenta o fosso entre rapazes (57,1%) e raparigas (67%) neste nível de ensino.

Este desequilíbrio pode estar associado a insucesso escolar, já que a proporção de aprovações é maior entre as raparigas do que entre os rapazes, o mesmo acontecendo com o abandono escolar - segundo as informações do INE (QUIBB 2007), o abandono escolar (11,3%) acontece mais frequentemente na última fase da educação básica ou no ensino secundário, sendo de 9,2 % para as raparigas e 13,5 % para os rapazes.

No ensino médio e superior, nota-se uma manutenção da frequência ao ensino médio e um aumento significativo no ensino superior, no qual duplicaram-se as matrículas entre 2004 e 2008. Continua a manifestar-se uma estabilização do rácio mulheres/ homens.

Segundo os dados do INE, a taxa de analfabetismo em Cabo Verde tende a diminuir tanto entre as mulheres como entre os homens com mais de 15 anos (20,3% em 2006 contra 18,5% em 2009). A sua incidência é maior entre as mulheres (26,9% em 2006 e 24,5% em 2009) do que entre os homens (13,1% em 2006 e 11,6% em 2009). No mundo rural, a proporção de mulheres analfabetas (36,3% em 2006 e 32,5% em 2009) é mais do dobro que a proporção de homens analfabetos (17,7% em 2006 e 13,1% em 2009). A incidência do analfabetismo na faixa etária 15-24 anos é baixa (3,3% em 2006 e 3,2% em 2009) e reflete os efeitos da política de universalização do acesso ao ensino básico formal.

A situação económica mais desfavorável às mulheres vê-se confirmada pela diferença de rendimento. De acordo com o Relatório de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas de 2009, em 2007 o rendimento per capita em Cabo Verde para os homens era de 4.152 USD e 2.015 USD para as mulheres.

De forma a melhorar as condições de acesso das mulheres ao trabalho, têm sido implementados, desde 2008, projetos que visam a sua formação e empregabilidade. Neste sentido, foram criados, em parceria com as organizações da sociedade civil, três Gabinetes de Orientação e Inserção Profissional da Mulher ao nível do país, para favorecer a emancipação (autonomia e capacidade) da mulher, numa perspetiva de desenvolvimento e de luta contra a pobreza.

A promoção e autonomia das mulheres está correlacionada não somente com a educação, situação do emprego e controlo sobre os rendimentos, mas também com o poder de decisão na esfera privada e pública, a participação da tomada de decisão e o controlo que a mesma tem sobre o domínio familiar e individual.

Para mudar o cenário da participação desigual na esfera política, o governo, através do mecanismo nacional para a igualdade de género, em 2008, conjuntamente com as organizações femininas, mobilizou o país à volta de uma forte campanha de advocacia. O objetivo foi aumentar a participação das mulheres nos processos de tomada de decisão em geral e especificamente para o aumento da percentagem (30%) de mulheres em lugares elegíveis nas listas para as eleições autárquicas de 2008. Outra estratégia implementada para aumentar a participação feminina no poder político foi o apoio às autarquias para a implementação de políticas municipais com uma abordagem de género.

O Instituto Nacional de Estatísticas (INE), em parceria com o ICIEG, introduziu, no Inquérito sobre Saúde Sexual e Reprodutiva em 2005, variáveis que permitem obter dados fiáveis e objetivos referentes à situação da violência exercida pelos homens sobre as mulheres e os mecanismos de controlo utilizados.

Uma em cada cinco mulheres refere ter sido vítima de violência doméstica (IDSR II). Quanto ao tipo de violência, 19% das mulheres referiram ser vítimas de mais de um tipo, 16% de violência física, 14% emocional ou psicológica e 4% sexual. Esses dados vêm reforçar a preocupação e o combate à problemática VBG (Violência Baseada no Género).

Foi criado o Plano Nacional de Combate à VBG (Violência Baseada no Género): reforço das redes de atendimentos das vítimas de VBG, plano de comunicação para mudança de comportamento, educação para a igualdade, participação dos homens na luta contra VBG, implementação de uma unidade de psicologia forense.

Poderemos concluir, de acordo com os dados acima mencionados, que, nos últimos anos, houve avanços significativos na conquista da equidade de género; e várias estratégias e políticas sectoriais contemplaram a abordagem de género de modo transversal.

3.5.4. Objetivo de Desenvolvimento IV — Reduzir a Mortalidade de Crianças Menores de 5 Anos³³

Meta. Diminuir em dois terços, entre 1990 e 2015, a percentagem de mortalidade de crianças menores de 5 anos.

Indicadores:

- Percentagem de mortalidade de crianças menores de 5 anos.
- Percentagem de mortalidade infantil.
- Proporção de crianças menores de 1 ano vacinadas contra o sarampo.

Os investimentos na área da saúde, em especial os direcionados para a expansão das infraestruturas e para a aquisição de equipamento e formação de recursos humanos capazes de melhorarem a capacidade nacional de diagnóstico são medidas estruturantes que permitiram fazer face a diversos problemas, em particular, o surto da epidemia da dengue. Atualmente, a prioridade vai para a criação de condições de prestação de serviços diferenciados de cuidados terciários de saúde para atender a um perfil epidemiológico em transição para as doenças não transmissíveis.

Os principais indicadores de base do estado de saúde das populações, particularmente no que se refere às taxas de mortalidade geral, de mortalidade infantil e de esperança de vida à nascença, melhoraram de forma sustentada e apresentam uma tendência para melhorias acrescidas.

A mortalidade de crianças menores de 5 anos foi reduzida de 56 por mil nados-vivos no período 1988-1993 (IDRS 1998), para 31,9 por mil em 2000 (Censo 2000). Houve uma redução para 27,1 por mil em 2005 e situava-se, em 2009, em 23,7 por mil (Relatório Estatísticas de Saúde 2009), sendo que Cabo Verde está em 26,2 óbitos, neste momento (Relatório Estatísticas de Saúde 2011). Conseguir reduzir em dois terços a mortalidade nas crianças até 2015, conforme os ODM, implica reduzir o valor da taxa para 18,7 por mil em 2015. Diminuir em dois terços a mortalidade nas crianças, até 2015, conforme os ODM, implica reduzir 18,7 por mil.

Esse cenário deve-se principalmente à redução de óbitos dos componentes pós-natal e juvenil que pode ser expressão da efetividade e a cobertura de atividades específicas de proteção e cuidados de saúde, tais como a vacinação, o incentivo à amamentação. A

³³ Relatório do Sector da Saúde. Estado da Nação 2010.

cobertura vacinal contra sarampo em crianças menores de um ano em 2007 foi de 74.2%. Entretanto, nos últimos cinco anos não se registou nenhum caso de óbito por sarampo. Tem constituído uma estratégia suplementar a realização de campanhas de vacinação em intervalos de cinco anos visando aumentar a proteção da população e prevenir epidemias.

Em Cabo Verde “as doenças respiratórias agudas, diarreicas e as afeções perinatais (doenças relacionadas com problemas do bebé para respirar e complicações de saúde, durante e logo após o parto, normalmente causados por gestação de curta duração, baixo peso e infeções. O perigo maior acontece nos primeiros 28 dias de vida) constituem as principais causas de morbilidade e mortalidade infantil” (segundo o relatório apresentado por Cabo Verde em relação aos Objetivos do Milénio com enfoque no trabalho dos municípios). As infeções por parasites, nomeadamente as diarreias, estão muito relacionadas com as limitações ao acesso a água potável, o saneamento básico e o regime de nutrição.

Verifica-se que a mortalidade infantil (particularmente incidente no primeiro ano de vida e uma parte importante acontece a seguir ao nascimento) diminui de 42 por mil nados-vivos (IDRS 1998) para 26,2 em 2000 (RGPH, 2000), baixou para 24,1 em 2005 e estava nos 20,1 por mil em 2009, o que corresponde a uma redução de mais de metade. Para se alcançar a meta dos ODM, esse indicador deve descer para 14 por mil.

Evolução do número de óbitos de menores de 5 anos - Cabo Verde 2002 – 2011

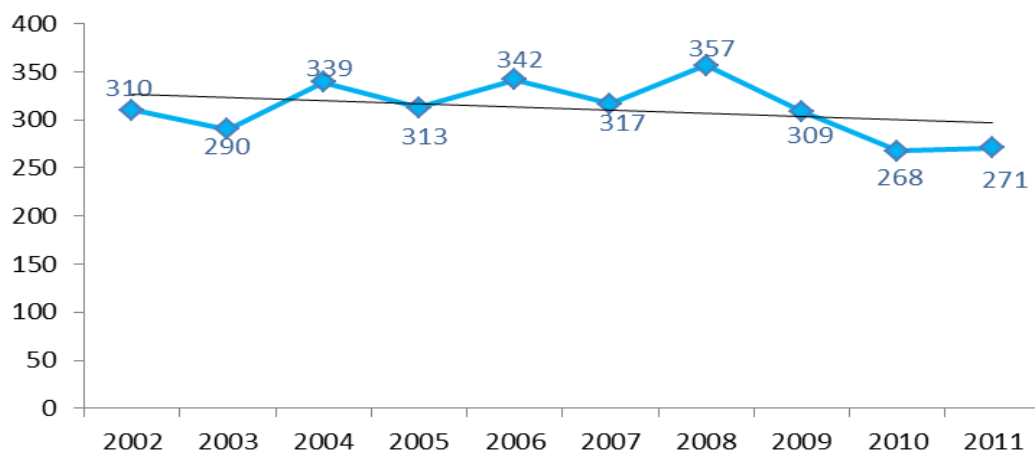


Figura 5-Fonte: SVEI/DNS/MS

As afeções perinatais apresentaram que 54%³⁴ das causas da morte em crianças menores de um ano. O peso das afeções perinatais na mortalidade dos menores de cinco anos clama por intervenções dirigidas para esse problema, privilegiando a atenção pré-natal e pós-natal e a melhoria da assistência ao parto. A partir de 2005, os dois hospitais centrais do país passaram a prestar serviços de neonatologia.

Entre 1997 e 1998, período em que houve uma epidemia de sarampo, apenas foram registados 1 caso em 1999, 2 em 2000 e 1 em 2004. Segundo um inquérito de avaliação da proteção vacinal, a percentagem de crianças menores de um ano vacinadas contra o sarampo, realizado em abril de 2010, foi de 94%.

3.5.5. Objetivo de Desenvolvimento V — Melhorar a Saúde Materna

Meta 1. Reduzir em três quartos, entre 1990 e 2015, o índice de mortalidade materna.

Indicadores:

- Taxa de mortalidade materna.
- Proporção de partos assistidos por profissionais de saúde habilitado.

Meta 2. Obter, até 2015, o acesso geral à saúde reprodutiva.

Indicadores:

- Percentagem de predomínio contraceptiva.
- Percentagem de natalidade na adolescência
- Cobertura dos cuidados pré-natais (pelo menos 1 consulta e, no máximo, 4).
- Necessidade não satisfeita em matéria de planeamento familiar.

Os balanços anuais das taxas de mortalidade materna têm sido inúmeras, entre 2000 e 2009. Reunindo os dados médios anuais, pode constatar-se que, no período 2005-2009, a taxa média de mortalidade materna terá sido de 28,9 por cem mil nados-vivos, ao passo que no quinquénio anterior fora de 41,9 por cem mil nados-vivos.

³⁴ Ministério da Saúde Cabo-verdiana in Relatório Estatístico 2011.

Mortalidade Materna por 100,000 Nascidos Vivos 2000 a 2009

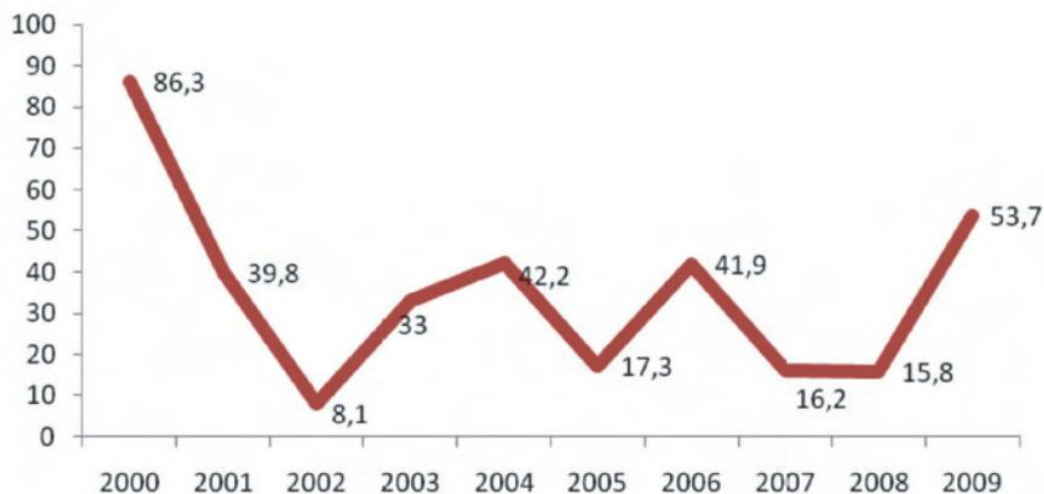


Figura 6 – Fonte: IDRS (2005)

De acordo com o Primeiro IDRS, em 1998, por cada 100 partos, perto de 53 foram auxiliados por profissionais de saúde e 35 por parteiras leigas. O IDRS II (2005) indica avanços consideráveis, uma vez que cerca de 77,8% dos partos tiveram lugar em estruturas de saúde, sendo que, em meio rural, essa proporção foi de 63,5%.

Cerca de 72% das mulheres cuja gravidez terminou em parto vivo nos últimos cinco anos fizeram quatro ou mais consultas pré-natais, ao longo do período de gestação, contra 2,6% que não fizeram nenhuma consulta. A percentagem de mulheres que fizeram mais de quatro consultas é maior no meio urbano (77%) do que no rural (67%).

As instituições públicas de saúde têm nas organizações da sociedade civil um parceiro importante, sério e empenhado no domínio da promoção da saúde da mulher.

Muito particularmente, no que diz respeito aos dados registados pelos Serviços de Saúde Reprodutiva, a predominância da proteção contraceptiva foi de 28,6% em 2007, 29% em 2008 e 31,7% em 2009.

A gravidez na faixa etária dos 15 aos 17 anos tem sido seguida, calculada sobre o número de grávidas que tiveram pelo menos uma consulta pré-natal. Segundo os dados do Ministério da Saúde, em 2000 a taxa de gravidez na adolescência foi de 11,4%, 12,5% em 2005 e 14,7% em 2009, o que aponta para uma tendência crescente.

3.5.6. Objetivo de Desenvolvimento VI — Combater o VIH/SIDA, a Malária e Outras Doenças

Meta 1. Deter, até 2015, a disseminação do VIH/SIDA.

Indicadores:

- Percentagem de propagação do VIH entre a população de 15 a 24 anos.
- Uso de preservativo, numa relação sexual de risco.
- Percentagem da população entre 15 a 24 anos, com conhecimento da transmissão do VIH/SIDA.
- Percentagem das crianças órfãs e não órfãs de 10 a 14 anos de idade com escolarização.

Meta 2. Alcançar, até 2010, o acesso universal ao tratamento do VIH/SIDA para a todas as pessoas que dele precisam.

Indicador:

- Percentagem de pessoas com infeção por VIH/SIDA, que tem acesso a medicamentos antirretrovirais.

Verifica-se que a incidência dos casos de infecção por VIH/SIDA tem vindo a aumentar. A taxa de notificação é de 6,2 por cem mil habitantes em 1995 passou para 17 por cem mil em 2000 e atingiu 62,7 por cem mil em 2009.

Evolução da infeção VIH-SIDA e óbitos por SIDA, 2000 – 2009

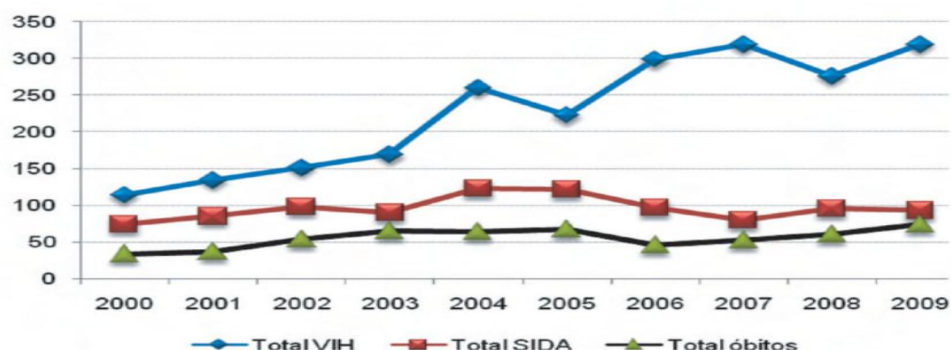


Figura 7 - Fonte: Relatório Estatístico da Saúde

Em 2005 o Inquérito Demográfico e de Saúde Reprodutiva (IDRS II) aponta que a taxa de prevalência de VIH/ SIDA é de 0,8%, sendo 0,4 para as mulheres e 1,1% para os homens.

Em 2007, a taxa de propagação de VIH/SIDA em mulheres grávidas de 15-24 anos atingiu os 0,7%. O registo de casos VIH/SIDA em 2009 permite concluir que 69% dos casos se situam entre os 15 e 49 anos de idade, sendo o grupo etário mais atingido o de 30-34 anos, com 14,9% dos casos.

A forma de transmissão do vírus é essencialmente heterossexual, correspondendo a 80% dos casos identificados.

De acordo com o IDRS, 43% das mulheres e 67% dos homens afirmaram terem tido relações sexuais de risco nos últimos 12 meses, sendo 46% a proporção de mulheres que utilizaram preservativo, ao passo que a proporção de homens foi de 72%. É elevada a percentagem de indivíduos que acreditam existirem formas de evitar a infeção, havendo, no entanto, algumas diferenças por género: aproximadamente 88% das mulheres e 96% dos homens consideram que podem fazer algo para evitar contrair o VIH/SIDA. O Inquérito aos Indicadores de Prevenção de VIH-SIDA, realizado em 2009, revela que 46,8% das mulheres e 41,6% dos homens, na faixa etária dos 15 aos 24 anos, rejeitam a crença errada em relação à transmissão ou à prevenção do VIH/SIDA de que uma pessoa que aparenta boa saúde pode estar infetada pelo vírus.

A percentagem da população com infeção avançada de VIH, em 2005 na terapia com medicamentos antirretrovirais, foi de 24,2%.

De acordo com Ministério da Saúde de Cabo Verde a infeção por HIV de 2000 a 2011, aumentou-se de 114 novos casos para 399 novos casos, mais do dobro. A mesma coisa acontece com a taxa de incidência por 100 mil habitantes, que aumentou de 26,2 em 2000 para 79,8 em 2011. Em relação ao número de óbitos provocados pela SIDA por cada 100 mil habitantes houve também um aumento de 7,8 em 2000 para 12,0 em 2011.

Meta 3. Parar até 2015, ter controlar o paludismo e outras doenças.

Indicadores:

- Taxas de incidência e óbito interligadas ao paludismo.
- Percentagem de crianças menores de 5 anos de idade que dormem sob um mosquiteiro tratado com inseticida.

- Percentagem de crianças menores de 5 anos de idade que têm febre e são tratadas com medicamentos antipalúdicos adequados.
- Taxas de incidência, prevalência da tuberculose e taxa de mortalidade interligada a tuberculoso.
- Percentagem de casos de tuberculose identificados e medicados.

Relativamente ao paludismo em Cabo Verde, é uma doença instável, com uma transmissão sazonal, casual, de baixa incidência endémica, bastante variável de ano para ano, responsável por uma variação da morbilidade, com picos cíclicos, dependendo muito das chuvas. Constata-se que as chuvas têm efetivamente uma relação direta com o aumento da densidade, longevidade e efetividade da infeção

Entre 1996 e 2007, foram identificados 798 casos de paludismo, todos certificados por exame parasitológico. Mais de 75% (608) foram classificados como autótones da ilha de Santiago. Com um máximo de uma centena de casos autótones, a incidência anual na ilha de Santiago nunca superou 0,5/1000, depois de 1996.

A taxa de ocorrência para a população em geral em 2009 foi de 13 por cem mil e a taxa de mortalidade de foi de 0,4 por cem mil.

Tuberculose - Incidência, Prevalência e Mortalidade (por 100.000 hab.) – Cabo Verde 2007- 2011

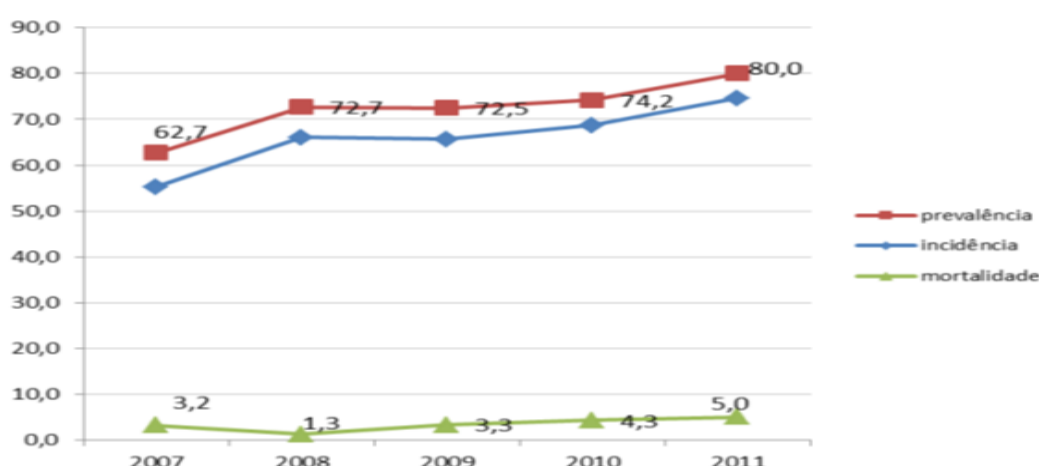


Figura 8 – Fonte: SVEI/DNS

A taxa de incidência de tuberculose por cada 100 mil habitantes está a aumentar [a taxa de incidência diz respeito aos novos casos]. Em 2000 houve 51 novos casos por 100 mil habitantes, em 2011 houve 74,5 por cada 100 mil habitantes. A incidência da doença baixou

entre 2003 e 2006, mas a partir daqui, e nos últimos cinco anos, registou um agravamento de 39%.

Por outro lado, não se verifica um impacto evidente do VIH/SIDA sobre a incidência da tuberculose, tendo em conta a evolução do número de casos novos e a mortalidade, nos últimos 10 anos.

As frágeis condições socioeconómicas do país, o elevado grau de pobreza, sobretudo no meio rural e nas zonas periféricas urbanas, a coexistência da epidemia do VIH/SIDA, que diminui a resistência do organismo das pessoas infetadas, causando o aparecimento de formas mais graves de tuberculose, são fatores que se revelam como sérias condicionantes para a realização do objetivo do milénio

Verificou-se que a taxa de sucesso no tratamento de novos casos de tuberculose foi de 72%.

3.3.7. Objetivo de Desenvolvimento VII — Assegurar um Ambiente Sustentável: biodiversidade, abastecimento de água e habitação para os pobres

Meta 1. Integrar os princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas e programas do país e inverter a tendência de escassez dos recursos naturais.

• Reduzir para metade a percentagem das populações sem acesso a água potável até 2015.

• Alcançar uma melhoria importante das condições de vida dos desfavorecidos do país até 2020.

Indicadores:

• Percentagem da população pobre com acesso a um sistema de abastecimento de água potável;

• Proporção de terras cobertas por florestas;

• Áreas protegidas para manter a diversidade biológica; e

• Emissão de gases com efeito de estufa.

A biodiversidade cabo-verdiana está na base das principais atividades económicas (agricultura, pecuária, silvicultura, pesca e turismo).

A situação geográfica do país, a raridade dos recursos naturais e energéticos não renováveis, e o clima saheliano constituem fatores de vulnerabilidade que delimitam o seu desenvolvimento. Pelas suas características geomorfológicas e climáticas, o país apresenta um panorama ambiental que se diversifica de ilha a ilha, de acordo com as tipologias e as influências diretas do clima. Fruto de uma gestão inadequada dos poucos recursos naturais, combinada com a variabilidade de certos parâmetros climáticos, constata-se uma enorme pressão sobre os recursos, que acaba por acelerar o fenómeno da degradação ambiental. As causas da degradação ambiental são de ordem natural e de atividade humana.

O equilíbrio ecológico e ambiental de Cabo Verde é instável e frágil. O país é potencialmente vulnerável a desastres naturais, nomeadamente erupções vulcânicas, tremores de terra e maremotos. A insuficiência de terra arável conduz a uma utilização intensiva dos solos, situação favorecedora da aceleração do processo erosivo. A pobreza afeta uma percentagem muito significativa das populações, cujos meios de sobrevivência são sobre-explorados, o que conduz à pressão que ameaça o equilíbrio ecológico. Mas os maiores desafios ambientais atuais colocam-se a nível das mudanças climáticas, da proteção das zonas costeiras e da biodiversidade.

O programa atual pretende reduzir a vulnerabilidade do país face às consequências prejudiciais da variabilidade e das mudanças climáticas, assim como criar condições de adaptabilidade, de acordo com medidas essenciais.

O quadro legal nacional ambiental comporta várias leis³⁵, desde a conservação e gestão de certos recursos marinhos, proteção contra resíduos poluentes, conservação dos solos, aves, répteis e a vegetação. Ainda assim, perduram muitos problemas e desafios enumerados nos documentos estratégicos, nomeadamente: limitações na capacidade das instituições em implementarem políticas e ou legislação ambientais:

- Implementação da lei de Estudos de Impacte Ambiental (EIA);
- Fiscalização e controle na gestão e conservação dos recursos;
- Coordenação interinstitucional na implementação e fiscalização ambiental;
- Operacionalidade da rede das áreas protegidas de Cabo Verde;
- Limitações na implementação de medidas de adaptação às mudanças climáticas.

Sublinhe-se aqui que os acontecimentos ambientais gerais, que quase todos os anos atingem proporções desastrosas, nomeadamente as mudanças climáticas, a biodiversidade animal e vegetal, essenciais para a vida do homem, têm vindo a diminuir de intensidade. A

³⁵ Ministério do Ambiente, Desenvolvimento Rural e Recursos Marinhos, 2010.

variedade biológica cabo-verdiana sofre uma enorme tensão de ordem natural e antrópica. A tensão antrópica tem-se mesmo agravado, desencadeando o desequilíbrio ambiental que põem em risco a sobrevivência das espécies. A degradação da biodiversidade tem como causas a caça animal e o pastoreio livre (o gado caprino e bovino provocam enorme devastação sobre o camada vegetal e os habitats das espécies), a exploração de lenha e a coleta de espécies herbáceas, arbustivas e arbóreas, a utilização desequilibrada de espécies indígenas como forragem e o uso medicinal, a extração desmedida de areia nas praias e nos leitos das ribeiras, assim como o uso de explosivos na pesca.

Lista vermelha das espécies ameaçadas

Lista Vermelha de Cabo Verde	
Espécies ameaçadas	%
Angiospérmicas	26
Briófitas	40
Pteridófitas	65
Líquenes	29
Aves	47
Répteis terrestres	25
Coleópteros	64
Aracnídeos	57
Moluscos terrestres	59

Quadro 2- Fonte: Sistema de Informação Ambiental

Face a estes problemas, Cabo Verde tem concentrado e direcionado os seus esforços de proteção da biodiversidade para a criação e manutenção de (47) áreas protegidas e Parques Naturais. Para este esforço, tem-se contado com a assistência técnica e financeira do Global Environmental Fund (GEF).

Relativamente à emissão de gases com efeito de estufa, pode afirmar-se que a intensidade atual das atividades humanas em Cabo Verde não coloca risco acrescido de poluição na atmosfera, nem mesmo considerando a queima de combustíveis fósseis. As emissões de gases em Cabo Verde podem mesmo considerar-se reduzidas, tendo em conta a escala

global. Mas isso não impediu o governo de aplicar medidas de política e de regulação, com o objectivo de controlar ou manter um baixo nível de emissões com origem em electrodomésticos, assim como a venda de combustível sem chumbo, entre outros aspetos. Outras fontes energéticas, como o gás natural, o carvão e a lenha, são utilizadas em menor escala e, conseqüentemente, o risco de poluição do ar é reduzido.

Quanto ao abastecimento de água, garantir a sustentabilidade ambiental tem sido parte da agenda dos sucessivos governos, passando a elemento-chave das políticas públicas. O carácter aleatório, a irregularidade e o défice de precipitações associados a sistemas de mobilização de recursos hídricos deficientes e o aumento do consumo da água pela população exercem pressão acrescida sobre a satisfação das necessidades em água para a agricultura, criação animal, construção civil, turismo e indústria. Por outro lado, o carácter aleatório, a irregularidade e o défice de precipitações, associados a sistemas de mobilização de recursos hídricos deficientes, assim como o aumento do consumo da água pela população exercem uma pressão acrescida sobre a satisfação das necessidades de água para a agricultura, para a criação animal, para a construção civil, para o turismo e para a indústria. O potencial volumétrico de águas superficiais é consideravelmente superior ao volume de águas subterrâneas. Desafortunadamente, a exploração de águas superficiais é seriamente condicionada pelo tipo de escoamento, geralmente torrencial. A construção de uma barragem é uma das soluções para mobilizar esse manancial superficial que tem permitido uma maior disponibilidade de água para o desenvolvimento de atividades geradoras de rendimento. Desta forma, no âmbito das intervenções do governo no que diz respeito à mobilização das águas superficiais, está em curso a construção novas barragens.

Evolução da percentagem da população com acesso à água e saneamento (1990-2015)

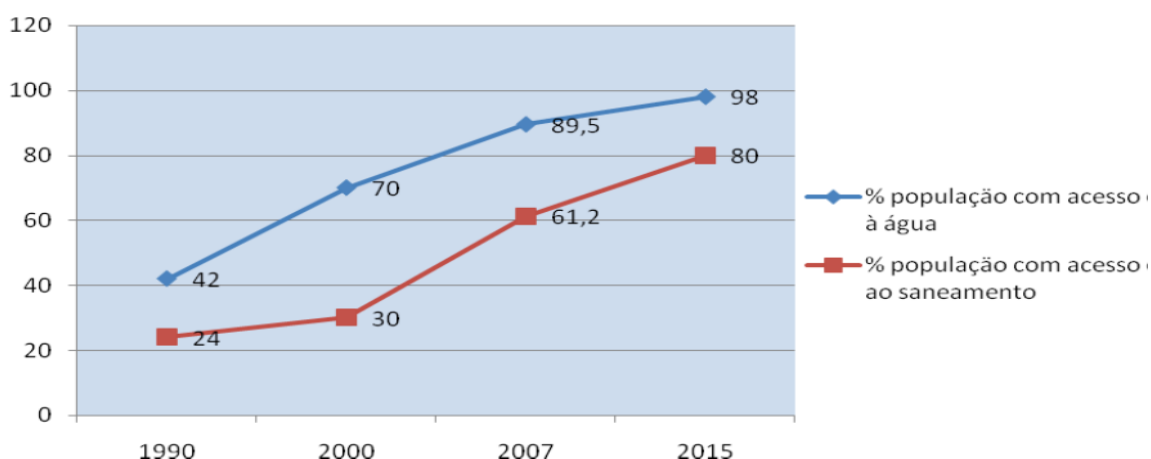


Figura 9 – Fonte: INE (QUIBB) 2007

Da melhoria da oferta dos serviços de abastecimento de água nas mais diversas comunidades tem resultado uma rápida e sensível melhoria da saúde e das condições de vida das pessoas e comunidades, tal como indicada pelo controlo e prevenção de doenças e proteção ambiental. Evolução substancial ocorreu após 2000 com a execução de projetos no meio rural e aumento da capacidade instalada no meio urbano, com mais plantas e ligação domiciliária de água e esgotos. A proporção da população que usa uma fonte de água potável é de 89.5% (QUIBB 2007), sendo que no meio urbano é de 98.6% e no meio rural é de 75.8%.

O governo, com a ajuda da APD, está determinado em assegurar o consumo de pelo menos 20 litros de água potável por pessoa por dia, gratuitamente para os mais pobres. Mais, está determinado em expandir a rede pública de esgotos e a proceder ao adequado tratamento das águas residuais e, nos meios rurais, implementar mecanismos alternativos de saneamento.

A nível institucional, impõe-se racionalizar as estruturas de gestão da água e do saneamento, sobretudo ao nível dos municípios que, neste momento, apresentam constrangimentos organizacionais, financeiros e técnicos consideráveis.

A busca de uma habitação condigna tem sido reforçada com a mobilidade e a fixação das populações nas periferias dos centros urbanos, em áreas sem planeamento e sem infraestruturas, em habitações ilegais e precárias, sobretudo pelos agregados familiares no meio rural, que não possuem recursos suficientes para assegurar a reabilitação das suas casas, a maior parte delas construídas sem projetos de arquitetura, com materiais de baixa qualidade, mas também por famílias emergentes e por trabalhadores de rendimento médio que, face ao progressivo aumento dos custos de habitação, e devido à mobilidade por razões profissionais e familiares, têm dificuldades em comprar ou arrendar uma moradia.

O ano de 2009 foi o “Ano da Habitação”. Face a estes problemas, uma série de medidas e estratégias têm vindo a ser postas em execução para promover a habitação social em todo o país, a fim de se dar execução progressiva ao objectivo de se conseguir habitação condigna para as populações.

Nesta perspectiva, a política social de habitação é uma das prioridades das políticas públicas para os próximos anos. Esta política já conduziu à elaboração do Plano de Ação “Programa Casa Para Todos”, em 2008, numa ação conjunta com todos os municípios do país, o que vai envolver os operadores do sector. A PA (Plano de Ação) define a visão, a missão, os eixos estratégicos, as metas e um conjunto de programas e projetos que deverão

levar a uma redução efetiva do défice habitacional nacional, nos anos que se seguem. Pretende-se atingir o objetivo de construir um total de 8.400 habitações até 2014.

3.5.8. Objetivo de Desenvolvimento VIII — Desenvolver uma Parceria para o Desenvolvimento

Meta 1. Tratar o problema da dívida.

Quanto a este aspeto, Cabo Verde tem sabido honrar o serviço da dívida externa, de forma sustentável. Ainda que o grau de endividamento não esteja ao mesmo nível do dos países muito endividados, sobretudo no contexto atual da graduação, o governo tem vindo a recorrer aos seus parceiros para o financiamento da redução da pobreza, através da mobilização e do investimento de recursos para se reforçar a capacidade de luta contra a pobreza e para a redução das vulnerabilidades, constituindo-se aqui como uma das vias beneficiadas o conjunto de iniciativas que têm como objetivo o alívio, a reconversão e ou a supressão da dívida.

A dívida pública em percentagem do PIB aumentou 20 p.p. em 2012 face ao mesmo período do ano anterior, situando-se em 95 % do PIB contra 73,9% registado em 2011. O stock da dívida interna aumentou em 2011. Em relação ao *Stock* da dívida externa, este aumentou consideravelmente, justificado pela contratação de mais empréstimos junto de credores bilaterais, multilaterais e comerciais para financiar projetos em áreas estruturantes para o desenvolvimento e crescimento económico do país, tais como infraestruturas portuárias e rodoviárias, agricultura, saúde, redução da pobreza e desigualdade social, água e saneamento e habitação social.

Meta 2. Formular e implementar estratégias nacionais, permitindo aos jovens e às mulheres, particularmente às raparigas, encontrar um emprego.

Indicador:

• Taxa de desemprego dos jovens entre 15 a 24 anos por sexo e por ilha.

Constata-se que flagelos como o desemprego, a pobreza e a violência atingem muito em especial as mulheres de todas as faixas etárias. Conclui-se que o baixo nível de escolaridade e de qualificação profissional das mulheres se revela, de facto, como um dos fatores determinantes de tal situação.

Os resultados do Inquérito ao Emprego e Sector Informal (primeira fase), conduzido em finais de 2009 pelo Instituto de Emprego e de Formação Profissional e pelo Instituto

Nacional de Estatística (INE), fazendo uso de uma nova abordagem, contabilizaram uma população ativa de 198.358 indivíduos. Verifica-se ainda que a taxa de desemprego³⁶ nacional aumentou 4,6 em 2011: de 12,2 em 2011 para 16,8 em 2012. Na cidade da Praia (17,2) e em S. Vicente (28,9) essa taxa é superior ao nível nacional. A taxa de desemprego em função do sexo é de 12.9% para os homens e de 13.4% para as mulheres. Quanto à duração média do desemprego ela é de 16,4 meses, ficando um pouco maior nas zonas urbanas (16,6) do que nas rurais (16).

A persistência de um nível elevado de desemprego (um problema estrutural do país) e a falta de oportunidades para o uso das capacidades individuais em atividades onde as pessoas são mais produtivas dificulta o desenvolvimento humano. Acresce que o assistencialismo em relação ao Estado e aos diversos parceiros de desenvolvimento é um fator que se opõe à iniciativa individual e à possibilidade das pessoas participarem na empresa do desenvolvimento (Sousa, 2010, p. 3).

Neste contexto, a persistência de um nível elevado de desemprego constitui pois um problema estrutural do país. Face a esta situação, várias estratégias têm vindo a ser adotadas e implementadas, tendo em vista atenuar o desequilíbrio existente entre os géneros, em termos de empregabilidade. Relativamente a parcerias e medidas de criação de emprego, estas devem sustentar a execução de estratégias capazes de permitirem aos jovens encontrar um emprego produtivo, para assim se reduzir a elevada taxa de desemprego nessa faixa etária e ainda para se facilitar o acesso das mulheres ao mercado de trabalho.

Meta 3. Promover o acesso a medicamentos a preços acessíveis e fazer com que as novas tecnologias de informação e comunicação estejam disponíveis a toda a população.

Indicador: proporção da população com acesso a medicamentos essenciais; número de utilizadores de telefones fixos, telemóveis, microcomputadores e internet por 100 habitantes.

Quanto ao acesso a medicamentos, Cabo Verde tem registado um avanço positivo. A proteção e a prevenção social têm vindo a desenvolver esforços para alargar a cobertura e criar “regimes especiais”, estando a executar ações com o objectivo de se criar um sistema de seguros de saúde, de base comunitária, nas áreas rurais, que seja capaz de melhorar o acesso aos cuidados de saúde e a aquisição de medicamentos pela população rural. Além disso, o Serviço Nacional de Saúde assegura a toda a população pobre e vulnerável o acesso a serviços médicos e a medicamentos.

³⁶ INE – Cabo Verde.

Também, os beneficiários dos sistemas de proteção social público e de base solidária têm assegurado o direito de acesso aos meios de saúde necessários, às campanhas de prevenção e a adquirirem medicamentos para a luta contra as doenças graves. Selecionado em 2009 para aceder ao financiamento do Fundo Global de combate ao HIV-SIDA, malária e tuberculose, o país passa a ter uma capacidade acrescida para garantir os meios necessários às campanhas de prevenção e para a aquisição de medicamentos para debelarem aquelas doenças.

Relativamente à distribuição da Internet ADSL, constata-se que está centrada nas maiores zonas urbanas do país: Praia, Mindelo, Espargos e Santa Maria na ilha do Sal, Sal Rei na Boavista, Assomada em Santiago e em S. Filipe e Fogo. Na globalidade, a expansão tem sido rápida nas diferentes localidades.

Quanto à distribuição da televisão por assinatura, esta tem um universo de 4.218 signatários, estando mais de metade centradas na cidade da Praia. Assomada e Mindelo são as outras cidades onde está o maior número de signatários.

Meta 4. Desenvolver o sistema comercial e financeiro acessível.

O contributo do comércio para a realização do produto interno bruto (PIB) mantém uma tendência crescente. Como outros pequenos Estados Insulares em desenvolvimento, Cabo Verde regista uma balança comercial estruturalmente deficitária, com uma base e um volume de exportação muito limitado. A adesão à Organização Mundial do Comércio (Cabo Verde é o membro nº 153) em 2008, para além de significar uma viragem na política económica e comercial, é um fator propiciador da expansão do mercado e da realização de negócios num ambiente mais seguro e estável, trazendo a possibilidade de melhoria da qualidade de prestação de serviços. Essa adesão traz uma maior confiança aos investidores.

As parcerias a desenvolver neste domínio conjeturam o reforço do diálogo político e das relações de cooperação com os países parceiros, organizações internacionais e com outros agentes internacionais com os quais o país perfilha os valores e princípios do direito internacional, da democracia, da boa governação, do respeito pelos direitos humanos e pelo ambiente e a paz mundial.

O estabelecimento das parcerias deverá ter em conta a sua especificidade enquanto Pequeno Estado Insular em desenvolvimento e as vulnerabilidades que lhe estão associadas, seja no contexto da sua integração regional, seja no contexto do seu relacionamento bilateral com países e outras organizações/blocos regionais.

Desprovido de recursos naturais e fortemente dependente de remessas dos emigrantes e da ajuda pública ao desenvolvimento, Cabo Verde continua a contar com APD e com parcerias para assegurar a realização dos ODM.

Do mesmo modo, estima-se que um novo paradigma da ajuda ao desenvolvimento, canalizada em novos moldes, se traduza no incremento do apoio direto ao orçamento e no acesso a novos mecanismos e/ou instrumentos inovadores de financiamento.

Se bem que, face à situação internacional pouco benéfico, influenciada pelas crises económica e financeira mundial, entre 2007 e 2008, tenha havido um ligeiro aumento da APD, regista-se uma tendência para a redução dos donativos face aos empréstimos.

Aqui, Cabo Verde tem sabido fazer uma boa gestão e uma coordenação eficaz da ajuda, pelo respeito do Estado de direito democrático, pela boa governação e pelos demais princípios consensualmente aceites pela Comunidade Internacional, o que o fez merecer a confiança e o reconhecimento internacionais. Assim, e para cumprir os objetivos do milénio até 2015, o país defende a adoção permanente de instrumentos e estratégias conducentes à consolidação e aprofundamento das parcerias e à sua subsequente eficácia em defesa do progresso universal.

3.6. Evolução de Cabo Verde

Desde 1977 que Cabo Verde faz parte da categoria de “Países Menos Avançados” (PMA) das Nações Unidas, uma categoria de Estados considerados estruturalmente em desvantagem nos seus esforços de desenvolvimento e que requerem um tratamento diferenciado e particularmente favorável da parte da comunidade internacional. A dinâmica de desenvolvimento de Cabo Verde vem sendo uma constante, com ganhos significativos para o país, como atestam a recente adesão à Organização Mundial do Comércio, a graduação a País de Rendimento Médio e a Parceria Especial com a União Europeia (Cabo Verde, 2012, pp. 7-8).

A graduação do país ocorre na sequência do cumprimento, dos dois primeiros critérios seguintes de análise utilizados pela ONU desde 2003 para o processo de graduação, a saber:

- um critério de nível de rendimento, baseado numa média do rendimento anual bruto por habitante num período de três anos (abaixo de 750 dólares para poder ser acrescentado à lista, acima de 900 dólares para ser chamado a sair);

- um critério de desenvolvimento do capital humano, assente num índice de capital humano construído com base em indicadores de esperança média de vida, nutrição, saúde, escolarização e alfabetização de adultos;
- um critério de vulnerabilidade económica, assente num índice de vulnerabilidade económica.

Apesar de Cabo Verde fazer parte do grupo de países com grande vulnerabilidade económica, característica comum aos SIDS (Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento), o valor do PIB per capita em 2004, no valor de 1976 USD e o IDH de 0,722 (106ª posição), ditaram a saída de Cabo Verde do grupo dos PMA.

O processo de adesão de Cabo Verde à OMC iniciou-se em 1999, com o pedido formal. Um ano depois foi formado um Grupo de Trabalho com vista à gestão do processo de adesão, iniciado em 2003, e a 23 de Julho de 2008 passou a ser o 153º membro desta organização, sendo o primeiro país africano e o terceiro na condição de país menos avançado (PMA).

Esta adesão, um marco para o país, sendo importante elemento na estratégia de globalização de Cabo Verde, é igualmente um encorajamento para a política de boa governação, bem como uma oportunidade de modernização das instituições nacionais (públicas e privadas), a melhoria na qualidade da prestação de serviços e novas oportunidades de negócios e de empregabilidade (Oliveira, 2010, p. 27).

As vantagens inerentes a essa adesão e, consequentemente, à liberalização dos mercados, são³⁷:

- ✓ Garantia de um maior investimento externo;
- ✓ Promoção de inovação do empreendedorismo;
- ✓ Redução dos custos e aumento da qualidade dos produtos;
- ✓ Aumento da taxa de difusão tecnológica;
- ✓ Aumento do emprego;
- ✓ Maior redução dos preços dos produtos graças ao aumento da concorrência;
- ✓ Maior diversidade no mercado de aquisição e maiores oportunidades na escolha dos produtos.

³⁷ OMC - Relatório sobre a adesão de Cabo Verde à Organização Mundial do Comércio, 2007.

É possível ver que, com a adesão de Cabo Verde a esta organização internacional, a abertura do país ao exterior é maior, criando mais oportunidades de circulação de bens e serviços.

O Documento de Estratégia para Cabo Verde (2008-2013) apresenta o quadro estratégico para a assistência da Comissão Europeia (CE) no âmbito do décimo Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED). A cooperação da CE em Cabo Verde concentra-se em duas áreas: a redução da pobreza, especialmente nas áreas rurais e suburbanas, onde as mulheres são chefes de família, e a boa governação³⁸.

Conforme referido no DECRP II, a transformação de Cabo Verde num centro de serviços internacionais deve assentar nos seguintes eixos estratégicos: a) políticas e programas que promovam o aproveitamento intermodal do conjunto porto-aeroporto para prestação de serviços internacionais; b) ofertas de serviços internacionais integrados, de modo a que as vantagens competitivas de uns compensem a relativa desvantagem de outros e as sinergias entre eles resultem em ganhos globais de competitividade; e c) relativa especialização dos centros de prestação de serviços internacionais consoante as suas vantagens competitivas.

A integração de Cabo Verde no bloco económico da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (desde 1977), a paridade fixa do Escudo de Cabo Verde face ao Euro a partir de 1999, a assinatura de acordos comerciais específicos, nomeadamente o *African Growth and Opportunity Act* (AGOA) e o acordo de Cotonou (2000), a introdução do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) em Janeiro de 2004 e o Acordo de Parceria Especial com a União Europeia têm sido fatores de suma importância no desenvolvimento económico do país.

A República de Cabo Verde é membro de várias organizações internacionais, a saber³⁹:

- ✓ BAD – Banco Africano de Desenvolvimento
- ✓ OUA – Organização de Unidade Africana
- ✓ ONU – Organização das Nações Unidas
- ✓ Banco Mundial:
 - AID (Associação Internacional de Desenvolvimento)
 - BIRD (Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento)
 - MIGA (Agencia de Garantia de Investimentos Multilaterais)

³⁸ Delegação da União Europeia em Cabo Verde.

³⁹ Relatório sobre Estudo de Impacto de um Acordo de Parceria Económica.

- ✓ FAO – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
- ✓ FMI – Fundo Monetário Internacional
- ✓ FIDA – Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola
- ✓ OIT – Organização Internacional do Trabalho
- ✓ OMC – Organização Mundial de Comércio
- ✓ OMS – Organização Mundial de Saúde
- ✓ UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
- ✓ UNIDO – Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial

Ao nível regional integra a:

- ✓ Comunidade Económica dos Estados da Africa Ocidental (CEDEAO) e a
- ✓ Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Cabo Verde, para além das inúmeras mudanças por que vem passando, quer a nível político, económico, demográfico, cultural ou social, dando origem a novos modos de vida, criando novas necessidades, alterando valores e a estrutura das relações sociais, familiares e interpessoais, confronta-se com outros problemas, de carácter estrutural e circunstancial que acabam igualmente por ser precipitantes de muitas problemáticas confluentes como sejam a pobreza, o desemprego, a migração, o êxodo rural, de entre outros, e que constituem não só ameaças mas também obstáculos ao próprio desenvolvimento, nomeadamente nos principais centros urbanos, expostos a um ambiente de vulnerabilidade social⁴⁰.

3.7. Evolução da Economia Cabo-verdiana

Desde a independência, em 1975, que o país vem implementando programas de desenvolvimento nacional, primeiro, com total envolvimento do Estado na economia, num sistema de partido único, e, depois, através de sucessivas reformas, visando inserir o país na economia de mercado, num regime de democracia multipartidária. As reformas adotadas tiveram resultados positivos. Cabo Verde, hoje, é um Estado democrático com uma história de mais de uma década de democracia multipartidária, com vários eventos eleitorais realizados e transições pacíficas e uma efetiva participação da sociedade civil em atos de governo (Ministério das Finanças e Planeamento, 2004).

⁴⁰ Ministério do Trabalho Família e Solidariedade. Estratégia para o Desenvolvimento da Protecção Social de Cabo Verde.

A economia de Cabo Verde é predominantemente de serviços, ou seja, o sector terciário gera o essencial da riqueza nacional. Com efeito, o sector dos serviços representa cerca de 72% do PIB, com os sectores do turismo e do comércio em forte expansão. O sector secundário representa cerca de 20% do PIB (emprega cerca de 20% da população ativa), principalmente a construção e as indústrias ligeiras de exportação lançadas na base de investimentos externos. A contribuição do sector primário para a formação do PIB é modesta: este tem sobredita expansão lenta e tem diminuído de peso registado ao longo da última década, tendo-se situado entre 10 a 12% durante a década de noventa, estando atualmente em torno dos 8%. A evolução positiva da economia durante os últimos anos foi acompanhada de uma melhoria sensível e contínua do índice de desenvolvimento humano (IDH) (Cabo Verde, 2012). A economia-geral de Cabo Verde é de baixo PIB e carece de uma má base de recursos naturais, grave escassez de água, agravada por ciclos de seca a longo prazo, e uma alta taxa de natalidade⁴¹.

Antes da instituição do ACC, a economia de Cabo Verde caracterizava-se por um bom ritmo de crescimento real do produto (média anual de 7% no período 1993-97). Conquanto, a economia encontrava-se fragilizada por vários desequilíbrios, devido às suas características estruturais, mas também em resultado de políticas económicas menos saudáveis. O regime de política económica adotado desde 1977, assente numa paridade face a um cabaz de divisas representativas no comércio, investimento e transferências externas do país, encontrava-se ameaçado. A partir de 1996, as autoridades de política económica de Cabo Verde começaram a tomar algumas medidas de ajustamento orçamental (contenção de despesas, aumento da carga fiscal com a criação do Imposto Único sobre o Rendimento e início de privatizações), bem como medidas relativas a pagamentos externos, travando de alguma forma o processo de abertura comercial dos anos anteriores. Porém, foi apenas em 1998 que o regime de política económica de Cabo Verde retomou a linha de rumo da estabilidade. O ACC desempenhou um papel central nesta nova etapa de economia cabo-verdiana. Registou-se progressivamente uma forte acumulação de liquidez excedentária no sistema financeiro e sentiram-se algumas pressões inflacionistas na economia (Martins, Loureiro e Ribeiro, 2008, p.7). Segundo o relatório Perspetiva Económica Africana (2008), o crescimento do PIB foi em média 5.7% entre 2000 e 2005. O crescimento do rendimento real per capita atingiu mais de 5% no período 2005-08, bem acima da média da África Subsariana e dos Pequenos Estados Insulares. No entanto, Cabo Verde está presentemente a enfrentar um cenário macroeconómico difícil, com elevados défices orçamentais e externos, uma desaceleração no crescimento e condições externas adversas, refletindo a

⁴¹ Cabo Verde in, Washington, Estados Unidos: Agência Central de Inteligência, 1998.

crise económica na Europa. O défice orçamental é elevado, cerca de 10% do produto interno bruto (PIB), a dívida subiu acentuadamente, de 73,9% do PIB em 2011 para 95% e as reservas internacionais baixas — cerca de 3,4 meses de importações previsíveis. O crescimento económico reduziu para 4,3% em 2012, em comparação com 5% em 2011. O abrandamento reflete a quebra no investimento privado, associada à diminuição dos fluxos de investimento direto estrangeiro (IDE) e condições monetárias mais restritas. Beneficiando de um desvio do turismo, causado por alterações políticas no norte de África, as exportações do turismo mantiveram-se robustas e aumentaram 12,3%. O investimento público está ainda a mitigar o abrandamento da atividade económica, mas o espaço para mais estímulo é limitado (Banco Mundial, 2013). A dívida pública continuou a sua trajetória em alta, atingindo 95% do PIB em 2012. Cabo Verde apresenta uma boa gestão macroeconómica e uma política monetária e cambial favorável à expansão da atividade económica, propícia à atração do investimento privado e ao comércio externo (Tavares, 2012, p. 16).

Apesar dos progressos e performances ao nível da economia e dos índices de desenvolvimento alcançados, o país continua a apresentar vulnerabilidades estruturais, ditadas essencialmente pela reduzida dimensão territorial, insularidade, fragilidade dos ecossistemas e escassez de recursos naturais, forte pressão demográfica sobre os recursos, secas prolongadas, localização geográfica à margem das correntes principais do comércio internacional, exiguidade do mercado de trabalho e pobreza (Cabo Verde, 2012). Não obstante, nota-se ainda uma fraca capacidade produtiva e competitiva do país, uma fraca capacidade de exportação e um atraso tecnológico, como consequência da falta de um tecido empresarial forte, moderno e dinâmico⁴².

De acordo com Djalita Ramos (2008), a produtividade da economia cabo-verdiana continua, apesar dos avanços significativos alcançados, muito frágil, principalmente devido a deficiências estruturais do país, a saber:

- ✓ capacidade de produção limitada e fraca competitividade dos produtos nacionais;
- ✓ pequenez do mercado interno, resultante de uma pequena população com baixo poder de compra;
- ✓ sector primário particularmente fraco;
- ✓ condições físicas e ambientais desfavoráveis;
- ✓ a abertura da economia, afetada negativamente por desequilíbrios internacionais.

⁴² Ministério do Trabalho Família e Solidariedade. Estratégia para o Desenvolvimento da Protecção Social de Cabo Verde.

Todavia, após a ocorrência de um conjunto de desequilíbrios em 2000, a situação económica de Cabo Verde melhorou consideravelmente nos anos seguintes, em resultado de uma conjuntura externa favorável e de políticas económicas adequadas (incluindo uma reforma do sistema fiscal, um programa de privatizações e uma combinação de políticas monetárias e cambiais estabilizadora das contas externas). O abrandamento do ritmo de crescimento da economia cabo-verdiana em 2009, fruto, fundamentalmente, do impacto negativo da crise financeira mundial, foi rapidamente ultrapassado em 2010 e 2011, esperando-se a manutenção de uma taxa de crescimento média anual próxima de 4.5% entre 2012 e 2014 (BES, 2012).

Esse crescimento económico verificado nos últimos anos teve um impacto positivo sobre as finanças públicas; ao nível das receitas totais, os recursos disponíveis aumentaram anualmente em termos absolutos; já ao nível das despesas, apesar de estas registarem tendência para aumento desde 2003, devido ao forte crescimento dos investimentos públicos, no quadro da implementação da estratégia de crescimento e da redução da pobreza (DECRP), as despesas correntes manifestaram tendência a estabilizar em termos relativos desde 2001, ainda que a variação anual continue positiva e relativamente elevada (Mendes, 2010, p. 67).

As sucessivas reformas implementadas no início dos anos 90, designadamente a nível da liberalização comercial da economia de base privada, com a consequente redução do peso do Estado na economia, com a reforma do sistema bancário, reforma do sistema do sector empresarial do Estado, bem como do Acordo de Cooperação Cambial de 1998, propiciaram anos de crescimento económico robustos na economia cabo-verdiana.

A estabilidade e a localização geográfica de Cabo Verde tornam-no num parceiro-chave num contexto económico crescentemente marcado pela deslocalização e o *outsourcing*. Cabo Verde tem recursos humanos bem preparados, a custos competitivos (Lourenço, 2006, pp. 11-12).

Por outro lado, a política externa sempre teve e continua a ter eficácia no desenvolvimento político, económico e social de Cabo Verde. A importância dos financiamentos externos, quer na modalidade de ajudas externas, quer na modalidade dos empréstimos e a sua boa gestão interna, ajudou a superar de uma forma equilibrada a escassez dos recursos internos (Tavares, 2010, p. 6).

O objectivo da VIII Legislatura⁴³ é construir uma economia dinâmica, competitiva e inovadora, com prosperidade partilhada por todos. Para isso, impõe-se acelerar o ritmo de transformação da economia e da modernização da sociedade.

De acordo com o relatório de orçamento 2013, divulgado pelo Ministério das Finanças, o Programa de Investimento Público é atualmente responsável por um terço dos gastos totais e as despesas com o programa são suscetíveis de ser mantidas, desde que o governo acredite que as melhorias de infraestrutura são fundamentais para atrair investimentos e redução da pobreza⁴⁴.

O desempenho macroeconómico é sólido, mas tem vindo a perder força. A dívida pública de Cabo Verde permanece sustentável, mas a deterioração da conjuntura mundial acentuou as vulnerabilidades macroeconómicas. Tendo em conta o aumento das vulnerabilidades do sector financeiro, as autoridades concordaram com a importância de continuar a fortalecer a supervisão da banca, tanto *offshore*, como *onshore*⁴⁵.

A conjuntura externa globalmente adversa tem determinado o comportamento da economia nacional. No que diz respeito ao crescimento para os próximos anos, o país continua a depender da evolução da economia mundial, principalmente das economias pertencentes à zona euro. A persistência de condições económicas frágeis em muitos dos principais parceiros económicos do país tem vindo a repercutir-se em menores entradas de fundos do exterior, sobretudo sob a forma de donativos e de investimento direto externo (IDE), pressionando as contas públicas e a balança de pagamentos. As perspetivas de evolução da atividade económica nacional estão muito condicionadas pelos desenvolvimentos externos. Em particular, as restrições económicas e financeiras dos principais parceiros do país (Portugal, Espanha, Itália, Reino Unido, entre outros países da União Europeia) e as condições de mercado de trabalho desfavoráveis poderão afetar com maior expressividade o investimento externo, a ajuda pública ao desenvolvimento e as remessas dos emigrantes (BCV, 2012).

Com base na programação do Ministério das Finanças e Planeamento, perspetiva-se que o crescimento económico em 2013 deverá situar-se em torno de 5%, em função do desenvolvimento da conjuntura económica e financeira internacional e da procura interna. A conjuntura internacional poderá condicionar a procura externa com consequências sobre exportações de bens e serviços nacionais. A atual instabilidade política e económica poderá

⁴³ Programa do Governo VIII Legislatura 2011-2016.

⁴⁴ Economia de Cabo Verde: A visualização rápida - as propostas de orçamento de Cabo Verde liberado, 2012.

⁴⁵ FMI – Relatório 2012.

trazer impactos negativos para a economia cabo-verdiana em 2013, dada a sua grande vulnerabilidade face ao exterior, exigindo do governo a criação de condições para mitigação dos impactos de choques externos negativos. O Banco Central, na sua política monetária e cambial, continuará a pautar-se pela preservação do regime de paridade fixa com o euro e pelo objetivo da estabilidade de preços que terão como instrumentos de suporte, por um lado, a gestão do diferencial das taxas de juro internas com as taxas Euribor e, por outro, a estabilização das reservas acima dos três meses de importação, em linha com o princípio de sustentabilidade do regime cambial vigente. O grande desafio da política monetária e cambial será a manutenção do poder de compra da moeda e da sua credibilidade nominal, de forma a promover o crescimento económico sustentável e a criação de emprego. No que diz respeito às contas externas, com a evolução do investimento direto estrangeiro e das exportações, com destaque para as receitas de turismo, estas serão determinadas pelos desenvolvimentos da conjuntura económica e financeira internacional e pelos impactos da implementação das medidas de austeridade no rendimento disponível das famílias nos países emissores de turistas para Cabo Verde (Ministério das Finanças e Planeamento, 2012).

As perspetivas de evolução da atividade económica nacional estão muito condicionadas pelos desenvolvimentos externos. Em particular, as restrições económicas e financeiras dos principais parceiros do país (Portugal, Espanha, Itália, Reino Unido, entre outros países da União Europeia) e as condições de mercado de trabalho desfavoráveis poderão afetar com maior expressividade o investimento externo, a ajuda pública ao desenvolvimento e as remessas dos emigrantes (BCV, 2012).

3.8. Modelo de Desenvolvimento em Cabo Verde

As Grandes Opções do Plano de 1997-2000 definiram, como vetores geradores da estratégia e do objetivo maior, para além dos equilíbrios interno e externo: o desenvolvimento do mercado e da iniciativa privada; o aproveitamento das vantagens da regionalização e da globalização; a valorização dos recursos naturais; o desenvolvimento dos sistemas de transportes, comunicações e energia; a promoção do saneamento e a defesa do meio ambiente; a consolidação e desenvolvimento da democracia; a promoção do desenvolvimento humano e social (Ministério da Coordenação Económica, cit. por Reis, 2000).

A educação foi e continua a ser, cada vez mais, um fator de progresso para Cabo Verde, tendo sido reafirmado sempre pelos diferentes Governos que o principal recurso estratégico

de Cabo Verde são os seus recursos humanos, daí a atenção que, ao longo dos tempos, os poderes públicos têm dispensado ao sector.

Cabo Verde encontra-se orientado para o sector dos serviços, com destaque para o turismo, transporte e serviços públicos, sendo a base produtiva da indústria pouco desenvolvida (essencialmente ligada aos sectores dos têxteis, do calçado e das pescas). Apesar das restrições anteriores, tem vindo a crescer de forma sustentada, embora dependendo de fatores externos (Ferreira, 1998, p. 17).

A estratégia nacional de desenvolvimento de Cabo Verde baseia-se na inserção na economia internacional, no sector privado como motor do desenvolvimento e no desenvolvimento e afirmação da cultura nacional. A aposta nesses três elementos deve-se ao facto de, segundo o governo de Cabo Verde, serem estruturadoras do desenvolvimento almejado pela sociedade. O primeiro elemento, que visa uma melhor e maior integração de Cabo Verde na economia mundial, baseia-se, essencialmente, na exportação de serviços, sector que o Governo de Cabo Verde entende como futuro da economia cabo-verdiana, e no desenvolvimento do investimento estrangeiro, ambos com grande aposta no turismo. O segundo elemento, que entende o sector privado como alavanca para o desenvolvimento da economia, aposta no fortalecimento do tecido empresarial, que, por sua vez, passa pelo desenvolvimento da mentalidade e capacidades empresariais, para além da implementação de incentivos de acordo com os objetivos preconizados. Por último, mas não menos importante, há que referir o desenvolvimento da cultura nacional como sendo um dos elementos para empreender o desenvolvimento global, reforçando a identidade nacional e a abertura à modernidade (Nascimento, 2008, p. 36).





Um elemento chave do sucesso de Cabo Verde a primeira lição tem sido a capacidade de assegurar a paz e a estabilidade, a construção de instituições sólidas, percebendo a boa governança e manutenção da estabilidade macroeconómica. A segunda lição é a importância fundamental de forjar uma estratégia de desenvolvimento clara e consistente, que é compartilhado entre os vários intervenientes e coerente enunciado nos vários documentos de política (Poverty Reduction Strategy Papers). Um terceiro elemento de reflexão que se reúnem a partir de trajetória de desenvolvimento de Cabo Verde é a importância de envolver estrategicamente uma ampla gama de parceiros para o desenvolvimento e catalisar o seu apoio. Com o tempo, Cabo Verde tem estabelecido parcerias estreitas, não só com os doadores tradicionais, mas também com os atores

emergentes, incluindo nomeadamente o Brasil (cuja cooperação para o desenvolvimento é particularmente ativa em países lusófonos)⁴⁶.

Assim, a sua estratégia de desenvolvimento passa pela manutenção do equilíbrio macroeconómico para garantir a estabilidade dos preços e de rendimentos, a credibilidade no exterior, a confiança dos investidores privados, a competitividade da economia e a adoção de uma política orçamental e fiscal que permita reduzir o défice público e consolidar a convertibilidade do escudo cabo-verdiano; prosseguir a privatização das empresas do Estado, a promoção do sector privado nacional e aumentar a diversidade de parceiros para evitar situações de monopólio; modernização do sector privado, promoção das exportações e o desenvolvimento das parcerias, favorecendo o investimento externo; aumento dos serviços básicos como a distribuição de água potável, saneamento e energia para desenvolvimento das infraestruturas; valorização dos recursos humanos em todos os níveis de educação, qualidade do ensino e formação profissional adequada ao mercado; reforço da descentralização a favor dos municípios no âmbito dos recursos humanos e financeiros; apoio ao sector do turismo, melhorando a prestação de serviços, a promoção dos transportes e a diversificação da oferta (Leite, 2004, p.7).

O sector dos serviços representa maior peso na estrutura sectorial do PIB. Se, em 2000, essa contribuição foi de 62%, em 2001 era de 63,8%, em 2002 de 65,3% e em 2004 de 71,6%; estimativas do BCV e do FMI apontam que o turismo, os transportes, as telecomunicações, os serviços financeiros e o comércio continuam a ser os sectores com maior dinamismo ao nível do crescimento da economia cabo-verdiana; os serviços vêm sendo cada vez mais o sector com maior peso na estrutura da economia do país, com especial ênfase para o turismo e serviços afins e relevância para a captação do capital estrangeiro (BCV, 2005 cit. por Mendes, 2010, p. 94).

Segundo Hollis Chenery (1979 cit. por Rebelo de Sousa, 2008), existem quatro tipos de estratégia de desenvolvimento, a saber:

-  a correspondente ao modelo de especialização primária;
-  a do modelo de substituição de importações;
-  a do modelo de desenvolvimento equilibrado;
-  a do modelo de especialização industrial e de diversificação de serviços.

⁴⁶ Vide, a este propósito, Lopes, Carlos in “Cabo Verde trajetória de desenvolvimento, uma lição para a África”, África Cheetah Run, Blogue do Secretario Executivo.

Tendo por base as estratégias alternativas de desenvolvimento de Hollis Chenery, a estratégia que se mostra mais adequada para a realidade cabo-verdiana é a que respeita ao modelo de especialização industrial e diversificação de serviços, dadas as limitações das restantes, considerando-se os seguintes sectores estratégicos para o país:

- ❖ turismo;
- ❖ turismo cultural em Santiago e São Vicente;
- ❖ indústria de conservas de peixe (em São Nicolau);
- ❖ promoção de serviços de transportes;
- ❖ promoção de serviços financeiros;
- ❖ vestuário e calçado tradicionais;
- ❖ aguardente e licores.

Para pôr em prática este modelo, o governo deverá criar condições para que os agentes empresariais possam aprofundar estes domínios, implementando estratégias de desenvolvimento assentes na qualidade e boa imagem do país, aplicar políticas de estabilização macroeconómica, reformas na administração pública, diminuição das barreiras burocráticas e apostar nas infraestruturas. Não obstante, o mar oferece a Cabo Verde inúmeras possibilidades de desenvolvimento, não só em matéria de emprego, de geração de riqueza e de dinamismo de sectores económicos específicos, como ao nível da ocupação e do ordenamento do território. No contexto atual de globalização e de intensa competitividade, torna-se assim imperioso que economia e território sejam considerados de forma inter-relacionada na definição de estratégias de crescimento e de desenvolvimento. A lógica de Cluster aplicada ao estudo da economia marítima apresenta-se, pois, como uma ferramenta metodológica adequada à visão abrangente e integrada que o sector (marítimo) em si exige (Ferreira, 2013).

Os elementos inspiradores da visão de desenvolvimento de Cabo Verde, a saber⁴⁷:

- A atenção a todas as três dimensões da sustentabilidade, ou seja, o económico - como enfatiza o esforço para manter a estabilidade macroeconómica e estimular novos motores de crescimento - o social (como mostra a ênfase na inclusão de crescimento), e o ambiental, simbolizadas pelo objetivo louvável de conseguir uma utilização de 100% de energia renovável;

⁴⁷ Vide, a este propósito, Lopes, Carlos in “Cabo Verde trajetória de desenvolvimento, uma lição para a África”, África Cheetah Run, Blogue do Secretario Executivo.

- O facto de que Cabo Verde prossegue a integração económica e não como um fim em si, mas como uma estratégia deliberada para aproveitar sua vantagem geográfica de potencialmente se tornar a sua localização a uma curta distância de alguns dos maiores mercados mundiais, como a UE, EUA e América do Sul, bem como um mercado em expansão na África, a fim de mitigar os riscos decorrentes da sua vulnerabilidade acrescida;
- O facto de levar em conta uma boa avaliação e perspectiva das vantagens e desvantagens do país, que lhe permite antecipar fatores de risco como os desafios decorrentes dos países menos avançados (PMA) de graduação, e tomar medidas de mitigação adequadas para garantir a "transição suave", enquanto inovar. Um bom exemplo é o papel atribuído à economia criativa.

Segundo Lopes (2013), existem alguns desafios a ser ultrapassado para desenvolvimento de Cabo Verde, a saber:

- Um primeiro desafio consiste em corrigir alguns dos desequilíbrios emergentes na estrutura de produção de Cabo Verde e na composição das exportações. Se o bom dos serviços de turismo e transporte são apenas uma confirmação do potencial de serviços de função de alto valor agregado pode jogar como motores do crescimento, é difícil imaginar que a erradicação da pobreza a ser alcançado em um país de meio milhão de habitantes, sem aumentar a produtividade do sector primário, nomeadamente a agricultura e a pesca;
- Um ponto relacionado, o que é até certo ponto abordado na Agenda de Cabo Verde para a Transformação, alcança a necessidade de fomentar o surgimento de clusters industriais. Dada a pequena dimensão do mercado interno, em Cabo Verde a este respeito não tem outra alternativa a não ser olhar para o mercado mundial. Portanto, estimulando o surgimento de empresas capazes de se conectar a cadeias globais de valor é ainda mais importante para diversificar a economia e gerar mais empregos. Da mesma forma, é importante para promover ligações mais fortes entre o turismo e outras atividades;
- Um terceiro desafio para a economia de Cabo Verde é o défice estrutural da conta corrente, que, em média, ultrapassou os 12% do PIB no período 2002-2011. Longe de ser um problema só de Cabo Verde, este desafio de desenvolvimento é bastante comum em países africanos com poucos recursos, e ainda mais em Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS).

3.9. Balanço Global

A posição geoestratégica e a estabilidade económica, política e social diferenciam Cabo Verde da maioria dos países africanos. Esta diferenciação positiva atraiu ao arquipélago a ajuda pública ao desenvolvimento e as remessas dos emigrantes e, também, a partir da década de noventa, o investimento privado dirigido essencialmente para o sector do turismo. A escassez de recursos naturais e económicos do país tem limitado os sectores de atividade económica potenciadores de estratégias e políticas de desenvolvimento. Na última década, o sector turístico emergiu como uma das principais apostas para o desenvolvimento do país, evidenciando uma tendência para se converter no motor da economia cabo-verdiana. Deste modo, a economia cabo-verdiana é fortemente baseada no sector dos serviços (72% do PIB), nomeadamente o turismo, atividade que, nos últimos anos, tem constituído o verdadeiro motor da economia do país nas últimas décadas, que culminou com a graduação do país e consequentemente saída da categoria do PMA em 2008. Além do turismo, os serviços financeiros e os serviços relacionados com os transportes têm merecido especial atenção por parte dos operadores privados. Não obstante, na sequência disso, o modelo de desenvolvimento cabo-verdiano é o modelo de especialização industrial e diversificação de serviços.

Entretanto, através de esforços próprios que contam com o apoio importante dos parceiros de desenvolvimento como os ODMs, o país vem concebendo e executando medidas e políticas públicas em diferentes domínios, com o propósito firme de melhorar as condições de vida e erradicar a pobreza, particularmente a pobreza extrema, na conquista de equidade de género. Por outro lado, os principais indicadores de base do estado de saúde das populações, particularmente no que se refere às taxas de mortalidade geral, de mortalidade infantil e de esperança de vida à nascença, melhoraram de forma sustentada e apresentam uma tendência para melhorias acrescidas. Quanto ao abastecimento de água, garantir a sustentabilidade ambiental tem sido parte da agenda dos sucessivos governos, passando a elemento-chave das políticas públicas. O governo, com a ajuda da APD, está determinado em assegurar o consumo de água potável para as populações, principalmente nas zonas mais pobres. Cabo Verde tem honrado o serviço da dívida externa de forma sustentável. Mas, o desemprego tem vindo a aumentar, particularmente nas camadas mais jovens.

Com este efeito, o país teve um bom desempenho económico e conheceu, nos últimos anos, um crescimento económico robusto, com a taxa média de crescimento do PIB a situar-se em 6,6% na década de noventa e um crescimento médio de 5.7% no período 2000-2005, sendo que em 2007 o crescimento foi de cerca de 6,7%, fixando-se em torno dos 5/6% na última metade da década. Este crescimento acima dos 5% permitiu uma melhoria

significativa da média do nível de vida, tendo-se igualmente verificado nesse período que a inflação se manteve sempre abaixo dos 2% por ano, segundo os dados do INE. Estima-se que antes de 2015 Cabo Verde será capaz de reduzir a pobreza para metade do valor registado no início da década de 1990, ficando o país perto de concretizar os Objetivos do Desenvolvimento do Milénio (ODM's). Todavia, Cabo Verde está longe de atingir metas para a saúde. De acordo com o relatório estatístico do Ministério da Saúde (2013), por cada mil crianças que nascem em Cabo Verde há 23 que morrem. Estes números fazem com que o arquipélago esteja ainda longe do valor que é necessário atingir para cumprir o objetivo do milénio para a Taxa de Mortalidade Infantil – 14 óbitos por cada mil crianças nascidas vivas. Por outro lado, é preciso melhorar também os rácios da mortalidade infantil de menores de cinco anos, da taxa de mortalidade materna, e de contenção da tuberculose e da infeção pelo vírus da SIDA.

De acordo com o Censo⁴⁸ Demográfico de 2010, as taxas de pobreza nas ilhas com melhores infraestruturas turísticas, Sal e Boa Vista, atingem apenas metade da média nacional. Enquanto isso, a incidência da pobreza em ilhas maioritariamente rurais, com infraestruturas turísticas limitadas, como é o caso do Fogo e de Santo Antão, estão bem acima da média nacional. Embora os documentos de planeamento, nomeadamente o DECRP (Estratégia de Crescimento e de Redução da Pobreza), adotem uma abordagem abrangente ao crescimento, eles não apresentam um plano claro para integrar a redução da pobreza, a proteção social e a criação de emprego na estratégia de crescimento económico. As autoridades, em grande parte, consideram a redução da pobreza e a criação de emprego como prováveis resultados positivos do crescimento económico.

Cabo Verde está a tentar reformar a proteção social como parte dos esforços do país para construir uma estratégia mais abrangente para o crescimento económico. Embora exista uma compreensão geral dos riscos socioeconómicos para a população, há pouca informação sistemática sobre vulnerabilidades e os fatores que agravam os riscos associados à transmissão intergeracional da pobreza. Outro motivo de preocupação é o desemprego jovem, que tem vindo a aumentar. A elevada taxa de desemprego, a desigualdade persistente e o custo de vida crescente poderão conduzir à instabilidade social. O principal desafio para Cabo Verde continua a ser o da redução da pobreza e das desigualdades sociais.

⁴⁸ INE – Cabo Verde.

Conclusão

A elaboração deste trabalho de investigação resultou da necessidade de aumentar o conhecimento e, consequentemente, melhor compreender os fatores que contribuíram para o desenvolvimento de Cabo Verde.

No decurso deste trabalho de investigação, concluímos que a Abordagem Integrada do Desenvolvimento (CDF) é um meio para atingir um desenvolvimento económico, na medida em que promove a transparência e coordenação global nas políticas de desenvolvimento. A Estratégia da Redução da Pobreza (PRSP) que muitos países adotaram são baseados em princípios CDF, que integram as políticas de redução da pobreza num crescimento coerente e macroeconómico e alívio da dívida.

No que diz respeito ao ACC que Cabo Verde estabeleceu com Portugal, em 1998, por um lado, a adoção de uma ligação com Portugal, por outro lado, a adoção de um modelo assente na estabilidade nominal. Desde a Cooperação Cambial, o balanço é positivo, no sentido de possibilitar uma política cambial credível e, consequentemente, uma consolidação macroeconómica. A evolução das políticas económicas domésticas e do mercado financeiro foi claramente positiva, tendo tido reflexos evidentes na evolução da economia de Cabo Verde. Tendo em conta o desempenho económico de Cabo Verde nos últimos anos, a evidente adesão dos agentes económicos ao ACC, bem como o claro consenso político no país, a economia cabo-verdiana deverá, na nossa opinião, continuar a manter uma forte ligação ao Euro.

Cabo Verde tem a sua economia aberta ao exterior, o que é um bom sinal para os interessados numa cooperação económica com o país. No entanto, a nível económico, coloca-se numa posição de fragilidade no atual contexto de crise económica mundial, podendo comprometer os avanços alcançados e, por consequência, o potencial de desenvolvimento que tem vindo a apresentar nos últimos anos. Assim, aspetos como a dependência do país de fluxos de exportação, das remessas dos emigrantes, do turismo e do investimento direto externo (IDE), contraídos em períodos de recessão económica, deve merecer uma particular atenção por parte dos decisores públicos, para que não se corra o risco de se virem a por em causa os desenvolvimentos até agora alcançados.

Ainda assim, com a graduação de Cabo Verde para país de desenvolvimento, este atingiu o estatuto de país de rendimento médio. Boa governação, uma sólida gestão macroeconómica, incluindo uma forte disciplina orçamental e política credível, monetária e

cambial, a abertura ao comércio e uma crescente integração na economia global, uma utilização responsável do apoio dos doadores e a adoção de políticas eficazes de desenvolvimento social têm produzido resultados notáveis em todo o arquipélago de Cabo Verde. No entanto, Cabo Verde está a enfrentar um cenário macroeconómico difícil, com elevados défices orçamentais e externos, uma desaceleração no crescimento e condições externas adversas, refletindo a crise económica na Europa. Como pequeno estado insular, em transição para o estatuto de rendimento médio num clima global incerto, Cabo Verde enfrenta um conjunto complexo de desafios ao desenvolvimento. Cabo Verde enfrenta importantes desafios sociais devido ao desemprego entre grupos vulneráveis. O Segundo Projeto de Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza (GPRSP II) do governo foi concebido para resolver estes desafios através de pilares de ação: promover uma governação eficaz, reforçar o desenvolvimento humano, dar resposta aos desafios estruturais e sociais da competitividade, investir nas infraestruturas e melhorar a coesão social (Banco Mundial, 2013).

Portanto, com implementação dos ODMs, nos últimos anos houve avanços significativos na conquista desses objetivos e no desenvolvimento económico. Todas as estratégias nacionais em curso para o crescimento sustentado, redução da pobreza e inclusão social têm contribuído, positivamente, para as boas avaliações do Índice de Desenvolvimento Humano. Da análise dos resultados nos vários indicadores internacionais constata-se uma progressão equilibrada nos diferentes níveis e indicadores políticos, económicos e sociais que concorrem para o desenvolvimento do País. No entanto, a questão da luta contra pobreza está a ser muito difícil no quadro atual da crise financeira internacional, com grandes reflexos em Cabo Verde e provavelmente nos próximos anos. Cabo Verde teve uma performance invejável a nível do continente africano, mas quando esmiuçamos por dentro observamos que existe uma base crítica e vemos que há outros desafios a ultrapassar.

Referências Bibliográficas

Addison, T., Mavrotas, G., & McGillivray, M. (2005). United Nations in “Aid, debt relief and new sources of finance for meeting the millennium development goals”. *International Journal of Affairs*, 58(2), pp. 113-127.

Ahmed, A., & Cleeve, E. (2004). Tracking the millennium development goals in sub-saharan africa. *International Journal of Social Economics*, 31(1), pp. 9-29).

Alston, P. (2005). Human Rights Quarterly in “Ships passing in the night: The current state of the human rights and development debate seen through the lens of the millennium development goals”. 27(3), pp. 755-829.

Amin, S. (2006). The millennium development goals: A critique from the south. *Monthly Review*, 57(10), pp. 1-15.

Banco de Cabo Verde. (2005). Relatório e Contas. Departamento de Estudos Económicos e Estatísticas. Praia-Cabo Verde.

Banco de Cabo Verde. (2008). BCV in “ Os Regimes Cambiais em Cabo Verde”, Série Educação Financeira - N.º 08 / 2008, pp. 30-38.

Banco de Cabo Verde. (Novembro de 2012). Relatório de Política Monetária. Departamento de Estudos Económicos e Estatísticas. Praia-Cabo Verde.

Banco Espírito Santo. (2012). Cabo Verde: International Support kit of Opportunities.

Banco Mundial (2000). Relatório do Desenvolvimento Mundial 2000/2001.

Banco Mundial (2013). Cabo Verde - Resultados dos Projectos.

Blake, R. C. (2000). The World Bank’s Draft Comprehensive Development Framework and the Micro-Paradigm of Law and Development, pp. 159-164.

Cabo Verde. (1998). Agência Central de Inteligência: Washington, Estados Unidos.

Cabo Verde. (2012). “Cabo Verde no contexto de Desenvolvimento Sustentável” Relatório à Conferência Rio+20, pp. 3-12.

Cabo Verde. (2006). Estudo de Impacto de um Acordo de Parceria Económica.

Câmara de Comercio Industria e Turismo Portugal-Cabo Verde. (2009). “Avaliação do Acordo de Cooperação Cambial Cabo Verde-Portugal”. Ministério das Finanças e da Administração Pública de Portugal.

Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (CIP-CIP) in “Poverty in Focus”, 2010.

Clemens, M. A., Kenny, C. J. & Moss, T. J. (2007). “The trouble with the MDGs: Confronting Expectations of Aid and Development Success”. *World Development* 35(5), pp. 735-751.

Clinton, W. J. (1996, Feb 12). Letter to congressional leaders on the comprehensive trade and development policy for africa. *Weekly Compilation of Presidential Documents*, 32, pp. 194-194.

Decreto-lei n.º 24/98. (1998). Acordo de Cooperação Cambial entre a República Portuguesa e a República de Cabo Verde e o Protocolo para o Estabelecimento da Comissão do Acordo de Cooperação Cambial.

Economia de Cabo Verde. (2012). A visualização rápida - as propostas de orçamento de Cabo Verde liberado.

Estevão, J. in “Acordo de Cooperação Cambial entre Portugal e Cabo Verde”, *Brief Papers* n.º 4/98, CEsA, Lisboa, 1998.

Évora, S. L. (2005). Políticas de comunicação e contexto mediático cabo-verdiano. Universidade do Minho, pp. 2-3.

Ferreira, A., Jesus. A. & Figueiredo. M. (2006). *Ajuda Pública ao Desenvolvimento e Cooperação Internacional*. Universidade de Aveiro.

Ferreira, A., M., C. (2013). *O Mar: Possibilidades de Desenvolvimento para Portugal e Cabo Verde, num Contexto de Globalização*. Universidade Nova de Lisboa.

Fernandes, J. M. L. (2008). *Modelização dos Determinantes da Pobreza em Cabo Verde*. Centro de Estudo sobre África e do Desenvolvimento do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa. *Documentos de Trabalho*, 75.

Ferreira, S. E. (1998). Reflexões sobre o modelo de desenvolvimento cabo-verdiano: *Documentos de Trabalho*, 52, Centro de Estudo sobre África: Lisboa, p. 17.

FMI. (2012). Cabo Verde: Relatório do Corpo Técnico, Suplementos, Comunicado de Imprensa sobre a Discussão no Conselho de Administração e Pronunciamento do Administrador para Cabo Verde. Relatório do FMI, 12/29.

Fukuda-Parr, S., & Hulme, D. (2011). International norm dynamics and the "end of poverty": Understanding the millennium development goals. *Global Governance*, 17(1), 17-36.

Hawkins, T. (1999, Sep 24). Bespoke approach beats one-size-fits-all policies: CONSENSUS by tony hawkins: Four key principles have now replaced the previous search for a magic potion capable of ensuring development takes place. *Financial Times*.

Hulme, D. (2010). The millennium development goals (MDGs): A short history of the World's biggest promise, pp. 1-55.

Jornal Expressos das Ilhas. (2013). Objetivos do Milénio, pp. 8-9.

Joseph, J. (2010). In "Poverty reduction and the new global governmentality Alternatives". 35(1).

Komatsu, R., Low-Beer, D., & Schwartländer, B. (2007). Global fund-supported programmes' contribution to international targets and the millennium development goals: An initial analysis. *World Health Organization. Bulletin of the World Health Organization*, 85(10), 805-811.

Leite, I. C. (2004). Entre África e Europa: Cabo Verde e a sua estratégia de desenvolvimento. *Universidade Fernando Pessoa, Porto*, pp. 7-10.

Lei especial contra violência baseado no género, (2011). ICIEG- Instituto Cabo-verdiano para Igualdade e Equidade do Género.

Lopes, C. (2013). Cabo Verde trajetória de desenvolvimento, uma lição para a África. *África Cheetah Run, Blogue do Secretario Executivo*.

Lourenço, P. L. (2006). Cabo Verde ou da necessidade de uma nova parceria. *Instituto Nacional de Defesa. Lisboa*, pp. 7-14.

Marques, P. (2001). "Uma Análise da Racionalidade do Acordo Cambial Luso-Cabo-verdiano à luz do (novo) conceito de Zonas de Cooperação Monetária Óptima", *ISEG - UTL*, pp. 70-80.

Marta, V. (2006). A Euroização da Economia Cabo-Verdiana, *Cadernos do Banco de Cabo Verde. Banco de Cabo. Praia*, pp. 13-27.

Martins, M. M. F., Loureiro, J., & Ribeiro, A. P. (2008). Avaliação do Acordo de Cooperação Cambial Cabo Verde-Portugal. Porto: Faculdade de Economia-Universidade do Porto, pp. 1-7 e 78-90.

Maxwell, S., Foster, M., Naschold, F. & Conway, T. (1999). A briefing document prepared for the World Bank, pp.19-20.

Mendes, D. V. (2010). Perspectivas e Alternativas para a Economia de Cabo Verde. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, pp. 18 e 67-100.

Ministério do Ambiente, Desenvolvimento Rural e Recursos Marinhos, 2010.

Ministério das Finanças e Planeamento. (2004). Documento de Estratégia de Crescimento e de Redução da Pobreza. Praia.

Ministério das Finanças e do Planeamento. (2012). Relatório sobre Orçamento de Estado 2013, Praia.

Ministério da Saúde – Cabo Verde. (2012). Relatório Estatístico 2011, Praia.

Ministério do Trabalho Família e Solidariedade. Estratégia para o Desenvolvimento da Protecção Social de Cabo Verde, Praia, pp. 14-15.

Nações Unidas. (2000). “Declaração do Milénio”, Cimeira do Milénio, Nova Iorque.

Nações Unidas - Cabo Verde., & Ministério das Finanças. (2008). Relatório dos Progressos Realizados para Atingir os ODM-Foco Municipal.

Nascimento, L. (2008). Investimento Directo Estrangeiro em Cabo Verde. Lisboa: ISCTE, p.36.

Nações Unidas-Cabo Verde., & Ministério das Finanças. (2010). Relatório de Progresso de Execução dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio: Cabo Verde.

OCDE, Banco africano de Desenvolvimento (2013) Perspectivas Económicas em África.

Oliveira. B. (2010). O desenvolvimento de Cabo Verde: Abordagem ao mercado de tradução. Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto, pp. 27.

OMC. (2007). Relatório sobre a adesão de Cabo Verde à Organização Mundial do Comércio.

Omona, J. (2010). Meeting the millennium development goals' targets: Proposed UN global governance framework to confront challenges of the 21st century. *Journal of Social Development in Africa*, 25(1), pp. Pp. 129-159.

OMS. (2009). *Estratégia de cooperação da Organização Mundial da Saúde com, os Países 2008-2013 - Cabo Verde*, pp.13-16.

ONU. (2010a). *Relatório sobre Objectivos de Desenvolvimento do Milénio 2010*.

ONU. (2010b). *Cumprir a promessa: um balanço prospectivo tendo em vista promover um programa de acção concertado para a realização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio até 2015. Relatório do Secretário-Geral*, p. 4.

ONU. (2012). *The Millennium Development Goals Report*. Department of Economic and Social Affairs of the United Nations.

ONU. (2013). *The Millennium Development Goals Report*. Department of Economic and Social Affairs of the United Nations.

Otieno, A. (2004). Studying the millennium development goals. *UN Chronicle*, 41(4), p.53 .

Paul, J. N. (2007). Human rights, the millennium development goals, and the future of development cooperation. *World Development*, 35(12), pp. 2041-2055.

PNUD. (2003). *Relatório do Desenvolvimento Humano*.

PNUD. (2005). *Relatório Desenvolvimento Humano*.

PNUD. (2012). *Relatório do Desenvolvimento Humano*.

Ramos, D. N. F. d. O. (2008). *Status Upgrade: The Case Of Cape Verde's Graduation From The Least Developed Country (Ldc) Category*. Lisboa: UTL-ISEG, pp. 63-68.

Reis, V. M. V. d. (2000). *Principais Estratégias de Desenvolvimento de Cabo Verde após a Independência*. Lisboa: ISCET.

Sousa, A. R. d. (2008). *De um Novo Conceito de Desenvolvimento no Quatro da Economia Internacional*. Lisboa: ISCSP-UTL, pp. 91-179.

Sousa, G. L. d. (2010). *O estado actual do desenvolvimento humano em Cabo Verde na perspectiva da sustentabilidade e equidade. Observatório de segurança*.

Tavares, A. d. J. C. (2010). A Importância da Política Externa no Processo do Desenvolvimento. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, pp. 6 e 96-100.

Tavares, A. I. P. (2012). Mudança estrutural e crescimento económico em Cabo Verde. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, pp. 16-21.

Sharma, S. D. (2004). The promise of monterrey: Meeting the millennium development goals. World Policy Journal, 21(3), pp. 51-66.

Wai-Poi, M. (2005). Financing the millennium development goals: The millennium project report. Journal of International Affairs, 58(2), pp. 285-290.

Wolfensohn, D. J, & Fischer, S. (2000). The comprehensive development framework (cdf) and poverty reduction strategy papers (prsp).

Wolfensohn, J. D. (2001). Meeting the challenge of global poverty. Presidents & Prime Ministers, 10, pp. 1-2 e 33-36.

Bibliografia Consultada em sítios web

Ajuda pública ao desenvolvimento - <http://www.un.cv/ajuda.php>, acedido em Maio 2013.

Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde - www.ine.cv, acedido em Abril de 2013.

http://eeas.europa.eu/delegations/cape_verde/index_pt.htm, acedido em Agosto de 2013.

Anexos

Anexo I

Perspetivas de Realização dos ODM em Cabo Verde

Domínio /objetivos do milénio 2015	Indicadores Nacionais	Perspetivas de Realização por Cabo Verde
Objetivo 1. Reduzir a pobreza e a insegurança alimentar Alvo 1. Reduzir para metade a população que vive com menos de um dólar por dia. Alvo 2. Reduzir para metade a proporção da população atingida pela fome.	Os indicadores são os mesmos que os definidos a nível mundial. Foram preferidos os indicadores da insegurança alimentar aos relativos à fome.	A implementação de políticas adequadas a favor dos pobres é necessária para uma maior redução da pobreza e das desigualdades em Cabo Verde.
Objetivo 2. Assegurar o ensino básico para todos Alvo 3. Facultar a todas as crianças os meios de concluir o ensino básico.	Os indicadores são os mesmos que os definidos a nível mundial.	O ensino básico para todos é praticamente uma realidade. Agora deve-se dar importância à qualidade do ensino básico. O ensino secundário e o superior devem ser desenvolvidos para criar um contexto favorável à continuação dos bons resultados já alcançados para o ensino básico.
Objetivo 3. Promover a igualdade de género e autonomia das mulheres Alvo 4. Eliminar as disparidades de género no ensino básico e secundário daqui até 2015.	Aos indicadores mundiais foram acrescentados os relativos à violência contra as mulheres.	As perspetivas de realização deste objetivo são boas tanto no domínio da igualdade de género, do ensino básico como da autonomia das mulheres.

<p>Objetivo 4. Reduzir a mortalidade das crianças com menos de 5 anos</p> <p>Alvo 5. Reduzir em dois terços a taxa de mortalidade das crianças com menos de 5 anos.</p>	<p>Os indicadores são os nomes que os definidos a nível mundial.</p>	<p>As perspetivas de realização destes indicadores são encorajadoras, mas impõe-se um acompanhamento.</p>
<p>Objetivo 5. Melhorar a saúde materna</p> <p>Alvo 6. Reduzir em três quartos a taxa de mortalidade materna.</p>	<p>Os indicadores são os mesmos que os definidos a nível mundial.</p>	<p>As perspetivas de realização destes indicadores são encorajadoras, mas impõe-se um acompanhamento.</p>
<p>Objetivo 6. Combinar o VIH/Sida, a malária e outras doenças</p> <p>Alvo 7. Ter acabado com a propagação do VIH/SIDA e começado a inverter a tendência atual.</p>	<p>Os indicadores são os mesmos que os definidos a nível mundial.</p>	<p>É necessária uma maior vigilância para parar a propaganda do VIH tendo em conta a fraca prevalência atual. As mudanças de comportamento sexual serão determinantes nesse sentido. O controlo da malária e da tuberculose deverá ser uma preocupação permanente para parar e depois inverter a tendência.</p>
<p>Objetivo 7. Assegurar um ambiente sustentável</p> <p>Alvo 9. Integrar os princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas nacionais e inverter a tendência atual para o esgotamento dos recursos naturais.</p> <p>Alvo 10. Reduzir para metade a percentagem da população que não tem acesso de forma sustentável a um bom</p>	<p>Os indicadores retidos são os mesmos que os propostos a nível internacional.</p>	<p>Uma política de desenvolvimento sustentável baseada na integração das questões ambientais nas políticas e nos programas sectoriais de desenvolvimento deve ser implementada. Contudo, se para a disponibilidade de água potável Cabo Verde conseguiu ultrapassar o objectivo preconizado, já não se pode dizer o mesmo para os outros objetivos: biodiversidade, saneamento e habitação.</p>

<p>abastecimento de água potável.</p> <p>Alvo 11. Conseguir melhor sensivelmente a vida dos habitantes de bairros de lata.</p>		
<p>Objetivo 8. Criar uma parceria mundial para o desenvolvimento</p>		<p>Cabo Verde beneficia de inúmeras vantagens atribuídas aos países insulares relativamente ao acesso aos mercados e às preferências comerciais. Deve estruturar a sua economia para aproveitar as suas vantagens.</p> <p>Porém, com a saída do país do grupo dos PMA, Cabo Verde deixou de ter acesso a empréstimo concessionais, mas continua a ter acesso a empréstimos a taxas normais. O que vai ser necessário é ser mais criterioso na utilização desses investimentos.</p> <p>A ajuda pública ao desenvolvimento e o acesso aos recursos em termos concessionais devem continuar tendo em conta a vulnerabilidade de Cabo Verde aos choques externos.</p>

Fonte: Elaboração própria com base nos dados de Ministério das Finanças e do Planeamento e Nações Unidas-CV, 2004.

Anexo II

Principais Indicadores Económicos 2010-2012

	Unidades	2010	2011	2012
I. Sector Real				
Produto Interno Bruto	variação real em %	1,5	1,7	1,0
Inflação Média dos 12 meses	taxa variação em %	2,1	4,5	2,5
Taxa de Desemprego	taxa variação em %	10,7	12,2	16,8
II. Sector Monetário e Cambial				
Ativo Externo Líquido do Sistema	taxa variação em %	6,4	-21,6	19,7
Reservas Internacionais Líquidas do BCV	taxa variação em %	7,2	-11,3	14,0
Crédito Interno Líquido	taxa variação em %	5,1	10,3	3,6
Massa Monetária	taxa variação em %	4,7	3,5	5,7
Índice de Taxa de Câmbio Efetiva Nominal	2001=100; valores médios	104,5	105,0	104,1
Índice de Taxa de Câmbio Efetiva Real	2001=100; valores médios	114,5	116,9	116,0
III. Sector Externo				
Balança Corrente + Balança de Capital	em % do PIB	-10,5	-15,5	-12,1
Balança Corrente	em % do PIB	-12,9	-16,2	-12,9
Reservas/Importações	meses	4,2	3,2	3,8
Dívida Externa Pública	em % do PIB	50,8	56,8	73,0
Dívida Externa Pública/Exportações	em %	133,1	134,5	151,1
IV. Finanças Públicas				
Saldo Global	em % do PIB	-12,0	-7,6	-11,1
Saldo Primário	em % do PIB	-17,3	-6,1	-9,0
Stock da Dívida Pública (Líquida)	em % do PIB	77,6	73,9	95,0

Fonte: Banco de Cabo Verde; Instituto Nacional de Estatísticas e Ministério das Finanças e Planeamento.

Anexo III

Contribuição sectorial para o PIB em 2010

Sectores	% do PIB(2010)
Sector Primário	8.5
Agricultura produção animal caça floresta	7.0
Pesca e Aquacultura	1.0
Indústrias Extrativas	0.5
Sector Secundário	17.6
Indústrias Alimentares, bebidas e tabaco	2.9
Outras Indústrias Transformadoras	2.6
Electricidade, gás, vapor e ar condicionado, captação, tratamento e distribuição de água	1.4
Atividade de construção	10.8
Sector Terciário	61.2
Comércio	12.7
Alojamento e restauração	3.5
Transporte armazenagem e comunicações	15.2
Atividades financeiras e de Seguro	3.7
Outros serviços Mercantis	12.0
Serviços não Mercantis	14.1
Total VAB	87.3
Impostos e Taxas líquido de subsídios	12.7
PIB	100.0

Fonte: INE - Adaptado das Contas Nacionais de 2007-2010.

Anexo IV

Índice de Preço no Consumidor (IPC), Cabo Verde 2008 à 2011

	Dez-08	Dez-09	Dez-10	Dez-11
Total	108,3	108,0	111,7	115,7
Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas	110,0	110,6	115,6	120,1
Bebidas alcoólicas e tabaco	102,3	104,6	107,3	109,6
Vestuário e calçado	109,4	112,1	113,7	115,2
Rendas de habitação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis	105,7	107,0	110,7	116,4
Acessórios, equipamento doméstico e manutenção corrente da habitação	102,5	109,8	111,3	114,7
Saúde	110,0	111,8	114,2	114,6
Transportes	113,5	102,3	107,5	114,1
Comunicações	100,0	88,8	88,8	88,8
Lazer, recreação e cultura	107,3	99,1	98,2	97,4
Ensino	99,0	99,0	99,1	99,0
Hotéis, restaurantes cafés e similares	103,1	105,7	113,1	118,8
Bens e serviços diversos	112,3	119,1	120,2	120,8

Fonte: INE-CV.

Anexo V

Evolução da taxa de crescimento do comércio externo em %, CABO VERDE, 2000-2011

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Exportação Nacional	7,8	-4,8	3,2	-1,9	10,8	14,5	14,1	-15,3	71,9	10,4	33,1	37,6
Reexportação	-36,1	5,3	-4,4	56,2	41,5	21,5	19,6	-1,3	42,1	2,2	28,2	29,2
Importação	2,2	10,9	12,2	1,2	11,1	1,1	18,2	26,4	3,4	-9,6	10,0	21,5
Balança Comercial ²	2	11,7	12,6	1,2	11,1	0,6	18,4	28,1	1,6	-10,5	8,7	20,4

Fonte: INE-CV.